



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL**

DISCENTE: ROBERTA DE STÉFANI VIANNA

**O PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO NO BRASIL E A RELAÇÃO
DOS REFUGIADOS COM OS MECANISMOS DE RECEPÇÃO**

Linha de pesquisa: Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Direito.

Niterói, 30 de março de 2022.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo identificar e acompanhar casos de refúgio no Brasil a fim de verificar como funcionam os mecanismos e sistemas de proteção aos refugiados a partir da perspectiva dos próprios refugiados e dos solicitantes de refúgio, confrontando a previsão legal nacional e internacional com questões práticas enfrentadas pelos mesmos. A metodologia aplicada foi centrada na pesquisa qualitativa com elementos quantitativos para corroborar as justificativas. Nesse sentido, foram aplicados questionários e entrevistas aos refugiados, além de realizada pesquisa de campo com visita aos abrigos da Operação Acolhida. Finalmente, em análise ao material levantado na pesquisa empírica, observou-se o protagonismo das organizações da sociedade civil na efetivação de direitos e integração das pessoas refugiadas, além de relativa facilidade de acesso a documentos instrumentais e direitos básicos. Ademais, a observação um movimeto de preferência de outras formas de regularização da migração em alta vulnerabilidade em detrimento do instituto de refúgio levantaram questionamentos quanto à obsolescência e necessidade de expansão do direito de refúgio.

Palavras-chave: Refugiados; Direito de Refúgio; Direito Internacional dos Refugiados.

ABSTRACT

This dissertation aimed to identify and monitor cases of refuge in Brazil in order to verify how the mechanisms and systems of refugee protection work from the perspective of refugees and refugee seekers themselves, comparing the national and international legal provision with practical issues faced by them. The methodology applied was centred on qualitative research with quantitative elements to corroborate the justifications. In this sense, questionnaires and interviews were applied to refugees, and field research was carried out with visits to shelters of “Operação Acolhida”. Finally, in analysis of the material collected in the empirical research, it was observed the protagonism of civil society organizations in the realization of rights and integration of refugees, in addition to the relative ease of access to instrumental documents and basic rights. Moreover, the observation that other forms of regularization of migration in high vulnerability are preferred to the refugee status raises questions about the obsolescence and need for expansion of the right to refuge.

Keywords: Refugees; Refugee Law; International Refugee Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
Capítulo 1 - O refúgio no Brasil: aspectos internacionais e constitucionais.....	11
1.1 Evolução História do Refúgio e o Refúgio no Direito Internacional	11
1.2 Refúgio no Brasil e na América Latina: aspectos normativos.....	15
1.3 Direito de refúgio no Brasil.....	18
1.4. Atualidades sobre o tema refúgio: Refúgio e Asilo, Migrações Forçadas, Migrantes Ambientais e Econômicos.	31
Capítulo 2 - Quem são os refugiados no Brasil: considerações preliminares.....	47
2.1 Dados etnográficos sobre os fluxos de refúgio no Brasil	47
2.1.1 Passo-a-passo para a solicitação de refúgio no Brasil	56
2.2 Refúgio: um instituto em desuso?.....	57
2.3 O papel da ACNUR na inserção do refugiado na comunidade.	62
Capítulo 3 – Análise crítica e proposições	65
3.1 Visita guiada ao Abrigo Rondon 3	66
3.2 Abrigo da Operação Acolhida em Pacaima	67
3.3 Abrigo Janakoida.....	72
3.4 Entrevistas	74
3.4.1 Amílcar	74
3.4.2 Daniel José.....	77
3.4.3 Jamila.....	81
3.4.4 Jesús	85
3.4.5 Mohhammed.....	95
3.4.6 Raquel	121
Considerações Finais	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

INTRODUÇÃO

O tema central escolhido para esta dissertação trata do Direito de Refúgio entendido aqui como o ramo do Direito Internacional Público que cuida das pessoas refugiadas e dos solicitantes de refúgio, da sua proteção em territórios estrangeiros e dos procedimentos necessários para a obtenção da documentação necessária à atribuição da condição de refugiadas a essas pessoas. Buscar-se-á analisar-se a inserção social, jurídico e econômica dos refugiados no Estado receptor, através da perspectiva do Direito Internacional dos Refugiados e dos direitos humanos.

O desenvolvimento da pesquisa buscou identificar e acompanhar alguns casos de refúgio no Brasil a fim de verificar como funcionam os mecanismos e sistemas de proteção aos refugiados a partir da perspectiva dos próprios refugiados e dos solicitantes de refúgio, confrontando a previsão legal nacional e internacional com questões reais enfrentadas pelos mesmos. Foram aplicados questionários e entrevistas aos refugiados no Rio de Janeiro, Roraima e Santa Catarina.

A escolha dos lugares se deu por duas razões: o estado de Roraima por ser considerada a principal porta de entrada no país de migrantes e solicitantes de refúgio; e os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina por serem exemplares de países de destino interno dos mesmos. Roraima representa a grande porta de entrada dos solicitantes de refúgio no Brasil, na atualidade, logo pretendia-se identificar os desafios iniciais enfrentados por esses. Rio de Janeiro e Santa Catarina por serem estados da federação receptores dessas pessoas e por estarem em diferentes regiões, considerou-se que as experiências vivenciadas por cada indivíduo nesses locais seriam distintas e que poderiam servir como amostragem para revelar o caminho percorrido por um solicitante de refúgio ingressado no país.

Esses campos de trabalho apresentam um fluxo expressivo de refugiados, tanto por ser a cidade de referência internacional, ou por ser o primeiro estado que se faz fronteira, ou por ser o estado em que se anunciam oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Ademais, em Pacaraima, foram visitados os locais pelos quais os refugiados passam em sua jornada do país de origem até a obtenção do status de refugiado.

No tocante à comparação do aspecto legislativo que buscou-se dar ao presente trabalho, a legislação a ser observada nesses processos, no âmbito nacional, a análise normativa tratará da Lei 9474/97, conhecida como Estatuto do Refugiado, que apresenta uma estrutura tripartite,

constituída pelo CONARE, o ACNUR e Organizações da Sociedade Civil. No âmbito internacional, serão analisadas principalmente a Convenção de 1951, documento central da proteção dos refugiados no âmbito do direito internacional, o Protocolo de 67, além de outras definições regionais e acervo de dados disponibilizado pelo ACNUR.

O surgimento do objeto da presente pesquisa ocorreu em razão da grande inquietação vivida pela pesquisadora, quando residia no Rio Grande do Sul e se encontrava ainda no ensino fundamental. Na região serrana de Caxias do Sul e Gramado, a pesquisadora presenciou uma sociedade fundada em tradições de origem italiana – e muito apegada às suas origens – receberem um grande grupo de haitianos e senegaleses. O contraste de cores e costumes foi imediato, causando uma discussão nessa sociedade. A partir da exposição a esses encontros, surgiu o questionamento: quais os direitos que essas pessoas possuem aqui? Quais são as proteções que alcançam este grupo?

Esses questionamentos levaram a pesquisadora a optar pelo curso de Direito, tendo sido aprovada para cursar o mesmo no ano de 2014, na Universidade Federal Fluminense. Entre idas e trânsitos desse caminho à universidade, na mesma época dos preparativos para um evento internacional no país (Copa do Mundo), a pesquisadora encontrou muitos refugiados e migrantes ao seu lado em ônibus, esperando metrô, vendendo comida. As conversas com essas pessoas se revelavam um livro repleto de histórias: a aventura da vinda, o contexto da saída de seu país, suas formações e trabalhos, as primeiras impressões do Brasil. Eram jovens com formações em engenharia, pós-graduados, mães solteiras, famílias inteiras. Já explodia a discussão desse fluxo direcionado ao nosso país no campo do Direito e dos noticiários. Logo no primeiro ano da faculdade, a pesquisadora teve a certeza que se dedicaria a estudar direito internacional, de uma forma abrangente, mas com o foco em direitos humanos e direito de refúgio.

No início dessa caminhada, um encontro marcante acontece, no qual a Professora Clarissa Brandão, doutora de direito internacional, ouviu sobre o meu interesse de seguir a carreira acadêmica e de me aprofundar nos estudos de direito internacional. E desde então, muitas oportunidades incríveis foram postas no caminho desta pesquisa para que ela seja o que é hoje, com todo o afinho da Professora Clarissa, que se esforçou para me expor nos debates e congressos mais prestigiados do direito internacional, para me colocar em realidades diferentes e incentivar o pensamento crítico diante delas, realizar as pesquisas empíricas e idas ao campo

necessária, e principalmente, me incentivar a traduzir tudo isso através da metodologia para a academia.

Ao longo desses anos do curso de graduação em Direito e dos anos no mestrado em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFF foram levantados um extenso material bibliográfico, bem como obteve-se uma larga experiência com a participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema. Aliados à essa bagagem teórica, os dados qualitativos obtidos com a realização da viagem de campo para Pacaraima e com as entrevistas, conversas, rodas de debate que foram realizadas pela pesquisadora, foi possível reunir um material substancial para o desenvolvimento do presente trabalho. Diante disso, a pesquisa objetiva analisar o funcionamento dos mecanismos internacionais, regionais e nacionais de proteção dos refugiados e dos mecanismos de recepção dos refugiados no Brasil, na prática. Assim, visa confrontar o acervo legal pátrio e internacional e suas previsões com a vivência dos migrantes que buscam o status de refugiado, e daqueles que optam por não o solicitar.

A hipótese inicial da pesquisa era de que apesar da previsão normativa, as condições às quais são submetidos os refugiados no Estado receptor poderiam não estar de acordo com a promessa legal, causando restrições de direitos, combinada com os desafios de inserção desses cidadãos, no Brasil, em uma sociedade tradicionalmente marcada por comportamentos racistas e xenófobos. Todavia, conforme será apresentado no terceiro capítulo, as entrevistas realizadas modificaram completamente a hipótese inicial da pesquisa dessa dissertação.

Neste diapasão, a partir de uma análise histórica e sociológica do refúgio, percebeu-se que a denominação sazonal de uma “crise migratória” é fictícia. O ensinamento dado pela professora Liliana Jubilut em seu “Curso de Direito Internacional dos Refugiados para Professores Universitários” ajuda na compreensão desta afirmação: nenhum Estado é 100% seguro, 100% do tempo, para 100% da população.

Por meio dos elementos investigados ao longo do trabalho pode se contextualizar que a presente dissertação, assim como outros trabalhos elaborados na última década, se encontra num momento narrado como “crise”, razoavelmente corroborado pelo aumento de vigilância, coleta de dados e apelo midiático. Todavia, verificou-se ao longo da pesquisa que este cenário não é temporário, mas sim permanente, onde em cada período histórico haverá um grupo ou um contingente populacional deslocando-se entre as fronteiras em busca de sobrevivência e proteção. Apesar da atualidade evidente do tema, buscou-se explorar no desenvolvimento da

presente pesquisa desenvolvida no curso do mestrado todas as facetas do estudo do direito de refúgio, para então partir para uma análise com um recorte mais específico.

Nesse contexto, duas urgências surgiram: é necessário utilizar este espaço, este investimento de dinheiro público, estas páginas e o meu tempo para dar voz aos sujeitos/objetos do tema. Seria imprescindível que meu papel de pesquisadora fosse como instrumento de que eles se manifestem, e minha formação jurídica utilizada para evidenciar o que é aceitável e o que não é dentro de nosso ordenamento, nacional e internacional. A segunda urgência trata-se de fugir das abstrações teóricas e verificar num contexto ao meu alcance (Brasil) qual o tratamento dispensado aos refugiados e migrantes forçados, sua compatibilidade com os direitos humanos fundamentais que nos regem, e claro, como esses direitos são percebidos pelos refugiados.

Para executar esta tarefa, foi necessário entrevistar um grupo de refugiados diverso que permitisse aprofundar no funcionamento dos mecanismos de recepção do nosso Estado. Destarte, abordaremos os marcos legais e históricos que formaram o direito internacional dos refugiados, passando para como esses compromissos internacionais se traduziram no direito doméstico. Ademais, a estrutura do Estatuto dos Refugiados (Lei 9474/97), a participação da Polícia Federal e das organizações da sociedade civil que apoiam estes grupos também compõem o pano de fundo sobre o qual serão analisados os depoimentos dos refugiados.

Objetivou-se com esta pesquisa empírica, qual seja a entrevista de refugiados e observação dos espaços em que estes estão inseridos, - tanto nas cidades como nos abrigos da Operação Acolhida, de modo a observar como se dá o processo administrativo de solicitação do status de refugiado da perspectiva dos solicitantes, bem como quais direitos previstos na legislação pátria e internacional se efetivam durante a recepção do refugiado no Brasil. Para tanto, objetiva-se analisar o processo de construção e consolidação do direito dos refugiados, tanto na seara internacional, quanto no ordenamento jurídico doméstico de países com fluxos migratórios relevantes.

O refugiado encontra-se em uma das posições mais vulneráveis nos sistemas sociais, pois além de desprovido da proteção estatal e da manutenção de seus direitos fundamentais, é perseguido por este Estado que deveria atuar em sua proteção, ou por outros grupos. Outrossim, além da situação de extrema vulnerabilidade cuja causa muitas vezes são guerras, o acolhimento do refugiado no novo país não é lido como o exercício de um direito, mas por duas outras óticas:

a da ameaça ou a da caridade. Além dos desafios no campo jurídico e administrativo, isto é, os problemas que o refugiado encontra para seu reconhecimento perante o Estado, o refugiado se desloca de uma realidade de perseguição e instabilidade para a realidade de um país no qual a discriminação étnico-racial é tão antiga quanto sua fundação.

O presente trabalho, sob sua perspectiva epistemológica, identifica-se com a classificação proposta por Witker e por Herrera de uma pesquisa jurídica realista sociológica, onde se trabalha com as proposições das normas jurídicas e a realidade prática observada nas instituições. Assume-se, portanto, a vertente jurídico-social, buscando-se analisar o fenômeno jurídico do refúgio em seu aspecto social mais amplo que o mero tratamento dogmático do tema, perquirindo a efetividade do arcabouço legislativo acerca dos refugiados e solicitantes de refúgio, no Brasil.

Há que se destacar o recorte temporal necessário do presente trabalho, em razão das profundas alterações advindas com o período pandêmico que o mundo viveu. Neste sentido, circunscreve-se a pesquisa entre os anos de 2017, 2018 e 2019, datas em que foram realizadas as pesquisas de campo e as pesquisas bibliográficas. Os anos de 2020 e 2021, em razão de suas respectivas excepcionalidades, não foram considerados no trabalho, uma vez que os dados e referências sobre o refúgio não foram contabilizados, bem como foge ao escopo do presente trabalho buscar as consequências da pandemia sobre os refugiados e solicitantes de refúgio.

O presente trabalho também seguiu uma abordagem jus-antropológica acerca do refúgio, buscando identificar padrões e/ou assimetrias no campo estudado, utilizando-se para tanto o raciocínio científico indutivo. Trata-se, portanto, de pesquisa teórica, no tocante à revisão bibliográfica e a teorização da doutrina sobre o refúgio, combinada com pesquisa empírica, de coleta de dados por meio do trabalho de campo realizado.

O marco teórico que instrumentaliza e fundamenta a presente dissertação consiste no trabalho teórico e prático desenvolvido por Liliana Jubillut por meio de seu curso de extensão realizado em Boa Vista com visita em Pacaraima.

Em termos de procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa empírica, utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação, em decorrência dos processos de familiarização das condições dos refugiados e solicitantes de refúgio, bem como da visita ao campo de refugiados de Pacaraima-RR, além das entrevistas realizadas com alguns indivíduos representativos do grupo social de pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio, conforme definições de Thiollent.

Como ferramentas de análise dessas visitas e entrevistas, serão utilizados os métodos da Pesquisa Qualitativa, através da pesquisa empírica, vez que se objetiva assistir as pessoas em seu próprio território, interagir com eles em sua própria língua e nos seus próprios termos.¹ Com as visitas aos locais em que os refugiados se abrigam e órgãos públicos pelos quais passam, visa-se, tecnicamente, através de uma observação qualitativa, identificar presenças e ausências que comuniquem. Neste ponto, buscar-se-á utilizar de ensinamentos de Becker quanto a inserção do pesquisador no cotidiano do objeto/sujeito de análise como ferramenta para compreender o contexto estudado.²

Diante disso, serão utilizados três métodos para coleta de dados, apontados por Lisa Webley: i) observação direta; ii) entrevistas aprofundadas; e iii) análise de documentos.

O método de pesquisa qualitativa foi escolhido em razão de ser socialmente engajado e observar o fenômeno em seu próprio contexto social. Desta forma, será aplicado o raciocínio indutivo, no qual primeiramente os dados serão coletados (as entrevistas e observações serão conduzidas) para depois estabelecer conceitos e padrões.

Não se terá a preocupação de que as entrevistas conduzidas sejam representativas estatisticamente, tampouco propor que os dados coletados referentes à uma nacionalidade de refugiados represente toda uma população. O objetivo da interação com os sujeitos de estudo é ter a oportunidade de aprender como os sujeitos (aqui refugiados e solicitantes de refúgio) entendem os significados dos procedimentos e situações que passam e passaram, e como se dá sua interação com os sistemas de proteção aos refugiados. Nesse contexto, objetiva-se ter amostras representativas em categorias chaves para que se possa fazer essa análise de mais de uma perspectiva cultural.

Novamente, não tem como objetivo a generalização de uma interação com o sistema para toda uma população, mas sim captar experiências de algumas pessoas. Cabe ressaltar que nas entrevistas até o presente momento realizadas optou-se por uma aproximação em uma *naturalistic setting*³, nos quais os sujeitos da pesquisa não estão controlados em um questionário estruturado, e as questões que se buscam compreender nessa pesquisa são mais prováveis de

¹ Ibidem. p. 917.

² BECKER, Howard S. A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Vol. 1, N. 2, jul., 2014.

³ WEBLEY, Lisa. Qualitative approaches to empirical legal research. In: CANE, Peter; & KRITZER, Herbert M. (eds.). The Oxford Handbook of Empirical Legal Research. Oxford University Press, 2010, p.933.

serem ditas. Cada conversa realizada tomou um rumo diferente a partir das próprias respostas dos sujeitos/objetos.

Apesar do proposto como hipóteses e metodologia, percebe-se que a imersão no objeto de pesquisa – ou melhor, sujeitos – causa uma reconfiguração dos problemas da pesquisa, que serão alterados durante seu desenvolvimento, vez que o contato com o objeto estudado tem o potencial de remodelar a pesquisa, em razão da interação entre pesquisadora e campo. Ademais, a situação fática dos sujeitos de estudo pode variar, em especial dos refugiados venezuelanos, haja vista as tensões promovidas pelo atual governo brasileiro.

Capítulo 1 - O refúgio no Brasil: aspectos internacionais e constitucionais

Neste capítulo busca-se apresentar a revisão bibliográfica acerca do referencial teórico do refúgio no plano internacional e no Brasil. Esta análise teórica será feita por meio da consulta bibliográfica e da identificação das normativas incidentes sobre as seguintes categorias de análise: refugiado, solicitante de refúgio e migrantes. Busca-se com o desenvolvimento desta etapa situar teórica e normativamente a situação atual do refúgio hoje no Brasil, a fim de que se possa verificar a eficiência das políticas migratórias nacionais, a partir da visão dos refugiados e solicitantes de refúgio, diante da realidade estudada e identificada na pesquisa de campo.

Assim, o objetivo desse capítulo é, após o aprofundamento do primeiro capítulo, propor a atualização de alguns termos, defender um conceito mais elástico de refugiado, com o intuito de que a proteção mantenha o espírito de sua criação, abarcando todos os grupos vulneráveis que migraram forçadamente.

1.1 Evolução História do Refúgio e o Refúgio no Direito Internacional

O sistema de proteção dos refugiados foi construído gradualmente, e afirma-se a cada nova conquista institucional que responde às necessidades das vítimas da perseguição e intolerância, diferentemente dos demais sistemas de proteção dos direitos humanos que ganharam uma convenção base e um órgão para sua implementação.⁴ Distinguem-se as convenções gerais e as convenções especiais em matéria de direitos humanos através da forma como é concebida a proteção aos sujeitos jurídicos tutelados.

Nas palavras de André de Carvalho Ramos,

A proteção dos direitos essenciais do ser humano no plano internacional recai em três sub-ramos específicos do Direito Internacional Público: o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Refugiados (DIR). (...) Na visão tradicional, a inter-relação entre esses

⁴ JUBILUT, Liliana Lyra. O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro. Ed. Método. São Paulo, 2007. Prefácio de Wellington Pereira Carneiro.

ramos é a seguinte: ao DIDH incumbe a proteção do ser humano em todos os aspectos, englobando direitos civis e políticos e também direitos sociais, econômicos e culturais; já o DIH foca na proteção do ser humano na situação específica dos conflitos armados (internacionais e não internacionais); finalmente, o DIR age na proteção do refugiado, desde a saída do seu local de residência, trânsito de um país a outro, concessão do refúgio no país de acolhimento e seu eventual término.⁵

A conjuntura internacional dos últimos anos deu grande visibilidade ao tema da proteção jurídica dos refugiados, devido à influência que exerce para a tutela dos direitos humanos. Desta forma, os instrumentos gerais consideram o homem um ser abstrato que merece, por isso, tratamento igual, incompatível com quaisquer discriminações, ao passo que as convenções especiais focalizam as especificidades e diferenças entre os seres humanos, fatores que justificam um tratamento particularizado.⁶

O refúgio tem sua gênese com o instituto correlato do asilo no final do século IX e os sistemas *ad hoc* para os refugiados armênios, russos e alemães. No entanto, a proteção dos refugiados consolidou-se num sistema internacional apenas com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 1951, a qual iremos nos referir como Convenção de 51 ao longo do presente trabalho. Cabe destacar que as garantias da convenção foram limitadas geograficamente à Europa e aos acontecimentos relacionados à 2.^a Guerra Mundial, e só foram universalizadas com o Protocolo de 1967.

Em resposta a novos deslocamentos forçados, o conceito de refugiado fora ampliado a partir da Convenção da Unidade Africana, de 1969, e da Declaração de Cartagena, de 1984. No ordenamento jurídico pátrio, esse patrimônio legal e conceitual foi compilado e implementado pela Lei 9.474, de 1997, que segundo Wellington Carneiro, igualmente traz elementos inovadores e originais.

Todo o direito de refúgio baseia-se no conceito do *non-refoulement* (não devolução), isto é, o indivíduo perseguido não pode ser devolvido ao Estado de origem. A partir deste princípio básico de solidariedade humana, - de que dá-se a essa pessoa proteção, acolhida, uma nova casa,

⁵ RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. SP: Editora Saraiva, 2020, p. 215.

⁶ JUBILUT, Liliana Lyra. O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro. Ed. Método. São Paulo, 2007. Introdução de Alberto do Amaral Júnior.

um novo país, uma nova oportunidade de viver - foi construído um complexo sistema de direito público.⁷

A existência de refugiados é reconhecida desde a Antiguidade, porém aponta-se que os refugiados apenas apareceram de forma sistemática a partir do século XV, a partir da expulsão dos judeus na região que hoje corresponde à Espanha e em seguida Portugal, em razão da reconquista deste território da dominação turca pelos europeus, que desencadeou numa política de europeização e unidade religiosa.⁸

Expulsões de caráter religioso, isto é, em nome da unidade religiosa, geraram ainda a inclusão dos seguintes grupos à população de refugiados: muçulmanos nacionais do Império Otomano, os protestantes dos Países Baixos, huguenotes que fugiram da França e os puritanos, *quakers* e os católicos irlandeses expulsos da Inglaterra. No entanto, tais perseguições não provocaram a criação de um sistema internacional de proteção dos indivíduos expulsos, o que acredita-se não ter ocorrido em razão da influência e dominação da Igreja nos Estados característica da época. Para Liliana Jubilut⁹, a proteção institucionalizada dos refugiados só aparece na segunda década do século XX em razão da fuga de russos em função de alterações políticas.

Por óbvio que antes do século XX houve contingentes de pessoas perseguidas em seus Estados, porém coloca-se que estes apareceram esporadicamente, e então foram tratados como problemas pontuais, tanto do aspecto espacial quanto temporal, a exemplo dos armênios e turcos.

Antes da proteção sistemática internacional dos refugiados que hoje conhecemos, a criação de órgãos especializados para proteção dos refugiados atendia a um segmento específico que surgiam no momento, e apresentavam em seu estatuto a previsão do término das atividades.

Em razão da Segunda Guerra Mundial e do regime nazista, um enorme número de pessoas foi desprovido de proteção estatal e sofreram perseguição, especialmente em razão da religião. Jubilut observa que neste contexto houve a formação de dois tipos de grupos de refugiados, quais sejam os judeus, que foram deportados e desprovidos de sua nacionalidade, e

⁷ Ibidem. Prefácio de Wellington Pereira Carneiro.

⁸ Ibidem. p. 23

⁹ Ibidem. p. 73

as demais pessoas que abandonaram seus Estados voluntariamente em razão dos horrores da guerra e da perseguição sofrida.¹⁰

Após a Segunda Guerra, outro grande contingente de refugiados deu-se com o nascimento do Estado de Israel, a partir da fuga dos palestinos.

Em 1950 ocorre a instituição do ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados), que também apresentava uma data predeterminada para o fim de suas atividades, porém em razão da constância do surgimento de refugiados, sua existência permanece até hoje. O ACNUR, por derivar da ONU, possui caráter universal, o que implica, teoricamente, na melhora de condições de recepção dos refugiados e uma maior proteção internacional.

A positivação das fontes do direito internacional para refugiados, conforme já mencionado, se dá com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, que marca o início da sistematização de proteção ao direito de refúgio.

Outro conflito ao qual cabe menção no panorama histórico da proteção aos refugiados é o disputado pelos Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 90. A questão dos refugiados foi utilizada com propaganda política na Guerra Fria, através do acolhimento de pessoas perseguidas e violadas em Estados do bloco inimigo a fim de “desacreditá-lo”. Por consequência, esvaziou-se a concepção de refugiado neste período, vez que não eram utilizados os critérios consolidados internacionalmente para concessão do refúgio, mas tão somente a origem de um Estado do bloco inimigo.

Outrossim, entre as décadas de 60 e 70 a descolonização de Estados da África e da Ásia, e por conseguinte, o surgimento de novos Estados e guerras civis culminaram num novo contingente de refugiados. Simultaneamente, na América Latina, os regimes ditatoriais que violavam os direitos humanos e perseguiam politicamente a oposição também resultaram num número significativo de refugiados – alguns de fato exilados ou sob concessão de asilo político.

Hodiernamente, Liliana Jubilut aponta dois tipos de forças presentes nas relações dos Estados quanto ao contingente de refugiados: “forças centrífugas”, que alimentam o nacionalismo e conflitos étnicos, as quais exemplifica com os acontecimentos em Ruanda e ex-

¹⁰ Ibidem. p. 75

Iugoslávia; e “forças centrípetas”, que por sua vez aproximam os Estados e fortalecem a visão de que todos são responsáveis por todos.¹¹

Na atualidade também não se pode ignorar os aspectos econômicos dos Estados, vez que, é comum estratégia de rejeição das solicitações de refúgio o impacto econômico nos Estados que recebem refugiados. Observa-se recentemente que os Estados justificam o não-reconhecimento do status de refugiado em razão de um receio de que esta abertura a estrangeiros ocasione problemas em suas economias domésticas.

Nesse sentido, coloca Ana Paula Teixeira Delgado:

Neste cruel cenário, tais grupos de indivíduos ainda são cunhados de “invasores” por trazerem potenciais “encargos econômicos” ao país, tornando-se vítimas de toda sorte de preconceito por aqueles que não os enxergam como seus semelhantes (...)¹²

Retrata quase que teatralmente essa situação o vídeo¹³ proveniente de um debate sobre política de asilo que mostra a chanceler alemã, Angela Merkel, levando uma jovem palestina de 13 anos às lágrimas.

A jovem palestina Reem à época contava com 13 anos e morava com a família na Alemanha há quatro anos, provenientes de um campo de refugiados no Líbano, e encontrava-se sob o risco de ser deportada. Ela expõe à chanceler, em alemão fluente, seu desejo de estudar assim como todos os outros, e Merkel responde como a política é, muitas vezes, difícil e acrescenta que, como a menina sabe, há milhares de refugiados palestinos no Líbano. Sintetiza a justificativa econômica dos Estados, isto é, quanto à disposição de recursos para recepção dos refugiados, a frase da chanceler: “Se dissermos que todos vocês podem vir, e que todos vocês da África podem vir, que todos podem vir, não daremos conta”.

1.2 Refúgio no Brasil e na América Latina: aspectos normativos

¹¹ Ibidem. p. 74-76.

¹² DELGADO, Ana Paula Teixeira. A Proteção Jurídica dos Migrantes Haitianos no Brasil. Cadernos de Direito Actual nº 3 (2015). p. 503.

¹³BBC. Resposta de Merkel leva menina palestina às lágrimas. 16 julho 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150716_merkel_choro_menina_ss. Acesso em 01 de abril de 2018.

Os refugiados contam com proteção jurídica tanto no âmbito internacional, através da Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo de 1967, bem como nos ordenamentos nacionais, como a Lei nº 9.474/1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil, além de determinar outras providências, como a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

A proteção aos refugiados começa a incorporar a legislação internacional juntamente com as demais proteções aos Direitos Humanos, isto é, após a II Guerra Mundial, cujo instrumento para evitar violações à dignidade da pessoa humana foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Acerca da proteção aos estrangeiros e a proteção aos direitos humanos, destaca Guido Soares:

Há pontos comuns na história e no desenvolvimento de ambos os campos jurídicos, o da proteção da pessoa humana e o da proteção do estrangeiro. Contudo, eles não se confundem. Houve tempos em que sistemas jurídicos dos Estados possuíam grande número de normas jurídicas nacionais e uma extensa prática interna nos aspectos legislativo, administrativo e judicial, dedicados à proteção da pessoa humana, mas que, no entanto, permitiam discriminações contra estrangeiros. Em tais sistemas, encontraram-se definidos a maioria dos direitos humanos, mas que eram qualificados como prerrogativas de pessoas com a nacionalidade dos Estados, e portanto, direitos oponíveis ao próprio Estado, inclusive por mandamento de normas de natureza constitucional.¹⁴

Conceitua-se como refugiado na Convenção de 1951, em seu art. 1º qualquer pessoa que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; eue, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra

¹⁴ SOARES, Guido. Os Direitos Humanos e a Proteção dos Estrangeiros. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 99. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67631/70241> . Acesso em: 11 de novembro de 2019. p. 406.

fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

No ordenamento jurídico nacional (Lei nº 9.474/1997), observa-se que o reconhecimento de refugiados se dá a todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país, sendo este último inciso consequência da Declaração de Cartagena e inovação no reconhecimento de refugiados.

Para além do aspecto jurídico, o ciclo migratório que se intensificou no Brasil a partir de 2014 provocou uma série de fatos sociais e políticos, bem como econômicos. Os desafios atuais da migração são atuais e intrigantes. A realidade complexa que vivem os objetos desta pesquisa antes e depois do momento da migração envolve questões políticas, e por vezes bélicas. Esta interferência direta na realidade de pessoas - mulheres, crianças, trabalhadores - muda seu futuro, bem como o futuro de suas gerações.

Os ciclos migratórios para o Brasil são sempre de ordem complexa: são trazidos para cá aqueles que encontram dificuldades sérias como fome, sede e guerra. O Brasil acolheu diversas nacionalidades e as incorporou em sua cultura ao longo do tempo. Agora enfrentamos um novo ciclo migratório de pessoas que tudo tinham - família, formação acadêmica, renda - para viver em um novo país. Dados da ONU indicam que em 2014, 59,5 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar seus países devido à violência.

Daí, discorre-se sobre o elemento de perseguição atinente ao instituto jurídico do refúgio e dos requisitos para concessão deste, com destaque para a legislação pátria e sua inclusão de “grave e generalizada violação de direitos humanos” neste rol.

Além disso, será exposto o panorama histórico da proteção nacional aos refugiados, perpassando os fluxos migratórios para o Brasil e a adentra na perspectiva da agenda política e de ação governamental. Nesse contexto, cabe destaque a atuação de organizações como as Cáritas Arquidiocesanas na garantia dos direitos dos refugiados e sua atuação na integração local destes. Em seguida, o capítulo trata da atual legislação brasileira de proteção aos

refugiados, - e por conseguinte, o procedimento de solicitação de refúgio -, analisando a estrutura tripartite da Lei 9.474/97, constituída pelo CONARE, o ACNUR e Organizações da Sociedade Civil. Nesse contexto, aborda a composição e as competências atribuídas ao CONARE, discute a atuação do ACNUR no plano de cooperação governamental e com a sociedade civil e também no plano acadêmico. Outrossim, aborda a atuação das organizações da sociedade civil, que se dá através dos programas de proteção, assistência e integração.

Outro desdobramento de aspectos econômicos é o surgimento dos denominados migrantes econômicos, que serão abordados posteriormente, e não tem sido abrangidos pelo instituto do refúgio.

1.3 Direito de refúgio no Brasil

No período entre guerras mundiais, bem como após a Segunda Guerra, houve o primeiro fluxo de refugiados ao Brasil, porém estes não foram identificados à época como tais, e sim como migrantes comuns. Como aponta Helisane Mahlke¹⁵, as motivações da política brasileira no momento não tinham caráter humanitário, mas sim voltado às questões internas, o que levou ao privilégio das leis migratórias em detrimento do direito de refúgio em razão da preocupação em colonizar as regiões desabitadas do país.

O Estado novo de Getúlio Vargas caracterizou-se por políticas restritivas de imigração, sobretudo em relação aos refugiados judeus, marcado pela criação de um sistema de quotas para a entradas de imigrantes na Constituição de 1934 e do Departamento Nacional de Imigração e Divisão de Terras e Colonização. Conforme coloca Mahlke,

O regime foi especialmente hostil aos refugiados judeus que se destinavam ao Brasil, impondo restrições à sua entrada no país (como a exigência de certificados batismais) e mesmo a expulsão de alguns que já estavam em território nacional. Iniciativas individuais foram tomadas para o auxílio dos refugiados judeus, dentre os quais merece ser mencionada, com louvor, a atuação do Embaixador Souza Dantas, representante do Brasil na França, que

¹⁵ MAHLKE, Helisane. Direito internacional dos refugiados: novo paradigma jurídico. Arraes Editores, Belo Horizonte: 2017. p. 213.

concedeu documentação para centenas de refugiados judeus na Europa, contrariando a orientação do Ministério das Relações Exteriores.¹⁶

O Brasil ratificou e recepcionou a Convenção de 51 e o Protocolo de 67, - apesar de só ter denunciado a principal inovação do protocolo, isto é, a supressão da limitação geográfica para a determinação do status de refugiado em 1989, - e faz parte do Comitê Executivo do ACNUR desde 1958. Em 1977, o ACNUR celebrou um acordo com o Brasil para o estabelecimento de um escritório ad hoc no Rio de Janeiro, em função da ruptura da democracia na América Latina, cujos regimes ditatoriais perseguiram seus opositores, que então buscavam refúgio, em especial Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. Porém, o Brasil também vivia sob uma ditadura militar, e por conseguinte não daria proteção à opositores de regimes como o seu, motivo pelo qual o escritório ali estabelecido apenas reassentava os refugiados para outro Estado, sob o argumento de que o Brasil manteria a limitação geográfica da Convenção de 51 e assim, receberia apenas refugiados provenientes da Europa.

Como pontua Mahlke, “a política brasileira quanto ao refúgio, nas décadas de 60 e 70 e início da década de 80 era aparentemente paradoxal, mas fazia parte do *teatro político do regime ditatorial* da época para manter a máscara de país cumpridor de seus deveres internacionais, enquanto oprimia sua própria população.” Durante essa fase, cerca de 20 mil argentinos, bolivianos, chilenos e uruguaios foram reassentados na Austrália, Canadá, Europa e Nova Zelândia.

As Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e de São Paulo tem sido, tem sido, desde então os órgãos de atuação interna que colaboraram com a ACNUR na área de proteção aos direitos humanos dos refugiados no Brasil. Ademais, a Cáritas Internacional é reconhecida internacionalmente pelo seu status de observadora junto à ONU, mais precisamente no Conselho Econômico e Social.

O ACNUR também contou com parceria com a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, que existia para legalizar o tratamento humanitário que a Igreja Católica dava aos refugiados, bem como a todos os temas de direitos humanos.

Em São Paulo, o trabalho de apoio aos refugiados existia em dois centros, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz e a Associação de Voluntários para a Integração do Migrante, ao passo

¹⁶ Ibidem. p. 213.

que no Rio de Janeiro todo o trabalho concentrou-se na Cáritas Arquidiocesana. Esses centros proviam assessoria jurídica e auxílio para habitação e saúde, bem como iniciaram o processo de integração dos refugiados na comunidade local.

Impende destacar que, apesar do estabelecimento do escritório do ACNUR em seu território, o Estado brasileiro não o reconhecia como um órgão de uma organização internacional, o que só se deu em 1982.

Com a redemocratização de alguns Estados da América Latina a partir de 1984, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz de São Paulo auxiliaram na repatriação dos refugiados.

Neste período, os refugiados tinham seus documentos expedidos pelo ACNUR e endossados pela Polícia Federal, vez que o entendimento das autoridades nacionais era de que os refugiados eram responsabilidade do ACNUR e não do Estado brasileiro. Em 1986, com o auxílio do ACNUR, 200 iranianos baha'ís, quase 50 famílias, foram reassentados no Brasil como migrantes.

A partir da Constituição Federal de 1988 e os paradigmas por ela levantado, os Ministros de Estado da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho e Previdência Social elaboraram a Portaria Interministerial 394 de 199, ampliando o elenco de direitos dos refugiados e estabelecendo procedimento específico para a concessão de refúgio envolvendo o ACNUR e o governo brasileiro.

Desta forma, o procedimento para a concessão de refúgio perpassava as seguintes etapas: o ACNUR entrevistava os solicitantes de refúgio e a partir desta entrevista elaborava um parecer recomendando ou não a concessão de refúgio naquele caso. O parecer era encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, que se pronunciava a seu respeito e fazia sua remessa ao Ministério da Justiça, que proferia a decisão final. A decisão era publicada no Diário Oficial da União e era enviado um ofício do ACNUR para as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do qual a Polícia Federal emitia documentação para o refugiado.¹⁷

Seguinte na história da construção legal da proteção ao refugiado no Brasil vem a Lei 9.474, de 1997, que adotou oficialmente a definição mais ampla de refugiado, que já vinha sendo utilizada na prática desde 1992 com a chegada de angolanos que fugiam da guerra civil.

¹⁷ IBIDEM. pg 175.

Tendo em vista que a referida lei foi elaborada bem depois dos diplomas internacionais sobre refúgio, não apenas absorveu os aspectos humanitários debatidos anteriormente, mas também inovou incluindo neste instituto o acolhimento pessoas que fogem de graves e generalizadas violações de direitos humanos, e consolidou o Brasil como um Estado acolhedor de refugiados.¹⁸

A Lei 9474 de 1997 também cria CONARE, órgão responsável por coordenar o sistema nacional de proteção aos refugiados. A elaboração referida lei está inserida num contexto de desenvolvimento dos Direitos Humanos no Brasil, especialmente na seara internacional, vez que o Brasil passou a ratificar uma série de documentos sobre a matéria, como por exemplo a Convenção Americana dos Direitos Humanos em 1992, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos em 1992, a Convenção contra a Tortura e outras Penas e Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes em 1991, entre outros documentos relativos à proteção de crianças, mulheres e apátridas, além de reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002.

Para Mahlke, tal movimento se deu pelo Brasil, então potência regional emergente, ver os Direitos Humanos como uma bandeira para sua inserção internacional e para demonstrar que abandonara o passado ditatorial.¹⁹

Nesse cenário, ocorre a retomada do escritório do ACNUR no Brasil em 2004, subordinado ao escritório de Buenos Aires até 2005, bem como é estabelecida relação com a UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina).

No contexto latino americano, o Brasil sediou eventos que resultaram em documentos como a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Instituto do Refúgio em 2000, a Declaração de Brasília sobre a proteção dos refugiados e apátridas nas Américas em 2010, a Declaração de Fortaleza sobre os princípios do Mercosul sobre a proteção internacional dos refugiados em 2012, bem como adotou os termos da Declaração de Cartagena e do Programa de Ação do México de 1994. O Brasil sediou também o encontro de 30 anos da Declaração de Cartagena, que culminou na Declaração de Brasília em 2014.

¹⁸ IBIDEM. pg 176.

¹⁹ Ibidem. pg. 2017

Conforme dados apresentados pelo ACNUR, o fluxo de refugiados para o Brasil cresceu 1.240% entre 2010 e 2014.²⁰ Um fluxo migratório simbólico desse período foi a vinda de milhares de haitianos, especialmente para a região Sul do país e para o Acre, motivados pela instabilidade política e do terremoto que atingiu o Haiti em 2010, muitos vítimas de “coiotes” e do tráfico de pessoas.

Quanto esse aumento, pontua Helsiane Mahlke:

Nos últimos anos, há uma alteração perceptível no fluxo de refugiados para o Brasil. O país vem se convertendo em receptor de refugiados, em geral vindos da África, América Latina e, principalmente do Oriente Médio. Tal alteração no fluxo deve-se, em parte, à estabilidade política e financeira adquirida nos últimos anos, mas, sobretudo, porque há uma clara estratégia da política externa em incrementar sua “participação” nas questões humanitárias internacionais.²¹

No caso dos haitianos, o CONARE não reconheceu o status de refugiados por entender que não havia o elemento “perseguição”, tampouco entendeu que se configurava “generalizada violação de direitos humanos”, sendo então tomada como medida paliativa a concessão de um “visto humanitário” que os permitia trabalhar e residir no Brasil.²²

Acerca do caso, pontua Ana Paula Teixeira Delgado:

A imigração haitiana para o Brasil constitui um caso atípico, visto que suas causas não remontam à ocorrência de conflitos armados ou à perseguição por razões de ordem política, religiosa, étnica, mas à própria falência do Haiti enquanto Estado, que demonstra incapacidade de zelar pela dignidade de seu povo, quadro que se agravou sobremaneira após o terremoto de 2010.²³

A vinda dos haitianos ao Brasil a partir de 2010 impulsiona o debate quanto ao reconhecimento de causas ambientais, causadas pelo homem ou não, para fins de reconhecimento de refúgio.

Em análise ao atual cenário mundial e os fatores que impulsionam os novos fluxos de refugiados, Renato Zerbini Ribeiro Leão aponta que foram muitos fatos históricos, dentre os

²⁰ ACNUR. Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso em 10 de maio de 2019.

²¹ MAHLKE, Helsiane. Op. cit. p. 218.

²² Ibidem. p. 220.

²³ DELGADO, Ana Paula Teixeira. A Proteção Jurídica dos Migrantes Haitianos no Brasil. Cadernos de Direito Actual nº 3 (2015). p. 504.

quais se sobressaem os movimentos de libertação nacional, o ressurgimento de certas formas extremas de nacionalismo, o separatismo étnico, o aumento de conflitos armados internos, o desmoronamento de grandes blocos ideológicos, o surgimento de novos grupos econômicos de influência e os atentados terroristas em grande escala, que acarretam em grande instabilidade e situações de violação aos direitos humanos.²⁴

Além dos fatores supramencionados, o autor pontua a emergência de uma “inconsequente e ineficaz doutrina, sustentada em dois pilares que se retroalimentam, proporcionando um temerário cenário internacional”, sendo estes a “Guerra ao Terrorismo” e a “Doutrina da Guerra Preventiva”. Renato Zerbini Ribeiro Leão os caracteriza como “mecanismos doutrinários impositivos, supostamente dedicados a combater o terrorismo, nada mais são do que uma ode à força bruta, um tapa no multilateralismo e uma afronta ao direito internacional público”. Como consequências desta doutrina que impactam a temática do refúgio, são apontadas: “a propagação de um caudal de ódio mundial e a diminuição da disposição dos ditos países ricos que defendem essa doutrina, em acolher refugiados e refugiadas de algumas partes do planeta.”²⁵

A legislação brasileira de proteção aos refugiados é considerada uma das mais avançadas e amplas do mundo. Para Renato Zerbini Ribeiro Leão²⁶ a Lei 9474/1997 absorve a doutrina da convergência das três vertentes da proteção internacional da pessoa humana: direito internacional humanitário, direito internacional dos refugiados e direito internacional dos direitos humanos.

A conceito amplo de refúgio, incluindo não apenas as hipóteses de fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, mas também “grave e generalizada violação de direitos humanos”, o que é considerado por traduzir o espírito da Declaração de Cartagena de 1984.

No entanto, a interpretação do termo “grave e generalizada violação de direitos humano” cabe ao CONARE, vez que a lei é omissa quanto à extensão desse conceito.²⁷

²⁴ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Op. cit. p. 19.

²⁵ Ibidem. p. 19

²⁶ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: Decisões comentadas do CONARE. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/24507.pdf> . Acesso em: 01 de abril de 2019.

²⁷ MAHLKE, Helsiane. Op. cit. p. 224.

Para Renato Zerbini Ribeiro Leão, duas relevantes condições são consideradas pelo CONARE para que reste configurada a hipótese supramencionada:

- i) a total incapacidade de ação, ou mesmo a inexistência de entes caracterizadores de um Estado Democrático de Direito, como podem ser as instituições representativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de um Estado qualquer. Ou seja, **a dificuldade mesmo em se identificar a existência de um Estado**, tal qual conceituado pelo direito internacional público, em um território específico;
- ii) **o reconhecimento, por parte da comunidade internacional**, de que o Estado ou território em questão, em todo ou em parte, apresenta uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.²⁸

O princípio do *non-refoulement* é consagrado no art. 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, segundo o qual nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. No ordenamento pátrio, tal princípio se traduz na inteligência do art. 7º §1º da Lei 9474/1997, mas também encontra-se presente na hipótese de rejeição do pedido de refúgio:

Art. 32. No caso de recusa definitiva de refúgio, ficará o solicitante sujeito à legislação de estrangeiros, **não devendo ocorrer sua transferência para o seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade**, salvo nas situações determinadas nos incisos III e IV do art. 3º desta Lei.

Art. 37. A expulsão de refugiado do território nacional não resultará em sua retirada para país onde sua vida, liberdade ou integridade física possam estar em risco, e apenas será efetivada quando da certeza de sua admissão em país onde não haja riscos de perseguição. (grifo nosso)

No ordenamento jurídico brasileiro, a principal contribuição da Declaração de Cartagena se transcreve no disposto no art. 1º, inciso III da Lei 9474/1997, sendo o conceito de “grave e generalizada violação de direitos humanos” produto de uma realidade específica do continente africano, que foi incorporado na normativa da América Latina a partir desta declaração.²⁹

A Declaração de Cartagena é importante porque lança elementos capazes de reconhecer a complementaridade existente entre os três ramos da proteção

²⁸ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Op. cit. p. 45.

²⁹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Op. cit. p. 78

internacional da pessoa humana, à luz de uma visão integral e convergente do direito humanitário, dos direitos humanos e do direito dos refugiados, tanto normativa, como interpretativa e operativamente. Disso se trata o chamado “Espírito de Cartagena”. O Estado brasileiro captou o Espírito de Cartagena. Este exercício não foi fácil.³⁰

As soluções duradouras para os refugiados e as refugiadas da América Latina apresentadas no Plano de Ação do México se dão em três dimensões (LEÃO, 2007):

- I. Cidades solidárias: relacionada à integração local dos refugiados e das refugiadas, principalmente os urbanos, com autosuficiência e dignidade.
- II. Fronteiras solidárias: dimensão relativa ao monitoramento das fronteiras, a fim de garantir o acesso à proteção e assistência a todos que necessitam da proteção internacional, com destaque para mulheres e crianças
- III. Reassentamento solidário: trata da divisão de responsabilidades com os países da região que recebem grandes fluxos de refugiados e de refugiadas originados pelos conflitos e tragédias humanitárias na América Latina.

A Lei 9474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 apresenta uma estrutura tripartite, constituída pelo CONARE, o ACNUR e Organizações da Sociedade Civil.

O CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) é criado pelo art. 11 da Lei 9474, como um órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça. Seus membros são definidos no art. 14 da mesma lei, sendo estes: um representante do Ministério da Justiça, que o presidirá, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério do Trabalho, um representante do Ministério da Saúde, um representante do Ministério da Educação e do Desporto, um representante do Departamento de Polícia Federal e um representante de organização não-governamental, que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País. Seus membros são designados pelo Presidente da República, mediante indicações dos órgãos e da entidade que o compõem. Ademais, o ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto.

³⁰ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Op. cit. p. 78

O CONARE tem papel crucial na concessão de refúgio, e apesar de não ser considerado um órgão de julgamento, em entrevista com a Cáritas ficou claro que, na prática, o órgão exerce essa função. Suas competências são estabelecidas na Lei 9474/97:

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

Em razão da última competência listada, verifica-se que o CONARE quase monopoliza a interpretação e aplicação das normas sobre refúgio, vez que na “na ausência de normas e políticas claras em relação à imigração de uma maneira geral no Brasil, o CONARE praticamente legisla estabelecendo parâmetros para a proteção aos refugiados no Brasil” ³¹

No procedimento de solicitação de refúgio, o CONARE estabelece o GEP (Grupo de Estudos Prévios), que será analisado individualmente posteriormente, e estabelece uma espécie de triagem dos casos que serão levados à plenária. Após o GEP, o CONARE realiza sessões plenárias nas quais são analisados os casos e deferidos ou não os pedidos.

O papel do ACNUR, sendo este o de auxiliar o Governo Brasileiro, em cooperação com o CONARE e a sociedade civil na implementação das metas do Plano de Ação do México de 2004, e não de participar no processo decisório referente às solicitações de refúgio. ³² Assim, no processo de análise das solicitações de refúgio, o ACNUR tem voz, porém não tem voto.

O ACNUR estabelece parceria com as organizações da sociedade civil, como as Cáritas, a fim de concretizar seus objetivos através dos programas de proteção (assistência jurídica), programas de assistência (direitos sociais) e programas de integração do refugiado nas

³¹ MAHLKE, Heliene. Op. cit. p. 232.

³² Ibidem. p. 237.

comunidades locais. Sua atuação no Brasil tem sido reconhecida pelo incentivo a uniformização da política sobre refúgio, promoção da relação entre as instâncias internas e externas e pelo diálogo com as instituições, a fim de zelar pela aplicação das Convenções Internacionais.

No plano acadêmico, o ACNUR implementa a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com centros universitários nacionais e com o CONARE desde 2003, com o intuito de promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada a população em condição de refúgio é um dos objetivos da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). A Cátedra também tem como objetivo promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro da temática, bem como trabalhar direto com os refugiados em projetos comunitários. São exemplos de iniciativas ações das universidades para fomentar o acesso e permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua portuguesa à população de refugiados.³³

A estrutura tripartite conta, por fim, com a atuação da sociedade civil, não somente no procedimento de solicitação de refúgio, mas também na implementação de políticas públicas, isto é, na implementação de soluções duradouras, e na elaboração de relatórios que trazem as informações ao processo de solicitação. As entidades que compõem essa estrutura são a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e o Instituto Migrações e Direitos Humanos, que atua em São Paulo.

Porém, para além do seu trabalho no processo de elegibilidade, é de suma importância a atuação dessas entidades no cotidiano do refugiado através dos programas de proteção, assistência e de integração.

O programa de proteção, que se dá mormente pela assistência jurídica, visa a garantia das liberdades do solicitante/refugiado, bem como acompanhar o procedimento de solicitação de refúgio e garantir que eles consigam a documentação necessária junto aos órgãos públicos. Como visto em visita à Cáritas do Rio de Janeiro, os agentes de proteção, como são chamados os advogados responsáveis pelo programa, também preparam o refugiado para a entrevista do GEP, no qual será auferido o “fundado temor de perseguição”, elemento crucial para concessão do status de refugiado, através de entrevistas e extensiva pesquisa sobre a realidade do país de origem.

³³ ACNUR. Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Disponível em < <http://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

O programa de assistência busca garantir o acesso a direitos básicos, como moradia, saúde, educação, alimentação e formação.³⁴ Em capítulo próprio será tratada entrevista com assistente social da Cáritas do Rio de Janeiro retratando a realidade dessa face do programa.

O programa de integração propõe a inserção do refugiado na comunidade local, respeitando sua cultura e sua identidade. As atividades nesse sentido que foram conhecidas na visita à Cáritas abarcam a proposta deste programa colocada pela doutrina: são oferecidas aulas de língua portuguesa em parceria com a UERJ, aulas de yoga, cursos para refugiados empreendedores (CORES), rodas de conversas sobre mulheres, a promoção da feira “Chega Junto” que une produtores e cozinheiros refugiados em uma celebração étnico-cultural-gastronômica, arte terapia para as crianças, bem como os refugiados são convidados a participar dos times de futebol e vôlei da atlética do curso de Relações Internacionais da UERJ.

Não obstante a Polícia Federal não fazer parte da estrutura tripartite, possui um papel central no sistema de proteção ao refugiado, tendo em vista que é reconhecida como autoridade migratória, pois serve como polícia aeroportuária, marítima e de fronteira (art. 144, § 1º, III, CRFB/88). Como já mencionado, a PF é um dos membros do CONARE, bem como participa das reuniões do GEP.

Entre as competências da Polícia Federal estão a emissão dos documentos necessários para identificação provisória dos solicitantes de refúgio (art. 21 da Lei 9474/1997), informar ao solicitante o resultado de seu pedido e receber recursos em caso de indeferimento (art. 27, art. 31 e 41), bem como fornecer as condições necessárias para viabilizar o pedido de refúgio e no caso de decisão positiva, registrar o refugiado e encaminhar solicitação de cédula de identidade e assinatura do termo de responsabilidade (art. 28).

Da leitura dos requisitos para a concessão do refúgio, chamou especial atenção a necessidade de “fundado temor de perseguição”. Como auferir se o temor que leva alguém a abandonar o seu país é devidamente fundado? A que ponto os critérios objetivos e circunstanciais interferem nos aspectos subjetivos?

Em entrevista à Cáritas tal questão foi colocada, oportunidade na qual foi destacada da importância da entrevista realizada pelo CONARE, para a qual os agentes de proteção da Cáritas preparam os solicitantes de refúgio minuciosamente.

³⁴ Ibidem. p. 235.

A razão do peso do depoimento do solicitante de refúgio na decisão de deferimento, a verossimilidade do relato é de grande importância:

Por dar importância ao elemento subjetivo do temor de perseguição na análise dos casos, o CONARE entende que a credibilidade do relato dos solicitantes é fator crucial na tomada de decisão de um pedido de refúgio. Geralmente, sua importância gravita em torno da veracidade das informações prestadas e da história pessoal narrada pelo solicitante. (LEÃO, 2007)

Ao descrever casos em que o CONARE deferiu o pedido de refúgio por restar configurado o “fundado temor de perseguição”, Renato Zerbini Ribeiro Leão cita dois casos de mulheres colombianas que fundamentaram sua perseguição através de cartas com ameaças direcionadas a membros de sua família, ou por já terem o status de deslocada interna reconhecido antes de cruzar a fronteira. Lado outro, cita o caso de dois camaroneses que já possuíam o status de refugiado no Uruguai, porém deslocaram-se ao Brasil e solicitaram refúgio em razão de terem sofrido racismo no país anterior. O CONARE não equipara preconceito à perseguição, além de destacar que o procedimento pertinente seria o de reassentamento, motivo pelo qual indeferiu o pedido de refúgio em questão.

A fim de elucidar os critérios do CONARE frente aos casos concretos, Renato Leão cita ainda o caso de dois liberianos cuja credibilidade foi considerada inconsistente, mas que através de pesquisa apresentaram desfechos diferentes. No primeiro caso, o liberiano não conhecia o idioma oficial de seu país, o que gerou dúvidas quanto à veracidade da nacionalidade alegada. Porém, verificou-se que apenas uma pequena parcela da população sabia o idioma oficial, que fora introduzido pelo colonizador, e assim, seu pedido de refúgio foi deferido. No outro caso, o solicitante descreveu aspectos geográficos do seu alegado local de origem, como nomes de ruas e vegetações, que não condiziam com os dados encontrados na pesquisa sobre o local, o que somado a outras incongruências em seu discurso, levou ao indeferimento do refúgio.

Como já discutido anteriormente, há a possibilidade da perseguição ocorrer por parte de agentes não-estatais. Nesse sentido, o CONARE reconheceu, por exemplo, solicitações de refúgio de colombianos cujo temor residia na perseguição pelas FARC e outros grupos.

Destacam-se ainda as peculiaridades enfrentadas pelos chamados “grupos de risco”, entre eles mulheres, crianças e homossexuais, que, como coloca Renato Leão, são os “mais vulneráveis entre os vulneráveis”. A perseguição enfrentada pelas mulheres, por exemplo, pode se dar de diversas formas, entre elas violações sexuais, circuncisão feminina, queima por dote,

e também atos violentos cometidos contra mulheres por não se submetem a normas e condutas discriminatórias.

Outrossim, dá-se atenção ao grupo vulnerável que são as crianças-soldados, recrutadas justamente por sua pouca idade, e que estima-se que vem sido alvo de recrutamento pelas forças armadas governamentais, pelos grupos paramilitares, pelas milícias civis e por grupos armados não estatais em mais de 85 países.³⁵ Impende recorte de um dos casos dessa espécie levado ao CONARE:

O caso de um menor proveniente da Costa do Marfim retrata a realidade do recrutamento militar forçado de menores. O caso aponta que “ele morava nos arredores da cidade de Bangui, capital de seu país. Em abril de 2002 houve um movimento armado que culminou na invasão da capital por um grupo rebelde. O solicitante, que naquela ocasião acabara de completar 17 anos, foi recrutado de forma forçada por um grupo rebelde. Passou apenas dois dias em poder dos rebeldes e, na primeira oportunidade, conseguiu escapar e rumou para a mata. Juntamente com um amigo, desfez-se dos uniformes e embarcou num veículo em direção à fronteira com a República dos Camarões. Ali solicitou refúgio e permaneceu durante dois anos e meio sem que as autoridades daquele país tivessem apreciado seu pedido. Assim, saiu da República dos Camarões e chegou ao Brasil em novembro de 2004.” Na análise do caso, o CONARE verificou que o grupo rebelde do qual o solicitante escapara em 2002 fora vitorioso na derrocada do poder do governo anterior, razão pela qual subsistiam as circunstâncias que determinaram o seu deslocamento forçado e, por consequência, a continuidade do seu fundado temor de perseguição. O Comitê afastou o enquadramento da situação do solicitante como movimento irregular secundário, eis que decorreu um prazo de mais de dois anos sem que o mesmo obtivesse resposta ao seu pedido de proteção. Igualmente, o CONARE reiterou o critério de “interesse superior do menor”, tendo em vista que o primeiro deslocamento aconteceu quando o solicitante era ainda adolescente, tendo sido recrutado justamente por ser homem e jovem. O CONARE considerou haver um vínculo de continuidade no deslocamento forçado do solicitante em busca da proteção internacional em virtude de não tê-la obtido no primeiro país de solicitação de refúgio. Caso reconhecido pelo Comitê.³⁶

As decisões do CONARE também apontam para um fundado temor de perseguição daqueles que abandonam a religião dominante no país, a exemplo do Islã. Em alguns casos há consequências penais, inclusive a pena de morte, mas também são comuns em países islâmicos restrições civis, como dissolução do casamento do apóstata com muçulmano, retirada da guarda dos filhos do pai ou da mãe apóstata, extinção de direito de herança e desapropriação dos bens do apóstata pelo Estado.³⁷

³⁵ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: Decisões comentadas do CONARE. 2007. Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/24507.pdf> > . Acesso em: 01 de abril de 2018.p. 38.

³⁶ Ibidem. p. 39

³⁷ Ibidem. p. 43.

A análise do caso de solicitação de refúgio de um colombiano elucida como se interpreta o fundado temor de “grupos sociais”, vez que este sofreu perseguição por ser filho de um dirigente sindical colombiano, que são comumente associados aos guerrilheiros no país. No caso em tela, o representante do Ministério do Trabalho trouxe ao CONARE informações divulgadas pela OIT, confirmando que os sindicalistas constituem um grupo de risco no marco do conflito colombiano, além do solicitante ser proveniente de um local listado como o terceiro de mais elevado risco para sindicalistas.

Por fim, percebeu-se que a aplicação restritiva do conceito de refugiado, mormente quanto ao elemento de perseguição e seus agentes, implica no engessamento deste instituto, que não consegue abarcar novas realidades nas quais se apresentam situações de vulnerabilidade que acarretam no deslocamento forçado e em condições irregulares.

Quanto ao caso brasileiro, observou-se que apesar da legislação acerca do tema ser considerada uma das mais avançadas e amplas, a sua interpretação ainda encontra-se muito circunscrita à uma leitura europeia do refúgio. Observou-se também que não obstante a legislação brasileira ter incorporado o espírito da Declaração de Cartagena e alargar o rol de causas, incluindo graves violações aos direitos humanos, a aplicação deste instituto, que ocorre através do CONARE, ainda se encontra muito restrita as causas elencadas pela Convenção de 51.

1.4. Atualidades sobre o tema refúgio: Refúgio e Asilo, Migrações Forçadas, Migrantes Ambientais e Econômicos.

Trata, também, da inserção do direito de refúgio e da proteção aos refugiados no contexto da proteção internacional aos direitos humanos, bem como aborda o direito de asilo como gênero, que se subdivide no instituto jurídico do asilo e no instituto jurídico do refúgio, buscando conceituá-los e analisar as diferentes formas de positivação destes institutos na América Latina e na Europa.

Como se percebe da análise do panorama histórico, desde o surgimento dos Estados, verifica-se a concessão de asilo a estrangeiros perseguidos em seus Estados.³⁸ A partir disso,

³⁸ JUBILUT, Liliana. Op. cit. pg. 35.

surge a necessidade de positivar a prática de acolher estrangeiros perseguidos, e torná-la um instituto mais eficaz de proteção no âmbito internacional. Assim, foi estabelecido o “direito de asilo” *lato sensu*, sob o qual estão abrangidos o “asilo diplomático e territorial” e o “refúgio”.

O Glossário sobre Migração da Organização Mundial para Migrações³⁹ define o direito de asilo como:

Termo genérico com dois significados distintos: o direito de conceder asilo (um Estado pode conceder asilo no seu território a qualquer pessoa de acordo com poderes de decisão discricionários) e o direito de lhe ser concedido asilo quer vis-à-vis no Estado em cujo território o asilo é requerido, quer vis-à-vis no Estado de perseguição.

O direito de asilo serve de base jurídica para as demais modalidades de proteção às pessoas perseguidas por um Estado. A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 é o documento que assegura o direito de qualquer pessoa perseguida em seu Estado a solicitar proteção a outro Estado, porém não estabelece o dever de um Estado de conceder asilo.

Parte da doutrina entende que os institutos jurídicos “asilo” e “refúgio” são distintos e não se deve falar em formas de proteções abrangidas pelo direito de asilo *lato sensu*. No entanto, parte da doutrina filia-se à postura de que são institutos assemelhados, haja vista que ambos visam à proteção do ser humano em face de perseguição, geralmente realizada pelo Estado, sendo, portanto, similares em sua essência.

Mormente, encontra-se entre os países de cultura anglo-saxã o entendimento de que não há distinção entre asilo e refúgio, sendo então sempre asilo. Por sua vez, os países latino americanos mantêm uma tradição de distinção entre os dois institutos, com a concessão do asilo combinada com o instituto mais moderno do refúgio.

Tendo em vista que o presente trabalho visa estudar a condição dos refugiados no Brasil, país no qual há distinção entre os institutos, cabe apresentar tal diferenciação.

A origem do termo asilo remonta à antiguidade clássica, no bojo da civilização grega, cuja etimologia do termo significa não-expulsão (a – não e *sylao* – arrebatado, extrair), e geralmente era utilizado para se referir a um local de cunho religioso.

³⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Glossário sobre Migração. Genebra, 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

O instituto passa a ter aspectos jurídicos no Império Romano, porém retrocedeu aos aspectos religiosos durante a Idade Média. Durante a Reforma Protestante, o instituto do asilo volta a ser defendido como modo de proteção da liberdade individual dos seres humanos.

Assim como diversos aspectos do Direito no sentido amplo, o asilo passa a se desenvolver como instituto jurídico a partir da Revolução Francesa, período no qual significativas alterações políticas culminaram na alteração dos beneficiados pelo asilo para aqueles perseguidos politicamente. Até então, o instituto abrangia, em geral, apenas criminosos comuns, não desafiando os regimes absolutistas até então vigentes ao ponto de acolher também “criminosos” políticos.

Desta forma, o asilo passa a ser “o instituto jurídico [pelo qual] um Estado tem o poder discricionário de conceder proteção a qualquer pessoa que se encontre sob sua jurisdição”.⁴⁰

O asilo político, concedido a indivíduos perseguidos por razões políticas, subdivide-se em asilo territorial, concedido quando o solicitante encontra-se fisicamente no território do Estado solicitado, e asilo diplomático, concedido em extensões do território do Estado solicitado, como as embaixadas, ou em navios, ou aviões da bandeira do Estado.

Conforme coloca Jubilut, a positivação do asilo na América Latina conta com uma longa tradição como demonstra a existência dos seguintes documentos: Tratado de Direito Penal de Montevideu, em 1889, Convenção sobre Asilo (VI Conferência Pan-americana, Havana, 1928); Convenção sobre Asilo Político (VII Conferência Internacional Americana, Montevideu, 1933); Declaração dos Direitos e Deveres do Homem sobre asilo territorial (IX Conferência Pan-americana, 1948); Convenção sobre Asilo Político (Montevideu, 1939); e Convenção sobre Asilo Diplomático (X Conferência Interamericana, Caracas, 1954).⁴¹

Nesse sentido, a América Latina ocupa lugar de destaque quanto à prática do asilo, muito em razão das instabilidades políticas dos países, bem como pela existência de dispositivos sobre o asilo em documentos regionais de direitos humanos, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969).

Como citado anteriormente, os milhões de refugiados provenientes de países afetados pela Segunda Guerra impulsionaram o entendimento de que era necessário a criação de um conjunto de regras específicas sobre o tema.

⁴⁰ JUBILUT, Liliana. Op. cit. p. 36

⁴¹ JUBILUT, Liliana. Op. cit. pg. 77.

Jubilut observa que neste contexto, foi priorizado o direito do asilo e não o do refúgio, e propõe duas possíveis respostas para tal escolha. Primeiramente, pelo fato supramencionado de vários Estados que não distinguem os institutos, o que pode ser observado pela utilização de ambos os termos nas várias versões do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Também apresenta a hipótese de que houve a opção pela adoção de uma forma mais genérica, adotando-se o termo mais antigo e criando-se um direito de asilo de modo mais amplo, abrangendo também o refúgio.⁴²

A versão final do artigo 14 de referida Declaração dispõe que

Todos têm o direito de escapar de perseguições política, ideológica ou em função de preconceito racial por meio de refúgio no território de qualquer Estado que esteja disposto a lhes conceder asilo.

Observa-se no dispositivo que há o reconhecimento do direito individual, porém subordinado à vontade estatal, como bem coloca Jubilut.

Na versão de Genebra, em dezembro de 1947, o direito de asilo foi consagrado, porém passou a sofrer limitações em relação a quem poderia gozar dele, pela inteligência do artigo 11, segundo o qual:

Todos têm o direito de buscar asilo em função de perseguição e de tê-lo concedido. Tal direito não será concedido a criminosos e àqueles cujos atos são contrários aos princípios e propósitos das Nações Unidas.

Na versão final do dispositivo, isto é, o que consta hoje do citado artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito de asilo perdeu força novamente ao ter a sua concessão substituída por seu gozo. Vejamos:

Todos têm direito de buscar e gozar de asilo em função de perseguição, em outros Estados. 2. Perseguições processuais decorrentes de crimes não políticos e de atos contrários aos propósitos das Nações Unidas não constituem perseguição.

⁴² JUBILUT, Liliana. Op. cit. p. 78.

No Brasil, o instituto do asilo encontra-se previsto no art. 4º da Carta Magna, segundo o qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - prevalência dos direitos humanos; X - concessão de asilo político. Anteriormente, o tema era previsto nos artigos 28 e 29 da Lei 6.815/ 1980 (Estatuto do Estrangeiro), porém o referido estatuto é revogado pela nova Lei de Migrações (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). Vejamos o disposto no diploma legal em vigor:

Art. 27. O asilo político, que constitui ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre as condições para a concessão e a manutenção de asilo.

Art. 28. Não se concederá asilo a quem tenha cometido crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto no 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Art. 29. A saída do asilado do País sem prévia comunicação implica renúncia ao asilo.

Observa-se, então, a consonância do disposto na legislação pátria com os dispositivos legais internacionais de direitos humanos sobre o tema.

Segundo Jubilut, o refúgio é uma modalidade prática de solidariedade internacional derivada do direito de asilo. Há discussão na doutrina quanto a classificação de refúgio como instituto jurídico ou como estatuto. Nesse sentido, adota-se o posicionamento de Jubilut, de que o que ocorre com o refúgio é este ser um instituto, que pode ser regulado por um estatuto, o que ocorre ao ser regulado pela normativa internacional.⁴³

A expressão utilizada nos dispositivos internacionais é *status*, que comumente é traduzida como “estatuto” para o português, a exemplo da Convenção de 51. No entanto, *status* refere-se a condição de um indivíduo em um ordenamento jurídico, isto é, sua posição pessoal desse indivíduo em face da lei, diante de seus direitos e obrigações. Assim, o status pode alterar conforme altera-se a situação fática, ao passo que o estatuto permanece o mesmo.

⁴³ JUBILUT, Liliana. Op. cit. p. 42

Em suma, considera-se o refúgio como um instituto jurídico, regulado por um estatuto, que assegura o status de refugiado em razão de circunstâncias determinadas, visando a proteção da pessoa humana.

O refúgio surge como instituto jurídico após o Tratado de Versailles, no século XX, no bojo da criação da Liga das Nações, e após uma longa construção doutrinária, que culminou, na esfera internacional em seu âmbito universal, com a Convenção de 1951 e com o Protocolo de 1967, o status de refugiado é reconhecido a qualquer pessoa que sofra perseguição em seu Estado de origem e/ou residência habitual, por força de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social, enquanto o asilo tem sua prática limitada à perseguição política.

O rol de hipóteses de perseguição listados no dispositivo relacionam-se a direitos civis e políticos que estão sendo desrespeitados no país de origem, porém, como já mencionado, a efetivação da proteção desses direitos, apesar de disposta no âmbito internacional, dá-se no âmbito interno de cada Estado. Como consequência, os Estados podem aumentar esse rol, como ocorreu no Brasil, que adotou também a “grave e generalizada violação de direitos humanos” como justificativa de concessão de refúgio.

Acerca do elemento perseguição, esta não é conceituada nos dispositivos legais internacionais sobre o tema, no entanto, a ACNUR em seu “Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar a Condição de Refugiado – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados (1979)” a define como qualquer ameaça à vida ou à liberdade, devendo ser auferida tanto por critérios objetivos como por critérios subjetivos.

Acredita-se que, apesar de metodologias desenvolvidas para aferir o que seria ou não perseguição, tal prática pode dar-se de diversas formas que podem se modificar e ramificar com o tempo, e o engessamento do rol de atos e agentes que podem configurar perseguição poderá ficar obsoleto com o tempo e desenvolvimento de novas técnicas. Assim, observa-se que os principais direitos a serem resguardados já são claros no costume internacional, como o direito a não ser submetido à tortura, o direito a não ser submetido à escravidão e de não sofrer prisão arbitrária.

Todavia, nada impede que os perpetradores desenvolvam novas maneiras de reprimir um grupo de pessoas através da restrição de outros direitos, por exemplo, o que parece mais

consonante com as características dos Estados arbitrários contemporâneos. Neste diapasão, um conceito de perseguição mais elástico tende a melhor se adequar à uma sociedade na qual o desenvolvimento tecnológico ocorre numa velocidade maior do que quando os principais documentos internacionais relativos à perseguição e refúgio foram elaborados.

Ademais, um conceito não flexível de perseguição e um rol taxativo de situações que a configuram não abarcaria a proteção dos refugiados econômicos, por exemplo. Em uma sociedade capitalista guiada por valores neoliberais e um atual desmantelamento da tentativa de construção de um “estado de bem estar social”, principalmente nos países subdesenvolvidos, a tirania pode se manifestar através de aspectos econômicos.

A restrição de acesso aos recursos disponíveis pelo Estado, como por exemplo do direito a acesso a empregos públicos, o direito à intimidade, o direito de votar e de formar associações trabalhistas, resta configurada a perseguição.

Como bem coloca Jubilut:

[...] pode-se dizer que há perseguição quando houver uma falha sistemática e duradoura na proteção de direitos do núcleo duro de direitos humanos, violação de direitos essenciais sem ameaça à vida do Estado, e a falta de realização de direitos programáticos havendo os recursos disponíveis para tal.⁴⁴

Neste diapasão, discute-se se o Estado é o único possível agente perpetrador da perseguição. Remetendo ao conceito de perseguição acima citado, esta se configuraria na falha da proteção de direitos, e assumindo que o dever de proteção de tais direitos é incumbido aos Estados, seria este sempre o agente. Os Estados europeus tem interpretado restritivamente os documentos internacionais no sentido de considerar o Estado como único agente de perseguição, o que no entendimento de Jubilut contraria a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969:

Tal restrição tem impedido que refugiados gozem de proteção nesses Estados, funcionando na prática como uma restrição indevida dos dispositivos dos documentos internacionais. Tal fato contraria a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, que aponta como uma das fontes de interpretação

⁴⁴ Ibidem. p. 52.

de um tratado o sentido comum de seus termos e a interpretação literal dos artigos, bem como o recurso ao seu preâmbulo, o qual nos documentos que tratam de refugiados apresentam caráter humanista e, portanto, o mais protetor possível, sem restringir, por meio de qualificação, o termo perseguição.⁴⁵

Tendo em vista o contexto fático atual, as guerras civis e guerras de guerrilhas, bem como a tomada do poder bélico e domínio do poder punitivo - originalmente característico - do Estado, por grupos paraestatais, além de Estados que apresentam mais de uma proposta de Estado para o mesmo território e disputam seu controle em guerra, ambas com o reconhecimento de outros Estados, conclui-se que não é possível compreender o Estado como único agente de perseguição. Tal interpretação restritiva, observando apenas a letra fria da norma, desrespeita o espírito humanista em que os diplomas legais acerca do tema foram elaborados.

Outro elemento passível de discussão quando da concessão do status de refugiado é o termo “temor” na expressão “bem fundado temor de perseguição”. O temor subjetivo é presumido, isto é, assume-se que todos os solicitantes o possuem para terem solicitado o refúgio. No entanto, o que é verificado é o temor objetivo, isto é, as condições do solicitante em seu Estado de proveniência e evidências de que há motivos para o temor de existir perseguição.

Quando da concessão do refúgio coletivo, a verificação de tal elemento era mais palpável. Porém, recentemente, com a introdução do sistema individual da condição de refugiado, o elemento objetivo temor é atestado através de entrevistas individuais. Desta forma, a responsabilidade é dividida entre o solicitante e o entrevistador, vez que o primeiro conhece sua história e deve expor as situações que o fizeram temer a perseguição, e o segundo deve buscar informações quanto às condições do Estado de proveniência a fim de auferir o temor que aquele indivíduo pode ter sofrido dentro daquela conjuntura. Impende ressaltar que a perseguição não precisa ter sido materializada.

Outro elemento essencial ao refúgio é a extraterritorialidade, comum também ao asilo territorial, como consequência do princípio da não-intervenção, consagrado pela Ordem Internacional de Vestfália e positivado no artigo 2, 7 da Carta da ONU. Apesar das tentativas de mitigar a relevância do fato de o solicitante estar fora de seu país de origem ou residência em razão do fechamento das fronteiras de vários Estados, a exemplo de vários Estados europeus.

⁴⁵ Ibidem. p. 53

Por fim, se o solicitante não for abrangido pelas cláusulas de exclusão e cessação, isto é, não se enquadrar nas hipóteses de vedação da concessão, como por exemplo ter incorrido em crimes no Estado de origem, e demonstrar que a situação que o levou a solicitar o refúgio persiste, o status de refugiado é reconhecido por meio de uma decisão declaratória.

Aspectos Históricos do Instituto Jurídico do Asilo

A origem do termo asilo remonta à antiguidade clássica, no bojo da civilização grega, cuja etimologia do termo significa não-expulsão (a – não e sylao – arrebatado, extrair), e geralmente era utilizado para se referir a um local de cunho religioso.

O instituto passa a ter aspectos jurídicos no Império Romano, porém retrocedeu aos aspectos religiosos durante a Idade Média. Durante a Reforma Protestante, o instituto do asilo volta a ser defendido como modo de proteção da liberdade individual dos seres humanos.

Assim como diversos aspectos do Direito no sentido amplo, o asilo passa a se desenvolver como instituto jurídico a partir da Revolução Francesa, período no qual significativas alterações políticas culminaram na alteração dos beneficiados pelo asilo para aqueles perseguidos politicamente. Até então, o instituto abrangia, em geral, apenas criminosos comuns, não desafiando os regimes absolutistas até então vigentes ao ponto de acolher também “criminosos” políticos.

Desta forma, o asilo passa a ser “o instituto jurídico [pelo qual] um Estado tem o poder discricionário de conceder proteção a qualquer pessoa que se encontre sob sua jurisdição”.⁴⁶

O asilo político, concedido a indivíduos perseguidos por razões políticas, subdivide-se em asilo territorial, concedido quando o solicitante encontra-se fisicamente no território do Estado solicitado, e asilo diplomático, concedido em extensões do território do Estado solicitado, como as embaixadas, ou em navios, ou aviões da bandeira do Estado.

Conforme coloca Jubilut, a positivação do asilo na América Latina conta com uma longa tradição como demonstra a existência dos seguintes documentos: Tratado de Direito Penal de Montevidéu, em 1889, Convenção sobre Asilo (VI Conferência Pan-americana, Havana, 1928); Convenção sobre Asilo Político (VII Conferência Internacional Americana, Montevidéu, 1933); Declaração dos Direitos e Deveres do Homem sobre asilo territorial (IX Conferência Pan-

⁴⁶ JUBILUT, Liliana Lyra. O Direito Internacional dos Refugiados e a sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro. São Paulo: Método, 2007. p. 36

americana, 1948); Convenção sobre Asilo Político (Montevideu, 1939); e Convenção sobre Asilo Diplomático (X Conferência Interamericana, Caracas, 1954).⁴⁷

Nesse sentido, a América Latina ocupa lugar de destaque quanto à prática do asilo, muito em razão das instabilidades políticas dos países, bem como pela existência de dispositivos sobre o asilo em documentos regionais de direitos humanos, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969).

Como citado anteriormente, os milhões de refugiados provenientes de países afetados pela Segunda Guerra impulsionaram o entendimento de que era necessário a criação de um conjunto de regras específicas sobre o tema.

Jubilut observa que neste contexto, foi priorizado o direito do asilo e não o do refúgio, e propõe duas possíveis respostas para tal escolha. Primeiramente, pelo fato supramencionado de vários Estados que não distinguem os institutos, o que pode ser observado pela utilização de ambos os termos nas várias versões do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Também apresenta a hipótese de que houve a opção pela adoção de uma forma mais genérica, adotando-se o termo mais antigo e criando-se um direito de asilo de modo mais amplo, abrangendo também o refúgio.⁴⁸

A versão final do artigo 14 de referida Declaração dispõe que

Todos têm o direito de escapar de perseguições política, ideológica ou em função de preconceito racial por meio de refúgio no território de qualquer Estado que esteja disposto a lhes conceder asilo.

Observa-se no dispositivo que há o reconhecimento do direito individual, porém subordinado à vontade estatal, como bem coloca Jubilut.

Na versão de Genebra, em dezembro de 1947, o direito de asilo foi consagrado, porém passou a sofrer limitações em relação a quem poderia gozar dele, pela inteligência do artigo 11, segundo o qual:

Todos têm o direito de buscar asilo em função de perseguição e de tê-lo concedido. Tal direito não será concedido a criminosos e

⁴⁷ JUBILUT, Liliana. Op. cit. pg. 77.

⁴⁸ JUBILUT, Liliana. Op. cit. p. 78.

àqueles cujos atos são contrários aos princípios e propósitos das Nações Unidas.

Na versão final do dispositivo, isto é, o que consta hoje do citado artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito de asilo perdeu força novamente ao ter a sua concessão substituída por seu gozo. Vejamos:

1. Todos têm direito de buscar e gozar de asilo em função de perseguição, em outros Estados. 2. Perseguições processuais decorrentes de crimes não políticos e de atos contrários aos propósitos das Nações Unidas não constituem perseguição.

No Brasil, o instituto do asilo encontra-se previsto no art. 4º da Carta Magna, segundo o qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - prevalência dos direitos humanos; X - concessão de asilo político. Anteriormente, o tema era previsto nos artigos 28 e 29 da Lei 6.815/ 1980 (Estatuto do Estrangeiro), porém o referido estatuto é revogado pela nova Lei de Migrações (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). Vejamos o disposto no diploma legal em vigor:

Art. 27. O asilo político, que constitui ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre as condições para a concessão e a manutenção de asilo.

Art. 28. Não se concederá asilo a quem tenha cometido crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Art. 29. A saída do asilado do País sem prévia comunicação implica renúncia ao asilo.

Observa-se, então, a consonância do disposto na legislação pátria com os dispositivos legais internacionais de direitos humanos sobre o tema.

O asilo político na Lei Nº 6.815 de 19 de Agosto de 1980

O asilo político concedido a partir de 1980, com a entrada em vigor do Estatuto do Estrangeiro, subordinava o asilado a condições impostas pelo Governo brasileiro, dispostas no título III da lei, dentre elas a que o asilado não poderia deixar o país sem prévia autorização.

Impede destacar que a referida lei foi elaborada no período da Ditadura Militar, isto é, no contexto de forte repressão e rejeição à estrangeiros vistos como ameaça, em especial aqueles que se opunham a regimes ditatoriais nos demais países da América Latina. Os reflexos desse período estão no caráter autoritário e de rigoroso controle dispostos no Estatuto do Estrangeiro.

O Estatuto reitera que o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis (artigo 95), incluindo o exercício de atividade remunerada e a matrícula em estabelecimento de ensino.

Apesar da ideia de Universalidade dos Direitos Humanos, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecer o direito de ir e vir em escala mundial, permaneciam algumas normas nas quais o estrangeiro era visto como um risco à segurança e sobrevivência do Estado, impondo-lhe exigências não demandadas aos nacionais. Por exemplo, conforme o artigo 102 do Estatuto do Estrangeiro, “o estrangeiro registrado é obrigado a comunicar ao Ministério da Justiça a mudança do seu domicílio ou residência, devendo fazê-lo nos 30 (trinta) dias imediatamente seguintes à sua efetivação.”. O disposto em tal artigo se confronta com o Pacto De San José Da Costa Rica – do qual o Brasil é signatário - que, na parte em que determina os direitos de circulação e de residência, afirma que “Toda pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado tem o direito de nele livremente circular e de nele residir, em conformidade com as disposições legais.”

Outras restrições são colocadas nos artigos 106 e 107 do Estatuto do Estrangeiro. O artigo 106 essencialmente veda ao estrangeiro a ocupação de determinados cargos.

Já o artigo 107 define que o não-nacional não pode exercer atividade de caráter político nem interferir em assuntos internos brasileiros. É vedada ao estrangeiro a organização, criação ou manutenção de entidades de caráter político. Contudo, essa norma encontrava-se derogada e ineficaz à luz da liberdade de associação garantida pela Constituição. Os estrangeiros também não podem se alistar como eleitores ou votar.

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos.

Nessa linha, o antigo Estatuto do Estrangeiro deu amparo para ações a fim de coibir o ativismo político de estrangeiros, como ocorreu em recentes manifestações políticas:

[...]com o objetivo de intimidar a participação de estrangeiros em manifestações políticas contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), em 16 de abril do mesmo ano de 2016 lançou nota para “informar sobre a proibição legal da participação de estrangeiros em manifestações políticas no Brasil” e que “os estrangeiros que forem encontrados participando das mobilizações do impeachment presidencial devem ser detidos e encaminhados à Polícia Federal.”⁴⁹

Não há nenhuma norma internacional que obrigue os entes estatais a aceitar estrangeiros em seu território. Assim, os Estados podem estabelecer restrições à presença de estrangeiros em seu território, em seu interesse nacional. As condições para a entrada dos estrangeiros são estabelecidas por legislação interna e, eventualmente, em tratados. A admissão do estrangeiro deve estar em conformidade com o interesse público do Estado que o acolhe. O visto é concedido de acordo com o propósito da estada. Entre os países do Mercosul não é necessário visto, apenas documento de identidade, visando a integração latino-americana proposta na Constituição.

⁴⁹ FENAPEF. Estrangeiros: Nota da Fenapef repercute na imprensa nacional. Publicado em 18 de abril de 2016. In: MARTINS AMARAL, A. COSTA, L.A.Op. Cit. p. 218.

Entre os mecanismos de controle de imigração regidos pelo Estatuto do Estrangeiro, encontravam-se a expulsão, deportação e extradição.

A expulsão do estrangeiro se fundamenta na nocividade ou a inconveniência do estrangeiro. No prévio diploma legal, era passível de expulsão o estrangeiro que “de qualquer forma atentar contra a segurança nacional, a ordem pública ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais”. A expulsão era apurada em processo administrativo (inquérito) e é competência do(a) presidente(a) da República, materializada por meio de decreto. Seu efeito consiste em obrigar o estrangeiro a sair do território nacional e proibir o seu retorno. Segundo o Pacto de São José (art. 22 § 9º - ratificado pelo Decreto 678 de 1992), é proibida a expulsão coletiva.

No regime militar, o Decreto-Lei 941, de 1969 passou a definir a situação jurídica do imigrante após a edição do Ato Institucional nº 5. O decreto previa um procedimento sumário à expulsão do estrangeiro considerado “nocivo”, ampliando mecanismos de controle sob a justificativa da garantia da ordem pública e social do Estado, a soberania e a segurança nacional.

A extradição consiste em medida de cooperação em campo penal, e seu fundamento é a existência de tratado entre o Estado solicitante e o solicitado, bem como exige sentença condenatória final ou ordem de prisão. A competência da extradição é dividida entre o Executivo e o Judiciário (Supremo Tribunal Federal). Conforme a *Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* de 1984, é inadmissível a extradição quando a pessoa sofrer o risco de ser torturada no país de destino (art. 3, §1º)

Conforme disposto na Carta Magna, o Brasil não concederá extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. (art 5º, LII).

A deportação consiste na retirada compulsória de estrangeiro irregular. Seu fundamento é a irregularidade na entrada ou permanência. Pela Lei nº 6.815/198, é um ato discricionário e de ofício, de competência da Polícia Federal. O retorno de estrangeiro deportado é permitido, desde que legalizado.

Alterações na condição jurídica do estrangeiro e o asilo Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017

Conforme mencionado anteriormente, o asilo consiste na proteção dada por um Estado a um indivíduo cuja vida, liberdade ou dignidade estejam ameaçadas pelas autoridades de outro Estado, normalmente por conta de perseguições de ordem política. Os Estados têm o direito, e não o dever de conceder asilo.

Segundo a Constituição Federal, um dos princípios que regem as relações internacionais é a concessão de asilo político (art. 4º, X). Os artigos 28 a 30 do Estatuto do Estrangeiro dispunham sobre a condição do asilado, colocando que o mesmo deveria cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar e não poderá sair do País sem prévia autorização do Governo brasileiro.

Segundo o Estatuto do Estrangeiro, a concessão de asilo terminava com a renúncia ao benefício, a fuga do asilado e a saída do país sem autorização do governo. No novo diploma legal acerca do tema que entrou em vigor em 2017, apenas saída do asilado do País sem prévia comunicação implica renúncia ao asilo (art. 29). Observa-se a relevante alteração do termo “autorização” para “comunicação”, indicando o espírito da nova lei que rege a condição jurídica do estrangeiro.

Impende destacar a ausência de requisitos objetivos quanto à prática de crime presente em todos os dispositivos acerca de estrangeiro até então, deixando então tal avaliação a cargo das autoridades, quando em vigor a Lei nº6.815/1980. Ao tratar da expulsão, Destacam MARTINS AMARAL e COSTA⁵⁰:

Os conceitos vagos utilizados pelo legislador, como “conveniência”, “interesses nacionais” e “moralidade pública” abrem uma ampla margem para o arbítrio na seleção de quais estrangeiros serão classificados como “indesejáveis” e a expressão “de qualquer forma”, utilizada pelo legislador, afasta a necessária aplicação da proporcionalidade.

A nova lei, em seu art. 54, §1º, prevê a expulsão em hipóteses como condenação com trânsito em julgado pela prática de crimes graves sancionados pelo Estatuto de Roma, ou à prática de crimes passíveis de pena privativa de liberdade, além de considerar possibilidades de ressocialização, o que se considera significativa alteração.

⁵⁰ MARTINS AMARAL, A., COSTA, L. A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração. Revista Justiça Do Direito, 31(2), 208-228. 2017.

O único dispositivo penal da Lei nº 13.445/2017 é o art. 115, que culminou no art. 232-A do Código Penal, criando o tipo penal de “promoção da imigração ilegal”, destacando-se que há a necessidade de obtenção de vantagem econômica para que se configure. O intuito do dispositivo é coibir o tráfico internacional de pessoas através dos chamados “coiotes”. Inclui-se a vantagem econômica como requisito a fim de não criminalizar aqueles que irregularmente promovem a imigração de familiares e entes queridos.

No entanto, o dispositivo é passível de crítica, vez que não menciona a obtenção de vantagem sexual do(a) migrante na promoção de sua migração irregular, sendo esta ainda configurada como conduta atípica, desde que consensual.⁵¹

Em pesquisa jurisprudencial acerca da nova lei, a fim de verificar como esta tem sido aplicada desde sua entrada em vigor, verifica-se que a maioria dos resultados para decisões relacionadas à lei se tratam sobre

- a) pedidos de isenção de taxas para documentos;
- b) viabilidade a expulsão de estrangeiro visitante ou migrante do território nacional quando comprovado tratar-se de pai de criança brasileira, que se encontre sob sua dependência socioafetiva (art. 55, II, a);

Não fora encontrada, até o momento, publicação de nenhuma decisão sobre asilo político sob a égide da nova lei.

O decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a nova lei de migrações, em seu capítulo VI regulamenta o asilo político, e ainda prevê que a decisão quanto à concessão compete ao Presidente, consultado pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como institui a Polícia Federal como responsável pelo registro do solicitante.

Todavia, também prevê o direito de reunião familiar a partir de sua concessão, além de outros dispositivos de caráter protetivo. Vejamos:

Art. 113. Em nenhuma hipótese, a retirada compulsória decorrente de decisão denegatória de solicitação de asilo político ou revogatória da sua concessão será executada para território onde a vida e a integridade do imigrante possam ser ameaçadas.

⁵¹ MARTINS AMARAL, A. COSTA, L.A. Op. Cit. p 224.

Capítulo 2 - Quem são os refugiados no Brasil: considerações preliminares

Neste capítulo, buscou-se identificar o perfil dos refugiados no Brasil, de modo a compreender quem são as pessoas que buscam o Brasil como destino. Em especial, de tentar encontrar por meio do contato com indivíduos refugiados a razão de terem vindo para o Brasil. As hipóteses iniciais eram de maior proximidade (especialmente, em relação aos venezuelanos) e o de acesso a serviços públicos gratuitos. Vislumbrava-se a hipótese de que entre a comunidade de refugiados o Brasil seria uma nação que garantisse os direitos fundamentais a esses grupos vulneráveis.

2.1 Dados etnográficos sobre os fluxos de refúgio no Brasil

As tabelas que serão apresentadas abaixo referem-se aos fluxos migratórios no Brasil até o ano de 2020 e foram elaboradas por Luis Renato Vedovato e Renata Baeninger.⁵² Os dados coletados pelos referidos pesquisadores nos permitem validar o perfil dos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, verificando que as entrevistas feitas no trabalho de campo realizado para esta dissertação abrangem a diversidade étnica proposta na metodologia seguida.

Importa registrar que ao longo do trabalho buscou-se referenciar as categorias de refugiados (já com a documentação legalizada) e os solicitantes de refúgio. Tais categorias são necessárias para a investigação dos dados, ainda que as mesmas tenham significados semânticos semelhantes.

As categorias imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, se mesclam, se sobrepõem, são partes dos mesmos processos sociais. Trazem desafios e especificidades para a compreensão do fenômeno migratório, para a dinâmica da população e para a própria interação desses diferentes grupos na sociedade de destino (...) considerando estas categorias, entre 2000-outubro de 2020, o Brasil registrou 1.522.265 novos imigrantes, 187.280 solicitantes de refúgio em 2020 e 50.153 concessões de refúgio entre 2016-2020. É de se ressaltar que conhecer estes volumes populacionais e explorar as fontes alternativas para o estudo das migrações internacionais contribui para a visibilidade de contingentes imigrantes e para a garantia dos direitos humanos para essas populações (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p. 304).

⁵² VEDOVATO, Luis Renato. BAENINGER, Renata. In: RAMOS, André de Carvalho, RODRIGUES, Gilberto M. A e ALMEIDA, Guilherme Assis de (orgs). 70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951-2021): Perspectivas de futuro. Brasília, DF, ACNUR Brasil, 2021, p. 313 e ss.

Figura 1 – Solicitações de Refúgio em 2020

Tabela 1. Número de solicitações de refúgio, segundo países de nacionalidade, Brasil, 2020 (em 23 de novembro)

Países de Nacionalidade	Solicitações de Refúgio ativas em 23 de nov. 2020
Venezuela	98.775
Haiti	34.691
Cuba	10.472
China	4.877
Senegal	4.810
Bangladesh	4.739
Angola	4.211
Nigéria	2.318
Síria	2.138
Gana	1.780
Líbano	1.359
Paquistão	1.253
Guiné Bissau	1.067
Colômbia	1.059
Rep. Dominicana	975
Índia	969
Congo	922
Marrocos	687
Guiné	625
Camarões	520
Togo	485
Filipinas	479
República Dem. Congo	424

Países de Nacionalidade	Solicitações de Refúgio ativas em 23 de nov. 2020
Somália	422
Egito	400
África do Sul	373
Nepal	358
Iraque	286
Palestina	280
Coréia do Sul	273
Mauritânia	257
Serra Leoa	240
Burkina Faso	230
Turquia	230
Benin	213
Peru	210
Gâmbia	209
Mali	180
Paraguai	169
Iêmen	155
Cabo Verde	150
Argentina	149
Chile	139
Irã	132
Costa do Marfim	129
Guiana	129
Tunísia	123
Eritréia	115
Afeganistão	112
Bolívia	111
Portugal	99
Sudão	86
Tanzânia	78
Quênia	74

Países de Nacionalidade	Solicitações de Refúgio ativas em 23 de nov. 2020
Moçambique	73
Jordânia	71
Etiópia	67
Equador	66
Sri Lanka	60
Vanuatu	53
Ucrânia	47
Nicarágua	43
Rússia	43
Namíbia	40
Líbia	38
Tailândia	38
Espanha	36
México	34
Argélia	31
Estados Unidos	30
Uruguai	29
Itália	28
Macau (R.A.E.)	27
El Salvador	26
Uganda	26
França	24
Arábia Saudita	20
Guatemala	20
Guiana Francesa	20
São Tomé e Príncipe	20
Honduras	18
União Soviética	18
Fiji	17
Libéria	17
Suriname	16

Países de Nacionalidade	Solicitações de Refúgio ativas em 23 de nov. 2020
Dominica	15

Costa Rica	14
Burundi	13
Butão	12
Reino Unido	12
Zaire	12
Cazaquistão	11
Guiné Equatorial	11
Romênia	11
Vaticano	11
Outros Países	227
Indefinidos	89
Total	187 280

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil /CONARE/OBMigra, 2020
(até 23 de novembro)

Fonte: VEDOVATO, Luis Renato. BAENINGER, Renata. 2021 p. 313 e ss.

Figura 2 – Solicitações deferidas até 2020

Tabela 2. Decisões deferidas – reconhecidas – pelo CONARE referentes às solicitações de refúgio de imigrantes internacionais 2020 (até 02 de dezembro), Brasi

	Masculino	Feminino	
Síria	271	60	331
Rep. Dem. do Congo	163	50	213
Paquistão	92	13	105
Palestina	52	14	66
Angola	20	8	28
Rep. da Guiné	24	1	25
Afganistão	19	3	22
Camarões	15	3	18
Iraque	17	1	18
Nigéria	14	2	16
Colômbia	12	3	15
Gana	12	2	14
Togo	11	1	12
Venezuela	7	4	11
Líbano	7	3	10
Outros países	88	11	99
Total	824	179	1.003

2017

Países de Origem

Gênero

Total

	Masculino	Feminino	
Síria	97	22	119
Rep. Dem. do Congo	29	9	38
Palestina	13	2	15
Egito	10	3	13
Paquistão	8	2	10
Outros países	40	10	50
Total	197	48	245

2018

Países de Origem	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Síria	402	152	554
Rep. Dem. do Congo	91	93	184
Paquistão	47	9	56
Palestina	44	11	55
Cuba	32	14	46
Afeganistão	17	5	22
Angola	12	10	22
Iraque	9	6	15
Nigéria	12	2	14
Burundi	4	6	10
Outros países	69	39	108
Total	739	347	1.086

2019

Países de Origem	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Venezuela	10.714	10.195	20.909
Síria	237	87	324
Rep. Dem. do Congo	42	43	85
Cuba	23	16	39
El Salvador	17	11	28

Palestina	14	6	20
Mauritânia	19	-	19
Paquistão	10	5	15
Mali	8	5	13
Afeganistão	6	5	11
Egito	6	4	10
Outros países	36	34	70
Total	11.132	10.411	21.543

Fonte: VEDOVATO, Luis Renato. BAENINGER, Renata. 2021 p. 313 e ss.

Conforme pode ser observado nas tabelas acima, os dados quantitativos indicam que existe uma realidade especial em relação aos refugiados venezuelanos que tem oficialmente o seu ingresso e a sua permanência facilitada por meio dos procedimentos administrativos e burocráticos estipulados pelo Ministério da Justiça e pelo CONARE.

As informações do CONARE apontam que o Brasil reconheceu 46.643 venezuelanos como refugiados/refugiadas, entre 2019-2020, constituindo o maior volume de refúgio para venezuelanos na América Latina. Assim do total dos 56.969 refugiados que o Brasil concedeu refúgio, 81,9% se referem a refugiados da Venezuela. Destaca-se ainda o reconhecimento de refúgio para imigrantes da República Democrática do Congo, Síria, Cuba, Afeganistão, dentre outros países do Sul Global. As migrações transnacionais de refúgio marcam, portanto, um novo cenário das migrações internacionais, em particular no Brasil, com a forte regulação das migrações e suas categorias jurídicas, com a presença crescente nas migrações Sul-Sul e com o desafio da hospitalidade para distintos contingentes de imigrantes sem raízes históricas com os países de destino. É nesse contexto que a garantia e efetivação dos direitos humanos se tornam essenciais para a reprodução social de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados diante do preconceito e xenofobia, que se tornam expressão dos periféricos na periferia (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p. 309).

Ao apresentar uma tabela (Tabela 1) com dados fornecidos pelo Ministério de Justiça e Segurança do Brasil, pela CONARE e pela OBMigra, datados até 23 de março de 2020, a respeito do número de solicitações de refúgio, segundo países de nacionalidade, os autores destacam a importância da perspectiva da migração transnacional de refúgio para as análises acerca das evidências empíricas no Brasil. Nesse sentido, eles apontam, segundo os dados da

tabela apresentada (Tabela 1), que 169 diferentes nacionalidades solicitaram refúgio para 187.981 imigrantes em 2020, sendo “53% das solicitações de refúgio concentradas em imigrantes da Venezuela (99.290 solicitantes de refúgio), 18% em imigrantes do Haiti (34.705), 5% em imigrantes de Cuba (10.532), os países do Sul Global despontam na busca do refúgio no Brasil: Bangladesh, Egito, Irã, Sudão, Afeganistão, dentre outros” (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p. 304).

Já segundo informações da Tabela 2, com dados também fornecidos pelo Ministério de Justiça e Segurança do Brasil, pela CONARE e pela OBMigra e igualmente datados até 23 de março de 2020, os autores demonstraram “No caso dos refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro é notável o aumento das concessões de refúgio entre 2016 e 2020, expressando a posição do Brasil na geopolítica das migrações internacionais” (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p. 308), sendo deferidas em 2016 “1.003 solicitações de refúgio; apenas 245 em 2017; 1.086 em 2018; passando para 21.543 concessões de refúgio em 2019 e 26.276, em 2020” (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p. 308).

Percebe-se, com isso, que as solicitações de refúgio pela Venezuela e sua concessão pelo Brasil, alertam para a necessidade da efetivação dos direitos humanos em relação aos imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados.

Esses dados identificados pelos professores Luis Vedovato e Rosana Beaninger também permitem corroborar a conclusão de que não existe uma “crise de refugiados”, mas sim um fluxo constante, ora mais intenso, ora mais fluido, de descolamento entre indivíduos por motivações de perseguição política.⁵³

A chamada “crise de refugiados” ganhou notoriedade no mundo todo. Sendo utilizada como argumento para decisões político-partidárias, para normas restritivas ou para políticas públicas, até mesmo onde o fluxo não é grande em números absolutos, como é o caso do Brasil (...) a chamada “crise de refugiados” tem sido útil para se construírem desculpas para a má estruturação de serviços públicos internos (VEDOVATO; BENINGER, 2021).

⁵³ VEDOVATO, Luís Renato; BEANINGER, Rosana. Os fluxos de migração refugiada no século XXI: desafios migratórios e jurídicos. In: 70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951-2021): perspectivas de futuro. Brasília: ACNUR Brasil, 2021, pp. 300-325

Outra questão apontada pelos autores é que a compreensão da questão do refúgio como fluxo e não como crise também permite compreender esta situação como um direito de deslocamento, direito de ir e vir para além das fronteiras.

(...) tratar os fluxos como algo negativo é um obstáculo para se garantirem direitos às pessoas que se movimentam pelo mundo. E, vale dizer, focar nos fluxos é, mal comparando, focar no tratamento dos sintomas da doença, sem se preocupar com suas causas. Seria como se, para combater a pandemia da COVID-19, as autoridades editassem normas para impedir o ingresso de infectados nos hospitais, e, além disso, usassem como demonstração do sucesso da empreitada apenas a publicação dos dados daqueles que estivessem dentro dos prédios hospitalares. E, quando fossem perguntados sobre aqueles que não conseguem chegar aos hospitais, tendo em vista o aumento da pandemia, trouxessem respostas sobre a necessidade de se controlarem os fluxos, pois a crise de ingresso nos hospitais estava em aumento vertiginoso, e essa crise iria comprometer toda a estrutura do sistema de saúde. Poderiam até dizer que atenderiam àqueles que conseguissem, mas certamente não poderiam atender a todos, tendo em vista a limitação de recursos (VEDOVATO; BENINGER, 2021, p.301).

Os números identificados e apresentados pelos professores Vedovato e Beninger também revelaram ao longo da pesquisa desenvolvida duas questões que em razão das limitações de tempo e escopo do presente trabalho não puderam ser avaliadas, mas que em sede de uma pesquisa acadêmica merecem ser registradas.

A primeira delas é a grande variedade de pedidos de refúgios de indivíduos oriundos de países que a priori não possuem registros de conflito, que possam ensejar o fundamento da solicitação de refúgio (Lei 9474/97, art. 1º, inc I “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas). Dentre eles, destacam-se, por exemplo, na América Latina, a solicitação dos seguintes pedidos de refúgio:

- Peru: 210
- Paraguai: 169
- Argentina: 149
- Chile: 132
- Bolívia: 111
- Equador: 66
- Uruguai: 29

E ainda, casos de pedidos de refúgio de países da Europa:

- Portugal: 99
- Espanha: 36
- Itália: 38
- França: 24

E até mesmo dos Estados Unidos, temos 30 pedidos de refúgio em aberto apresentando até a data de novembro de 2020 (tabela 1).

Da análise das decisões de deferimento (constantes na tabela 2), pode-se inferir que tais pedidos oriundos dos países acima apontados, não foram deferidos. Do resultado dos deferimentos dos pedidos (tabela 2) verifica-se ainda que entre o número de pedidos de refúgio feito por venezuelanos (98.775, tabela 1) em comparação com a quantidade de pedidos deferidos (20.909, tabela 2) existe um valor considerável de indivíduos que não tem sua situação definida. E a partir de então, temos algumas hipóteses possíveis para o destino dessas pessoas, seja permanecer aguardando o deferimento, ou tendo o deferimento negado solicitar o visto de residência temporária. Essas respostas demandariam um tempo maior de investigação que não foi possível realizar nessa ocasião, todavia, mantendo-se o registro para outros projetos de investigação.

2.1.1 Passo-a-passo para a solicitação de refúgio no Brasil

Os procedimentos administrativos há alguns anos têm sido melhorados, no sentido de conferir maior rapidez e agilidade nos processos. No caso dos pedidos de refúgio, eles se iniciam por meio do preenchimento de um formulário online no site <https://sisconare.mj.gov.br/conare-web/refugiado/solicitante/cadastro?5>

Neste preenchimento são informados dados pessoais, a filiação, a nacionalidade, a nacionalidade, a língua materna e demais idiomas falados, descrição sobre etnias, religião, informação sobre doenças ou alguma deficiência específica, o endereço de residência habitual e contatos no Brasil. A comunicação ocorre por meio digital e o acesso à rede, bem como a manutenção de uma conta de email válida e em funcionamento é fundamental para o acompanhamento do pedido.

É também necessário a obtenção de uma foto recente da pessoa (sendo imprescindível ter acesso a uma câmera digital) de modo a possibilitar a impressão da mesma no protocolo de

solicitação do refúgio. Na foto, o solicitante de refúgio deve exibir de modo claro e enquadrado o seu rosto, sem penumbras ou sombras e sem a utilização de acessórios ainda que religiosos.

Este formulário também pode ser preenchido na sede da Polícia Federal. Após o envio do mesmo, o solicitante receberá um protocolo provisório que terá validade por um ano, sendo renovável até que o CONARE emita uma decisão final acerca da solicitação sobre o refúgio. Este protocolo serve como forma de identificação, equiparando-se a um documento de identidade. Além disto, também serve como prova da regularidade da situação migratória do solicitante de refúgio, protegendo os indivíduos de eventual risco de devolução do mesmo para o seu país de origem.

Esta documentação também é necessária para a emissão e obtenção da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), bem como para a emissão do cadastro de pessoa física (CPF) permitindo que o indivíduo possa ter acesso a todos os serviços públicos disponíveis no Brasil.

2.2 Refúgio: um instituto em desuso?

De acordo com a Portaria Interministerial nº 19/2021 há uma prerrogativa para os cidadãos nacionais de países que fazem fronteira com o Brasil (Venezuela, Suriname, Guiana), de modo que seja autorizado a concessão de residência temporária aos mesmos. Ainda que o migrante não seja oriundo destes países, é possível também a solicitação de residência temporária, seja para fins de reunião familiar, ou ainda para fins de acolhida humanitária.

Neste ponto, cabe primeiramente destacar que as hipóteses preliminares da autora se alteraram drasticamente após a primeira ida ao campo em Roraima e nas entrevistas realizadas mais recentemente em Santa Catarina conforme será narrado no capítulo 3. Por exemplo, uma das hipóteses que se pensava era haver dificuldade de concessão aos refugiados de documentação como CPF e CTPS - sendo a documentação um direito instrumental, que abre possibilidades para efetivação de direitos como saúde, educação, entre outros -, porém em entrevistas e observações no campo já se verificou que os migrantes não tem enfrentado dificuldade ou sequer demora na obtenção destes documentos. Também não reportaram apresentar dificuldade em matricular seus filhos em escolas.

No entanto, surge uma nova hipótese a partir do relato dos entrevistados em Roraima, qual seja mesmo diante da possibilidade de solicitar refúgio por se enquadrar no requisito “grave e generalizada violação de direitos humanos”, os migrantes venezuelanos tem muitas vezes optado por solicitar residência temporária, expondo motivos como restrições de mobilidade impostas pelo status de refugiado. Além dos entrevistados, observou-se durante visita ao posto da Operação Acolhida em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, que parte do procedimento de triagem dos cerca de 600 venezuelanos que chegam diariamente na cidade inclui a exibição de um vídeo do ACNUR explicando a diferença entre solicitação de refúgio e residência, e a partir daí os acolhidos se dividem em duas filas, que não destoavam muito uma da outra em aparente vulnerabilidade. Diante disso, surge a seguinte hipótese: as pessoas refugiadas estão preferindo solicitar residência temporária? Se sim, por que?

Além disso, a visita aos abrigos Rondon 3, em Boa Vista, ao Posto de Recepção e Identificação (PRI), Posto de Triagem (PTrig), Alojamento BV8 e Hospital de Campanha e ao abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima, suscitaram incômodos em relação ao papel do Exército Brasileiro no gerenciamento destes espaços.

Prosseguindo com as hipóteses razoavelmente sobreviveram à experiência no campo, uma das categorias de análise seria o "fundado temor de perseguição". Segundo o conceito clássico estabelecido na legislação, este se caracteriza por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

Acerca do elemento perseguição, esta não é conceituada nos dispositivos legais internacionais sobre o tema, no entanto, a ACNUR em seu “Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar a Condição de Refugiado – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados (1979)” a define como qualquer ameaça à vida ou à liberdade, devendo ser aferida tanto por critérios objetivos como por critérios subjetivos.

Acredita-se que, apesar de metodologias desenvolvidas para aferir o que seria ou não perseguição, tal prática pode dar-se de diversas formas que podem se modificar e ramificar com o tempo, e o engessamento do rol de atos e agentes que podem configurar perseguição poderá ficar obsoleto com o tempo e desenvolvimento de novas técnicas. Assim, observa-se que os principais direitos a serem resguardados já são claros no costume internacional, como o direito

a não ser submetido à tortura, o direito a não ser submetido à escravidão e de não sofrer prisão arbitrária.

Todavia, nada impede que os perpetradores desenvolvam novas maneiras de reprimir um grupo de pessoas através da restrição de outros direitos, por exemplo, o que parece mais consonante com as características dos Estados arbitrários contemporâneos. Neste diapasão, pretende-se provar que um conceito de perseguição mais elástico tende a melhor se adequar a uma sociedade na qual o desenvolvimento tecnológico ocorre numa velocidade maior do que quando os principais documentos internacionais relativos à perseguição e refúgio foram elaborados.

Ademais, um conceito não flexível de perseguição e um rol taxativo de situações que a configuram não abarcaria a proteção dos refugiados econômicos, por exemplo. Em uma sociedade capitalista guiada por valores neoliberais e um atual desmantelamento da tentativa de construção de um “estado de bem estar social”, principalmente nos países subdesenvolvidos, a tirania pode se manifestar através de aspectos econômicos. A restrição de acesso aos recursos disponíveis pelo Estado, como por exemplo do direito a acesso a empregos públicos, o direito à intimidade, o direito de votar e de formar associações trabalhistas, podem ser configuradas como formas de perseguição. Como aferir se o temor que leva alguém a abandonar o seu país é devidamente fundado? A que ponto os critérios objetivos e circunstanciais interferem nos aspectos subjetivos?

O status de refugiado garante, pelo menos no campo legal, uma série de direitos e proteções que o migrante comum não teria, de maneira que será abordada a necessidade de uma proteção sistêmica dos migrantes em situação vulnerável e/ou sua inclusão no rol de refugiados. Diante todo o exposto, uma das hipóteses é o alargamento do conceito de refúgio e de fundado temor de perseguição, através de uma aplicação humanitária e abrangente, e não somente técnico-jurídica. Destacam-se ainda as peculiaridades enfrentadas pelos chamados “grupos de risco”, entre eles mulheres, crianças e homossexuais, que, como coloca Renato Leão, são os “mais vulneráveis entre os vulneráveis”.

Outra experiência marcante para esta dissertação foi a entrevista um refugiado de Gana que conheci em Tubarão, Santa Catarina. A entrevista repercutiu entre seus conterrâneos que também vivem na cidade, que me convidaram para um casamento dos seus. Apesar da celebração ser muçulmana, o que restringe minha participação em alguns momentos, o grupo

me recebeu como se fosse uma amiga. Todos estavam dispostos a dar entrevistas mesmo em meio a festa, e diziam se sentir muito orgulhosos de falarem da sua experiência e valorizavam o fato de a universidade pública se importar em ter alguém perguntando como foram tratados nesse país. Até a noiva quis ser entrevistada em seu dia tão esperado, compartilharam comigo sua comida, me confiaram deixar seus bebês em meu colo por toda a tarde, buscaram um tecido para cobrir minha cabeça para que eu pudesse participar da oração do fim do dia, me deram livros explicando sua fé, tiraram fotos comigo como se tivessem me reencontrado depois de muito tempo. E novamente, as hipóteses caíram por terra, visto que todos deste grupo relataram adorar o Brasil, serem bem tratados pelas autoridades brasileiras (mencionaram inclusive um Policial Federal da cidade de Criciúma que aprendeu a falar uma das línguas nativas de Gana, chamada Hausa), demorarem pouco tempo para conseguir trabalho, terem apoio da universidade local, e serem respeitados na comunidade, que percebem identificar que eles estão ali para trabalhar.

Após realizadas as análises supramencionadas, quais sejam o aparato legal do direito de refúgio seguido de pesquisa empírica com ênfase qualitativa através de entrevistas com os sujeitos desta pesquisa, serão observadas novas tendências no estudo dos refugiados e confrontos de conceitos estáticos na teoria com as oportunidades de ver a realidade através dos olhos e das vozes dos próprios refugiados. Preliminarmente, nas idas ao campo, observou-se que grupos vulneráveis de migrantes nem sempre se enquadravam nos termos técnicos ligados à concessão de refúgio, bem como que alguns, apesar de preencherem tais requisitos, optaram por não adotar o status de refugiado em razão do estigma que se construiu na palavra.

Ademais, apesar do quadro de vulnerabilidade e do caráter involuntário do deslocamento, é requisito essencial para a configuração do refúgio o elemento de “perseguição”, que não encontra-se presente nesses casos. Contudo, ressalta-se que uma sistematização de proteção internacional e nacional desses migrantes forçados é tão necessária quanto a proteção aos refugiados, haja vista que aqueles também se encontram em situações de risco e de condições frágeis de sobrevivência.

Em termos de direitos, tanto a solicitação de residência temporária ou permanente e a solicitação de refúgio fornecem aos indivíduos os mesmos documentos: CPF, Carteira de Trabalho e carteira de identidade, permitindo que todos eles usufruam dos direitos ofertados a todos os cidadãos.

Uma das poucas diferenças que podem ser apontadas entre o refúgio e a autorização de permanência está relacionada a algumas particularidades de determinadas situações. O reconhecimento de diplomas de curso superior é um deles. Com o reconhecimento e a possibilidade de atuação em suas verdadeiras profissões, pode se tornar mais vantajoso o pedido de refúgio, uma vez que existem diversas iniciativas (como, por exemplo, CARITAS e Compassiva) que oferecem um trâmite mais rápido.

Todavia, não é uma garantia de que não terão problemas. Conforme foi verificado em pesquisa jurisprudencial realizada pela professora Tatiana Squeff, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a autora, ao utilizar os termos “refugiado”, condição e reconhecimento, alcançou 42 resultados com decisões proferidas entre 2008 e 2021, que demonstraram como sendo os problemas mais comuns: “(a) o reconhecimento da condição de refugiados (22 casos); (b) reconhecimento de diplomas e certificados (11 casos); (c) outras questões, como deportação, registro migratório, seguridade social, etc. (9 casos)” (SQUEFF, 2021, p. 224).

Nesse sentido, em um gráfico (Gráfico 1) de autoria própria, Tatiana Squeff apresentou dados que demonstram que “(...) apenas no ano de 2013 não se observou no TRF4 discussões sobre o tema (...)” (SQUEFF, 2021, p. 225), sendo que nos demais casos, “(...) o tema do reconhecimento da situação de refúgio foi debatido (...)”, o que evidencia ser um “problema realmente contínuo” (SQUEFF, 2021, p. 225). Em igual sentido, os casos de reconhecimento de diploma e certificados também são rotineiros (SQUEFF, 2021, p. 225).

Ao longo deste período, apenas no ano de 2013 não se observou no TRF4 discussões sobre o tema; por outra banda, em todos os demais anos o tema do reconhecimento da situação de refúgio foi debatido, sendo factível dizer que este é um problema realmente contínuo. No que tange aos casos atinentes ao reconhecimento de diploma e certificados, este também é um tema rotineiro, especialmente nos últimos anos (...). Portanto, verificados os problemas mais rotineiros perante o Poder Judiciário da Região Sul, cumpre salientar os debates que giram em torno de tais resultados, haja vista que a própria necessidade de judicializar essas pautas denotam que essas situações mostram ser verdadeiras barreiras à plena implementação da Convenção de 1951 no Brasil (SQUEFF, 2021, p. 225).

Em relação a situação de refúgio, a autora Tatiana Squeff identificou que

Quanto à declaração da condição de refugiado, essa situação refere-se não só ao fato do reconhecimento do status de refugiado ser um ato declaratório, mas também desta ser uma medida de competência exclusiva e discricionária do Poder Executivo, logo,

não cabendo, na leitura do Tribunal, a interferência do Poder Judiciário, pois esta seria ilegítima, em 20 dos 22 casos sobre esse assunto. Ou seja, em 91% dos casos envolvendo o debate acerca da condição de refugiado, entendeu o TRF4 que ele não poderia revisitar o conteúdo material para verificar se o migrante cumpre ou não os requisitos para a concessão de refúgio no Brasil (SQUEFF, 2021, p. 226).

(...) entende-se que o TRF4, ao decidir não ponderar sobre o conteúdo material, não realizando o controle jurisdicional sob os atos administrativos denegatórios de refúgio em face da separação de poderes, ele estaria agindo de maneira equivocada. Isso, pois, entende-se que a revisão judicial nos casos de denegação administrativa de refúgio é um meio legítimo de intervenção do Poder Judiciário na política de migração do país (...). Já o segundo problema mais rotineiro diz respeito ao reconhecimento de diplomas e certificados para que os refugiados possam atuar profissionalmente no Estado brasileiro pelo período que aqui permanecerem nessa condição (SQUEFF, 2021, p. 228).

Em relação ao reconhecimento de diplomas e certificados foram verificadas as seguintes situações:

(...) esses casos, cujo número tem aumentado nos últimos anos, são importantes indicadores da burocracia que envolve o reconhecimento no país de certificados emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras (...) Logo, eles servem para avultar a necessidade de tornar o processo de reconhecimento de diplomas mais simples (...) colaborando para a efetivação do mencionado mandamento prescrito no art. 44 da Lei 9.474/97 (...). Ou seja, nota-se a relevância da observação jurisprudencial não só para apontar as falhas existentes no Brasil quanto à efetivação dos direitos dos refugiados constantes na Convenção de 1951 e demais documentos dela derivados, como também para que se possa direcionar projetos legislativos específicos para a edificação de novas ferramentas em prol de uma plena efetivação dos mesmos (SQUEFF, 2021).

2.3 O papel da ACNUR na inserção do refugiado na comunidade.

Os conflitos armados, a perseguição, a violação maciça e sistemática dos direitos humanos e catástrofes ambientais, causadas pelo homem ou pela própria natureza, são as principais causas do deslocamento forçado de pessoas ou grupo de pessoas.⁵⁴ Na maioria das vezes, as vítimas deixam seus lares, empregos, famílias e projetos de vida para trás sem

⁵⁴ O Estatuto dos Refugiados prevê a proteção contra perseguição em razão da identidade étnica, opção religiosa, opinião política ou por pertencer a um grupo social perseguido. O refúgio em razão de violação maciça e sistemática dos direitos humanos não foi reconhecido pela norma convencional global, mas está previsto no âmbito regional interamericana na Declaração de Cartagena e os Programas de Ação, além da Convenção de Adis-Abeba do sistema africano de direitos humanos. Já o “refugiado ambiental” não é reconhecido pelo direito internacional em qualquer dos seus sistemas, embora existam discussões nos fóruns apropriados e por parte da doutrina, a questão ambiental só se aplica aos deslocados internos, isto, por expressa previsão dos Princípios Orientadores dos Deslocados Internos e na Convenção de Kampala, do sistema africano.

atravessar a fronteira de um país, permanecendo em outra região, muitas vezes alheia a sua cultura, ou em terras inimigas, vivem quase sempre em campos ou estruturas improvisadas dependendo da ajuda internacional e da boa-vontade de outros seres humanos, tais locais também são conhecidos como “campo de refugiados”. Os “campos de refugiados”, situam-se dentro dos limites territoriais e soberanos do Estado hospedeiros, quando o pedido de refúgio ainda não tenha sido apreciado e deferido. A existência destes locais para prestação de assistência humanitária, muitas vezes se torna indispensável para a sobrevivência desse grupo de indivíduos.

Essa é a realidade em Pacaraima, onde se reúnem Exército, Caritas e ACNUR para a recepção dos migrantes venezuelanos, que vem em busca de nova vida em outro país, longe dos medos e das inseguranças experimentados em seu país de origem. O direito internacional dos refugiados começou a ser desenvolvido como instituto jurídico universal no início do século vinte, quando grandes impérios foram dissolvidos, resultando em diversos conflitos étnicos e geográficos, que redesenharam o mapa europeu. Neste momento inicial, a figura de Fridtjof Nansen foi indispensável para consolidação do instituto do refúgio, assim como a de Dunant, o foi para o direito humanitário. Uma das soluções encontradas por Nansen para os refugiados foi a criação de um passaporte especial, o “Passaporte Nansen”, garantindo ao detentor deste passaporte uma proteção quase-consular. A outra, foi a criação do “Alto-Comissariado para os Refugiados”, inicialmente para tratar especificamente dos refugiados russos, mas no período das grandes guerras mundiais começaram a abranger outros grupos étnicos, perseguidos e obrigados a deixar seu país – armênios, sírios, judeus, etc.

De acordo com a ACNUR,

“a assistência prestada aos refugiados russos estava sendo levada a cabo pela Cruz Vermelha, por ação de suas diversas agências e de várias outras organizações não-governamentais. Entretanto, pela impossibilidade de se continuar esse trabalho sem a colaboração institucional, jurídica e financeira da comunidade internacional, a Liga das Nações foi sondada sobre a factibilidade de se envolver no processo de solução dos refugiados russos. Até esse momento, a Liga já havia se esforçado para coordenar de modo a solucionar vários problemas existentes, e.g. a repatriação dos prisioneiros de guerra que se encontravam na Sibéria, a atividade a qual fora destinado um Alto Comissário: o Dr. Fridtjof Nansen [...]. Dessa forma, i.e., descartando-se a possibilidade de uma repatriação em massa, o objetivo do Alto Comissariado passou a ser o de regular o estatuto jurídico de uma grande massa de população que não tinha nacionalidade, assim como o de colaborar na procura de residência e trabalho permanentes para essas pessoas. Ficava assim estabelecido que as tarefas do Alto Comissariado seriam: (1) definir a situação jurídica dos refugiados, (2) organizar sua repatriação ou reassentamento para os vários países que anuísem recebê-los, assim como (3) providenciar trabalho para eles e realizar atividades de socorro e assistência,

com a ajuda de sociedades filantrópicas [...]. Com isso, o trabalho de proteção e de assistência foram colocados, mais uma vez, a cargo do Alto Comissariado, que ficou, a título de experiência, sob a autoridade do Secretário-Geral da Liga das Nações, o que ocasionou o fim da autonomia anteriormente desfrutada pelo Organismo estudado. A partir de 1924 o mandato do Alto Comissariado para os Russos fora estendido a outros refugiados, e os instrumentos concertados alcançaram a proteção de vários grupos”⁵⁵

No período de existência da Liga das Nações, foi criado o Escritório Internacional Nansen para os Refugiados e, com a sua extinção, o Alto-comissariado da Liga das Nações para os Refugiados (1938), ambos para tratar universalmente dos refugiados e não mais para cuidar de grupos específicos. Durante a Segunda Guerra Mundial e paralelamente a experiência da Liga das Nações, os Estados Unidos capitanearam a criação de um organismo internacional independente formulado na Conferência de Evian, o Comitê Internacional para os Refugiados. Dentre os trabalhos do Comitê, duas questões devem ser mencionadas: primeiro, a inclusão do “elemento teleológico” na definição de refugiado, o que universalizou o instituto, na medida em que não mais importava a origem do refugiado, mas tão somente a ocorrência de perseguição por motivos não justificados no direito internacional. Em segundo lugar, a diferenciação entre refugiados e deslocados internos, ou entre aqueles que deixaram ou não deixaram o seu país em razão do deslocamento forçado, diferenciação que sujeita os dois grupos a tratamento diferenciado até os dias de hoje.⁵⁶

Com o fim da segunda guerra mundial e com o advento das Nações Unidas, em 1947, foi criada uma nova instituição dedicada aos refugiados, a Organização Internacional para os Refugiados (OIR). A Constituição da OIR elaborou um conceito abrangente de refugiado e adotou uma perspectiva individualista do instituto ao criar a audiência de elegibilidade, a fim de analisar se as condições do refúgio estão presentes, garantindo no caso de negativa, a possibilidade de recurso.⁵⁷ O procedimento de elegibilidade da condição de refugiado é aplicado até os dias de hoje, no entanto, cabe à legislação interna do Estado-asilante prever o seu procedimento, inclusive com a possibilidade de participação do ACNUR, sob diferentes graus de atuação. Além disso, o “candidato, tomado individualmente, não dependia mais da proteção exclusiva do seu país de origem, sendo sujeito de um vínculo jurídico imediato com a

⁵⁵ ANDRADE, 2005, p. 39-47.

⁵⁶ PHUONG, Catherine. *The International Protection of Internally Displaced Persons*. 1ª reimpr. Cambridge, EUA: Cambridge University, 2010, p. 13-15

⁵⁷ ANDRADE, 1996, p. 173.

comunidade e o direito internacional”. Uma demonstração de como o indivíduo passou a exercer uma “cidadania universal” na ordem internacional através da proteção dos direitos humanos.

Em 1950, foi criado o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), substituindo a OIR, que possuía caráter temporário. O ACNUR é um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas, dedicado à proteção dos refugiados no sistema global de direitos humanos. Inicialmente, o órgão possuía apenas uma função administrativa, mas, aos poucos, passou a realizar também atividades de assistência humanitária, a partir do ingresso de aportes financeiros em seu orçamento.

O funcionamento da ACNUR nos dias atuais é fundamental para estruturar uma governança sistemática à essa questão dos refugiados. Especialmente compreendendo que não se trata de um evento pontual, mas que necessita do

“reconhecimento progressivo que o problema dos refugiados não será resolvido na etapa do refúgio, mas abarca também etapas anteriores, prevenção para que não ocorram especialmente situações de refúgio em massa, e posteriores, a busca de soluções duradouras, a possibilidade de repatriação voluntária, de integração local e de reassentamento, a garantia dos direitos humanos em igualdade de condições aos nacionais do Estado que acolhe o refugiado.”⁵⁸

Capítulo 3 – Análise crítica e proposições

A partir deste capítulo, serão analisadas as entrevistas realizadas com venezuelanos em Roraima, com sírio e marroquino no Rio de Janeiro e com ganeses em Santa Catarina. As entrevistas foram semiestruturadas com o intuito de verificar: a) se o motivo que levou o entrevistado a migrar para o Brasil se enquadra nas hipóteses legais de concessão de refúgio; b) como se deram todos os procedimentos relativos à chegada do entrevistado no Brasil, sua passagem por fronteiras ou aeroportos, o tratamento dado pela Polícia Federal e o encaminhamento para outros órgãos; c) se o entrevistado teve acesso a toda a documentação necessária para regularizar sua situação no país, isto é, a documentos instrumentais para o gozo de direitos como CPF, CTPS, declaração de solicitação de refúgio, entre outros; d) investigar como tem sido a recepção do entrevistado no país quanto ao respeito de seu grupo social, nacionalidade, etnia ou religião, sua inserção na sociedade, o acesso à educação, trabalho e lazer.

⁵⁸ ANDRADE, 2005, p. 168.

3.1 Visita guiada ao Abrigo Rondon 3

Na parte da noite, retornamos para o Curso, que agora nos levaria ao Abrigo Rondon 3, um dos abrigos geridos pela Operação Acolhida do Exército Brasileiro. O abrigo é o maior de Boa Vista, com 1.086 abrigados, que também conta com o Rondon 1 e 2. A visita foi guiada pelos militares que também realizavam o curso e pelos responsáveis pela sua gerência. Foi mencionado que metade do número de abrigados era menor de idade, muitos que migraram sem pais ou responsáveis. Tal dado era muito perceptível pela grande quantidade de crianças que brincavam no parquinho e também nos acompanharam durante a visita, ávidos por brincar com os visitantes. Foi expressamente solicitado que não se tirasse fotos, principalmente mostrando o rosto dos abrigados.

O abrigo era composto por um posto de triagem e recepção dos novos abrigados, tendas do Exército com capacidade de cerca de 9 pessoas e casas de fibra fornecidas pelo ACNUR para cerca de 5 pessoas - foi informado que as tendas do Exército eram destinadas para aqueles que estavam desacompanhados de sua família, tentando agrupar por tenda grupos como mulheres solteiras, homens solteiros, e crianças desacompanhadas, e as casas do ACNUR para uma ou duas famílias -, banheiros, uma área de alimentação e uma área de convivência comum, que contava com um projetor, chamado pelas crianças de cinema. Também haviam containers com escritórios do ACNUR e da administração do Exército.

A situação dos abrigados se mostrava muito mais vulnerável do que os venezuelanos conhecidos, por exemplo, na Igreja Apóstolo São Paulo, visto que também estavam há menos tempo no Brasil, observando-se também a simplicidade em roupas e recursos.

O chão era de brita e reparou-se que alguns dos abrigados não usavam sapatos. Em conversa com os visitantes, fora mencionado que as casas do ACNUR tinham sido estruturadas para os campos de refugiados europeus, motivo pelo qual se tornavam muito quentes durante o dia. Não se pode verificar, até o momento, se tal informação confere, mas em simples observação, as casas não pareciam realmente muito frescas para o calor de Boa Vista, e tinham janelas basculantes.

Durante a visita, fui acompanhada do início ao fim pelo menino José Carlos, de 6 anos, que me envolveu numa série de brincadeiras, me levou para sentar com ele no “cinema” e quis tirar fotos com a minha câmera analógica. José Carlos estava com apenas um pé do sapato, e quando o perguntei sobre o outro, disse que só tinha aquele mesmo. O abrigo pareceu mais afastado do centro da cidade, apesar de Boa Vista não ter uma extensão tão grande que tornasse a ida a região central. No caminho de volta, percebeu-se que próximo aos abrigos encontra-se uma penitenciária.

Durante a visita, ouviu-se barulhos similares a de tiros, que assustou algumas crianças. Ao questionar aos militares que nos guiavam sobre o barulho, fui informada que ao lado do Abrigo Rondon 3 haveria um centro de treinamento em tiro de canhão, e que naquela noite estaria ocorrendo alguma solenidade na qual os tiros foram disparados por motivos da cerimônia, mas garantiam que tal barulho não era frequente no abrigo.

A visita foi no geral, controlada e guiada pelos militares responsáveis, não tendo os visitantes liberdade para transitar e conversar com os abrigados. No entanto, por insistência de José Carlos em brincar, me mostrar seus amigos e o “cinema”, algumas vezes me ausentei da apresentação feita pelos militares.

3.2 Abrigo da Operação Acolhida em Pacaima

No último dia de curso, o Prof. João Carlos Jarochinski Silva organizou uma visita, com apoio do Exército, à cidade de Pacaraima, a 215km de Boa Vista, e que faz fronteira com a Venezuela.

A Operação Acolhida utilizou-se de uma prévia estrutura do Exército existente próxima à fronteira e expandiu, em forma de tendas e com apoio da OIM e do ACNUR, a área de recepção e triagem dos venezuelanos. O oficial responsável por nos guiar durante parte da visita informou que cerca de 600 pessoas chegam no posto todos os dias. A irmã Valdiza, participante do curso, fez um contraponto de que não significa que todas essas 600 pessoas entram na cidade com a documentação necessária após o atendimento, visto que muitas não conseguem o atendimento até o horário de encerramento, de maneira que voltam no dia seguinte.

Tivemos uma visita guiada ao Posto de Recepção e Identificação (PRI), Posto de Triagem (PTrig), Alojamento BV8 e Hospital de Campanha. Durante a visita, percebeu-se que o procedimento se dá da seguinte forma: o cidadão venezuelano chega, normalmente a pé, e parta pelo PRI, onde primeiramente deixa todos seus pertences e bolsas num guarda-volumes, vigiado por um militar. Observou-se que os venezuelanos não podem circular livremente neste guarda-volumes, e só podem acessar seus pertences acompanhados de um militar.

Depois, são encaminhados para outra área do posto na qual apresentam seu documento de identificação (se tiverem) e preenchem um formulário de identificação, controlados pela Polícia Federal e pelo Controle Imigratório. Esta área conta com um escritório da Defensoria Pública da União, que auxilia nesse processo de identificação.

Após esse procedimento e de questões mais emergenciais serem tratadas, são encaminhados para uma espécie de enfermaria, onde são aplicadas todas as vacinas necessárias, em especial a de febre amarela, com também especial atenção às crianças, que tomam todas as 14 vacinas que uma criança brasileira deve tomar.

Nesta área, há um posto da Cruz Vermelha com um cartaz dizendo “Tu familia puede saber que estás bien. Contáctala”, e conta com voluntários e telefones celulares que ajudam a estabelecer este contato.

Cabe destacar que toda essa área estava muito cheia e com grandes filas, contava com uma série de bancos para espera, e todos estavam ocupados, além de muitas pessoas esperando na área externa, utilizando as sombras das árvores.

Depois disso, são encaminhados para o PTrig, onde as filas se dividem entre solicitação de refúgio e de residência temporária. Esta área conta com um escritório do ACNUR, onde a voluntária responsável nos informou que é explicado aos cidadãos venezuelanos as diferenças e implicações de ambos requerimentos, primeiramente através de um vídeo produzido pelo ACNUR, e depois tirando as dúvidas individuais.

As filas para solicitação de refúgio ou residência temporária também são bem longas, e o espaço era composto por uma grande tenda e muitos bancos, todos ocupados e algumas pessoas em pé aguardando.

Esta área conta com um espaço infantil organizado pela UNICEF, no qual duas mulheres comandavam brincadeiras com as crianças enquanto seus responsáveis aguardavam. O espaço tinha alguns brinquedos e materiais para desenho.

Ao meio dia, nesse espaço, foi servida uma sopa aos cidadãos venezuelanos que aguardavam. A sopa era de legumes e frango, servida num copo plástico de 200ml. Havia uma grande fila para pegar um copo, e os militares que nos guiavam falaram que aquela era a única refeição dos solicitantes durante o dia inteiro. Os visitantes foram convidados para almoçar no refeitório destinado ao Exército. Fora servido arroz, lentilha, carne, farofa, repolho e legumes, além de suco e pé de moleque como sobremesa.

Prosseguindo, conhecemos o Alojamento BV8, que no dia contava com 243 abrigados (esse número muda todos os dias). Os militares informaram que o abrigo se destina àqueles que já solucionaram suas questões com documentação, mas que ainda não tem para onde ir e não contam com uma rede de apoio – alguns dos venezuelanos, após passarem nos postos de triagem, já contam com família e/ou amigos em Pacaraima ou Boa Vista, e não precisam passar pelo abrigo; alguns só ficam alguns dias até que alguém venha encontrá-los, e alguns ficam no abrigo por meses.

O alojamento é composto por tendas grandes iguais às utilizadas na estrutura dos demais postos, nas quais há camas beliches. Os colchões são bem finos e as camas parecem velhas. Não se viu muitos cobertores e travesseiros, mas pelo que se compreendeu da explicação dos militares, os pertences ficam guardados o dia inteiro, e só são devolvidos na hora de dormir. As divisões das tendas era feita entre homens, mulheres e famílias, de forma similar ao Abrigo Rondon 3.

Durante essa parte da visita, fui acompanhada desde o início por Junior José Rodriguez, da cidade de Tucupita. Junior se aproximou com curiosidade de entender quem era o grupo de visitantes, supondo inicialmente que éramos um grupo de cristãos. Apresentou muitas perguntas sobre o curso, como funcionava a universidade e a pesquisa, buscando entender o propósito de estarmos ali. Relatou, inicialmente, que estava muito chateado pois haviam furtado seu par de sapatos na noite anterior, enquanto dormia. Junior gosta de cantar, e narrou que um visitante cristão lhe pediu que cantasse e lhe deu R\$50,00 pela canção. Com esse dinheiro, seu pai foi a

cidade e lhe comprou um par de sapatos azuis. Junior reportou o desaparecimento do sapato aos militares responsáveis, que lhe informaram que nada poderiam fazer, e estava chateado porque agora vestia os chinelos rosa de sua irmã mais nova.

Junior relatou que viajou para Pacaraima com seu pai, que é artesão, sua mãe e sua irmã de 9 anos. Relatou que o motivo da migração foi em razão da fome que sentiam na Venezuela, pois a comida era muito cara. Narrou ainda situações de troca de tiros próximos a sua casa, fazendo barulhos e gestos de arma para explicar. Gesticulava muito durante toda a comunicação, a fim que eu compreendesse tudo que dizia. Contou ainda que seu pai já teria tomado um tiro no peito, disparado por quem identificou como “malandros”, mas que sobrevivera. A família viajou de ônibus até Santa Elena de Uairén e depois veio a pé para Pacaraima (cerca de 15km). Vivem no abrigo a cerca de 2 meses e meio.

Seu objetivo é de viajar até São Paulo em busca de melhores oportunidades. Quando perguntei o que ele gosta de fazer, Junior contou que ama cantar e tocar violão. Junior cantou uma bela canção para mim enquanto adentrávamos no Hospital de Campanha. A corda de seu violão arrebentou durante a viagem, e seu pai ainda não conseguiu juntar dinheiro para mandar arrumar.

Junior usava um chapéu de palha muito bem trançado, ao perguntar me disse que seu pai que o fez. Quando disse que achei muito bonito, Junior automaticamente tirou o chapéu de sua cabeça e disse que era meu. Agradei, mas disse que não precisava, porém adoraria ver o trabalho de seu pai. Disse que ele estava no centro durante o dia tentando vender este artesanato, mas que daria um jeito.

Junior se interessou pela minha atividade, quis compreender a formação necessária para ser professor no Brasil, e me fez muitas perguntas sobre como funciona o ingresso na universidade de Direito, como funcionava o financiamento da minha pesquisa para estar ali em Pacaraima, e tinha curiosidade sobre os meus objetivos de vida. Ficou muito chocado com o fato de eu ter 22 anos e ainda não ter filhos. Nesta oportunidade, falou que deseja ter três filhos, para que possam se cuidar entre si e também para que cuidem dele na velhice. Contou entusiasmadamente que seu objetivo quando crescer é ser “guarda”, para “proteger as pessoas do mal”.

Junior falou que ama muito sua família, disse que são muito unidos e que sua mãe é sua melhor amiga. Fez uma série de perguntas sobre a minha família. Ele contou que tem um pacto com seu pai, que lhe disse “eu te protejo, e você me serve.” Ele contou que no abrigo ele e sua família ficam juntos em uma “cabana”, e que na Venezuela morava numa “barraca de lâmina”.

Quando lhe perguntei se sentia medo na Venezuela, ele disse que tinha medo de “tomar tiro dos pilantras”, mas que o pior de tudo ainda era a fome.

Os militares responsáveis pela visita pareceram apreensivos quanto a minha conversa com Junior, que foi se estendendo durante toda a visita. Muitas vezes chegavam mais perto, ficavam me pedindo que prosseguisse andando junto com o grupo, e posteriormente me perguntaram o que ele estava me contando.

Quando passamos pelo Hospital de Campanha, Junior contou que tinha sido tratado ali quando chegou com dores no estômago.

No prosseguimento da visita, estávamos sendo guiados para a área administrativa do Exército, ACNUR, Polícia Federal, OIM e Receita Federal. Junior começou a ficar apreensivo enquanto andávamos para aquela área, dizendo que teria que retornar e ficar próximo de sua mãe, se não os guardas o “arreganhavam”.

Visitamos todos os containers da área administrativa onde todas as organizações participantes da Operação Acolhida tinham seu escritório. Em geral, as salas eram bem equipadas, algumas contando com ar condicionado, móveis novos, computadores e aparelhos de televisão. Esta área foi estabelecida onde antes era o campo de futebol do Exército.

Ao sair desta parte da visita, os outros visitantes me alertaram que Junior estava gesticulando e me chamando do portão que dividia esta área do abrigo. Quando lá cheguei, Junior tinha localizado seu pai, José, que estava com muitos artigos de artesanato em palha. Conversamos sobre seu filho, ele confirmou que era um menino muito bom e responsável, e me mostrou seu trabalho. Os preços eram muito abaixo do que costumo ver em artesanatos tão bem trabalhados e criativos como o de José – R\$ 5 por um boné de palha, R\$ 10 por uma mochila de tamanho médio e com sistema de fechos também feito de palha e por bolsas muito bem decoradas. Falamos sobre seus planos de ir para São Paulo. Resolvi comprar a mochila, lhe

oferecendo um valor maior. José aceitou, e me deu um boné dizendo que era para eu levar de presente para meu filho. Também pareceu chocado com o fato de eu não ter filhos. Lhe ofereci o resto do dinheiro que eu tinha pelo boné, e ele disse que o usaria para comprar novos sapatos para o Junior. Os militares me chamavam dizendo que eu não poderia mais ficar ali, em tom de reprovação.

Junior me abraçou e perguntou quando eu voltaria lá para vê-lo. Enquanto eu saía do abrigo, ele falou “Te quiero mucho” e me jogou um beijo. Seu pai agradeceu e me desejou boa viagem.

3.3 Abrigo Janakoida

Ainda em Pacaraima, fomos levados ao Abrigo Janakoida, também da Operação Acolhida, onde estão abrigados os indígenas venezuelanos da comunidade Warao. O abrigo é gerido pelo Exército em parceria com a ONG Fraternidade, e apoio do ACNUR.

Logo que chegamos, os membros da comunidade Warao nos esperavam com uma grande mesa cheia de artesanatos de palha a venda, e os visitantes do curso foram ávidos adquirir esses produtos. Parecia o início dos tempos na América Latina. Foram vendidos quase todos os produtos da mesa, e muitos dos indígenas andavam atrás dos visitantes que não foram até a mesa oferecendo colares e cachecóis, em um diálogo que já parecia programado.

Aparte da feira improvisada e da atmosfera de comércio, a ONG Fraternidade fazia todo o diálogo com os visitantes e fez toda a apresentação do espaço. Nem eu, e tampouco os colegas conseguimos identificar uma liderança entre os indígenas. Em diálogos com alguns que já conheciam a ONG e até o abrigo, observou-se um padrão de certo exercício de tutela paternalista sobre os indígenas por parte da ONG, que minava o surgimento de lideranças e de autogestão deles.

O abrigo tem uma estrutura precária, contando com um galpão de concreto repleto de redes onde os indígenas moram, um “campo de futebol” improvisado, um container de administração e uma área de cozinha aberta, feita de tijolos, na qual utilizavam fogo de chão e fogão a lenha. Na parte de baixo do abrigo, há tendas e galpões abertos que também estavam

repletos de redes, e outra área desse modelo de cozinha, todas ocupadas por mulheres cozinhando. Via-se por todo abrigo alguns baldes de água cheios com o símbolo do ACNUR.

Novamente me afastei do grupo e da visita guiada, e me dirigi a uma das cozinhas. Conversei com as mulheres da comunidade que preparavam uma espécie de pão baixo, que remete a arepas, e alguma carne, ambos em cozimento muito lento no fogo de chão. Quase todas as crianças do abrigo estavam comendo um pedaço desse pão enquanto estivemos lá, enquanto corriam e brincavam. Me mostraram alguns processos que envolviam sua alimentação. Nesta oportunidade, conheci a senhora Maria, de 63 anos, que também queria saber de onde éramos.

A senhora Maria me contou que “Janakoida”, o nome do abrigo, significa “casa grande que a todos acolhe” no idioma da comunidade Warao. Ela relatou que são uma tribo indígena mais “civilizada”, que a cultura de produção agrícola para subsistência foi sumindo ao longo das gerações, e acredita que um dos motivos é que os jovens da tribo queriam sair dali para estudar. Assim, informou que recentemente estavam passando fome na Venezuela, visto que não conseguiam comprar comida, motivo pelo qual migraram para o Brasil. Falou que mesmo com todos os problemas, pelo menos ali conseguiam comida de graça através da ONG. Dentre os problemas indicou que, por exemplo, não tinha sapatos como os meus – fazia frio em Pacaraima, e eu estava com um sapato fechado, e ela de chinelos.

Maria falou que tem certeza que o presidente não gosta do povo dela, o que acha uma pena. Quando perguntei se ela se referia ao presidente da Venezuela ou do Brasil, ela respondeu que infelizmente se referia a ambos.

Quando perguntei sobre os hábitos da tribo, ela disse que as únicas tradições que se mantém é que gostam de se reunir para cantar e dançar, e que alguns procedimentos relativos ao casamento ainda são preservados.

Perguntei a Maria quanto à presença do Exército em seu abrigo, perguntando se os tratavam bem. Ela disse não ter reclamações, informou que os militares ficam guardando os portões 24h por dia, e que depois de 22h da noite pode ser complicado tentar retornar ao abrigo. Informou que só “pesam a mão” quando algum dos membros da comunidade volta bêbado da cidade, e que não os deixam entrar assim.

Informou que alguns membros da comunidade vão ao centro vender seus artesanatos durante o dia, mas que no geral permanecem no perímetro do abrigo todo o dia. Maria falou que sente saudade do campo e da proximidade com a natureza, dizendo que a única coisa ruim do espaço que estavam é que não podiam vagar entre as árvores e campos, como estavam acostumados.

Nossa conversa foi interrompida pelo andar do grupo direcionado pela representante da ONG em nossa direção, e pelos netos de Maria que lhe pediam colo.

A representante da ONG nos apresentou todo o espaço. Disse que dormir em rede é uma preferência dos indígenas, e por isso era a única cama disponibilizada. Informou também que a alimentação desta tribo se caracteriza por esse cozimento lento de fogo de chão que leva o dia inteiro.

Cartazes produzidos pelos membros decoravam o abrigo, com dizeres como “Refugiados Peregrino em busca de lugar”, “Gracias Brasil por recibirnos” e “Comunidad Warao, vivamos en unidad y hermandad”.

Nos despedimos do Abrigo Janakoida e fomos levados para o ponto da BR-174 que faz a fronteira entre Brasil e Venezuela, com bandeiras e murais de ambos os países, e depois retornamos à Boa Vista, finalizando o curso.

3.4 Entrevistas

3.4.1 Amílcar

Nome do entrevistado: Almicar

Nacionalidade: Venezuelano

Idade: --

Local da entrevista: Boa Vista, Roraima

Áudio 2019-06-13-16-08

Roberta: Tá gravando. Eu queria primeiro saber seu nome, sua idade e há quanto tempo você tá aqui no Brasil.

Respondente masculino: Ah, mi nombre es Almicar Rodríguez, tengo 26 años de edad, este...tengo un año y cuatro meses aquí en Brasil.

R: E o que você faz aqui? O que que você fazia na Venezuela?

H1: En Venezuela trabajé como...con una empresa de plástico, donde disuelven el plástico. Eh...de ahí, bueno, comenzó la crisis en Venezuela y tuve que buscar otra...mejoría, tuve que salir del país. Ahí, cuando llegué aquí, llegué como refugio, llegué en la plaza y...sacó solos unos días, ahí...conocí unos *brasileiros* y comencé a trabajar como ayudante de...de...albañilería de pedrero. Ahí tuve trabajando con ellos siete meses. Durante ese tiempo, eh...aprendí muchas cosas, los nombres de las herramientas...todo eso. Ahí dejé de trabajar con ellos, conocí a la señora da Silva, ahí ella...

((conversa interrompida por terceiro))

H1: Vio el estado en que nos encontrábamos, ahí...

((conversa interrompida))

H1: ... ahí conocí a... señora da Silva. Ahí ella no...eh... fue una señora que mejor que conocíamos...

R: Senhora que o que?

H1: Conocíamos.

R: Ah sim.

H1: Eh...hablamos con ella, y ahí fue donde nos trajeron para acá. Aquí ya...por cuestión de dos hernias salí del trabajo que hacía de...como ayudante, me salieron dos hernias...

R: Sairam que?

H1: Dos hernias. Hernia.

R: Hernia? De disco?

H1: Umbilical y (inint)⁵⁹ [02:24]. Son *duas*. Ahí...

R: Por causa do trabalho?

H1: Como que pues. Ahí no puedo trabajar ahora, estoy en inteligencia para ser operado, eh...tengo cinco meses ya que no trabajo.

R: E como que foi seu trajeto da sua cidade, qual a cidade que você morava, até aqui no Brasil?

H1: Este...vivía en El Tigre, ciudad de El Tigre. Este...vivía en El Tigre y ya de ahí me vine para acá.

R: E como que você veio?

H1: Ah, junté con el trabajo que... que...yo trabajaba antes en una empresa de plástico en El Tigre, con el tiempo, eh... ajunté el dinero y fue como vine.

R: E como que foi sua recepção aqui no Brasil? Por que órgãos você passou...polícia, documento... Como que foi esse processo?

H1: No... todo legal, todo legal. No tuve problema, *eu* saqué todos mis documentos, no...legal.

R: Você passou pela Polícia Federal ou depois...fez qual solicitação?

H1: Solicitação?

R: Eh... de residência ou de refugio...

H1: Residencia.

R: De residência? E hoje você tem essa documentação aqui?

H1: Todo.

R: Como residente?

⁵⁹ Ininteligível

H1: Tengo asegurado (inint) [03:54]

R: Eh...algumas pessoas que vem da Venezuela pedem o status de refugiado. Você chegou a pensar nessa possibilidade?

H1: No. Eh...venía con la condición de pedir residencia y yo sabía cómo estaba el país, que no iba a mejorar así nada más, es porque es duro.

R: Porque o que?

H1: Es duro.

R: Duro.

H1: Eh... Entonces, no pensé en regresar a Venezuela, para allá.

R: Você conseguiu aqui carteira de trabalho...?

H1: Conseguí.

R: Acesso à saúde?

H1: Tranquilo...sí, yo aqui todo, todo.

R: E o que você achou dessa cidade aqui te recebendo?

H1: ¿Aquí em Brasil? Eh... ¿algún beneficio?

R: Não...a sociedade como de recepção, de... que que eles acharam de você, como que você se sentiu tratado aqui nessa cidade.

H1: Ah...no, bien, gracias a Dios, hasta el momento bien, gracias a Dios. Eh...me siento agradecido de verdad. De las personas con quien trabajé, me ayudaron bastante, eh...los siete meses que...que conviví con ellos fue bien, gracias a Dios. Estoy agradecido de ellos.

R: Algum mecanismo de proteção internacional ou alguma organização de proteção a migrantes e refugiados eh... teve contato com você ou você procurou alguma delas?

H1: No.

R: A Cáritas ou alguma instituição?

H1: No.

R: E como que você ficou... Você fez o curso de português aqui? Como você ficou sabendo?

H1: Eh...aquí, cuando llegué aquí, aquí comenzaron los cursos de portugués mas en portugués, varios cursos. Este...ahí *eu* hice el curso de portugués, aprendí algunas cosas, no todo, pero lo básico.

R: Então você me falou que saiu de lá, da Venezuela, por causa da crise...

H1: Uhum.

R; Você sentia medo lá?

H1: No. Miedo así...miedo porque pensé que en algún momento eh...mi familia iba a estar mal, en malas condiciones, tenía que salir para ayudarlos a ellos. Ese era el miedo que yo...

R: Foi uma questão econômica e de emprego então?

H1: ¿Qué?

R: Foi uma ques...uma motivação pra você vir? Foi econômica e de emprego.

H1: É.

R: E a sua família veio com você?

H1: Eh... eh...me vine con...con dos hermanos y un primo.

R: E aqui você já tem uma família aqui?

H1: No. Solo ellos, mis dos hermanos y mi primo. Tengo un hijo, lo tengo ahí en Venezuela. Cuando tengo le mando, cuando no tengo no le mando nada porque no estoy trabajando aquí.

R: Eh...e o que você acha do governo da Venezuela?

H1: Ellos solo piensan para ellos, no piensan en los demás. Piensan nomas para ellos. Ellos solo están robando, básicamente. Quieren todo, todo para ellos, nada para el pueblo.

R: Entendi. E o que você gosta de fazer?

H1: No...yo hago de todo un poco...me gusta la conversación, eh...me gusta aprender de todo un poquito.

R: Entendi. Você se sente bem recepcionado aqui no Brasil então?

H1: Ahorita sí.

R: Você acha que o nosso sistema jurídico e administrativo pro migrante, te atendeu bem? Funciona bem? Seus direitos são garantidos? O que você acha em relação a isso?

H1: Gracias a Dios, bien. Hasta el momento eh...ha sido bien. Estoy aquí gracias a la señora da Silva y bueno, nos sentimos agradecido de ella que nos han ayudado bastante. (inint) [08:09].

R: Mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre essa sua vinda ao Brasil e sobre o nosso sistema legal e sobre como você foi recebido aqui? Alguma coisa que você acha importante?

H1: ¿Cómo fui recibido?

R: É. Tanto pela...pelas autoridades, como pelas pessoas, pelo povo.

H1: Este...hay, creo que en muchos países existen las injusticias, las injurias, hay gente buena y gente mala, así como todo, lo que se porta bien, lo tratan bien, lo que se porta mal, lo tratan mal.

R: E você teve esse problema de saúde, das hérnias. Você conseguiu acesso à saúde pública aqui pra fazer a operação?

H1: (inint)[09:11] para...para ser operado. Ya he hecho varios exámenes, estoy esperando eh...que el médico vea los resultados para él decidir.

R: Isso pelo SUS? Isso é pelo SUS, Sistema Único de Saúde? Você tá conseguindo esse procedimento pelo SUS?

H1: No, no. Así...

R: É particular?

H1: É particular.

R: É pago ou gratuito?

H1: No, gratuito.

R: Ah sim. Tá bem então. Muito obrigada...

H1: De nada.

R: ... pela sua participação. Ah, esqueci de perguntar isso: Você teve algum apoio da Defensoria?

H1: ¿Apoyo?

R: Precistou de alguma ajuda da Defensoria Pública?

H1: No.

R: Não?

H1: Hasta el momento, no, porque no he tenido ningún problema, gracias a Dios, no.

R: Tá bem. Muito obrigada. (inint) [10:05] você me ajudou muito.

3.4.2 Daniel José

Nome do entrevistado: Daniel José

Nacionalidade: Venezuelano

Idade: 39

Local da entrevista: Boa Vista, Roraima

Áudio 2019 – 06 – 13 – 16 – 26

Roberta: Primeiro eu queria saber seu nome, sua idade, da onde você veio e há quanto tempo você tá aqui no Brasil.

Respondente masculino: Tengo un año y tres meses aquí. Vine de El Tigre, y bueno, en busca de trabajo.

R: Pode falar o seu nome completo e sua idade?

H1: ¿Mi nombre? José Daniel Rodríguez Guerra.

R: Daniel José?

H1: ¿José? Sí, Daniel José.

R: E quantos anos você tem?

H1: Eh... 39.

R: 39. E como que foi a sua aqui pro Brasil?

H1: Bueno, eso fue sin pensar. Sin pensar venimos para acá. La mayoría de los venezolanos porque nunca nosotros pensamos que nuestro país se iba a poner así. Y... bueno, en vista de que país se fue todo abajo, quedo en la ruina, ahí fue que todos migramos en busca de una mejoría para nuestra familia.

R: Eh...e por quais mecanismos você passou aqui de policia, defensoria, justiça? Como que foi o processo de documentação?

H1: Eh... todo normal. Sacamos...yo tengo mis papeles para la Policía Federal, ahí sacamos todo.

R: Você tá aqui como residente?

H1: Sí. Eh...primero fue refugio, después residencia.

R: Primeiro você pediu refúgio?

H1: Aja.

R: E como que foi essa solicitação?

H1: *Eu fui* a lá y pedí... Lo primero que estaban dando era eso, refugio. *Mas depois*, cuando se venció eso, ay yo solicité, eh...residencia.

R: Você conseguiu o status de refugiado do CONARI?

H1: ¿Status?

R: É, um documento de refugiado.

H1: No, un carnecito.

R: Um carnezinho.

H1: Uhum.

R: E o que que perguntaram pra você conseguir esse refugio?

H1: No recuerdo muy bien que...que me preguntaran, no. No recuerdo muy...o sea, le dieron ese documento a uno⁶⁰ y que con ese documento que uno puede estar aquí y...no recuerdo más que me han dicho.

R: Oi?

H1: Que no recuerdo más de lo que, algo que me dijeron.

R: Entendi. Eh...e você tá trabalhando aqui?

H1: Algunas veces *trabalho*, eh...ahorita después que entró el invierno, la *chuva*, o *trabalho* paró. Poco...poco *trabalho*, ahí a veces un día, dos días en la semana así que *trabalho*.

R: Onde você trabalha?

H1: En casa de familia. A veces sale servicio de jardinero, eh...pintar, e...*pedreiro*, así, servicio así.

R: E por que você veio ao Brasil?

⁶⁰ Uno nesse sentido possui significado de “nosotros”. Seria em português o “a gente”.

H1: Vengo a *trabalhar*, porque *eu* tengo *filho*. *E eu trabalho e mando* ‘pa mi *filho*.

R: Sua familia, seu filho, tá lá na Venezuela?

H1: Tá *na* Venezuela. Sí. *Eu* tengo cuatro *filhos* allá ya grandes, estudiando.

R: Tão estudando lá?

H1: Están estudiando *lá*.

R: Você sentia medo lá na Venezuela?

H1: ¿Miedo? *Eu trabalhei* allá... todos nosotros tenemos nuestro trabajo fijo, *trabajando* en una empresa allá. Pero, ahí después se puso eso de que lo que uno ganaba no alcanzaba ‘pa nada, todo caro. Y... pero uno no tiene miedo ahí tampoco, o sea, todos miramos porque las cosas hacen, hubo escasez de comida, no había comida... entonces nosotros cuando llegamos aquí ahora sí empezamos a *trabalhar* y mandamos *dinheiro* ‘pa allá porque nuestra familia...comprar...porque cuando con lo que uno ganamos aquí, uno manda para allá y da más o menos ‘pa que ellos (inint) [04:24]. Sí. Ahora lo que uno gana allá no da *pra* comprar nada o si uno... allá uno cuando si paga hace 50 soberanos o 100 soberanos tiene que trabajar unos tres meses. Sí... acá uno no, aca uno con 2 días 3 días de trabajo uno manda ‘pa allá 100 soberanos y solventa un poco...sí.

R: E o que você achou dessa recepção aqui no Brasil?

H1: ¿Hun?

R: O que você achou da recepção aqui no Brasil? Da sociedade e das autoridades. Como que você acha que foi recebido?

H1: ¿Cómo me recibieron? Mire, este...la verdad, cuando yo llegué aquí, llegué en la calle.

R: Na Cáritas?

H1: Eh...*na* calle.

R: Na rua?

H1: É, *na rua*. *Eu* llegué *na* plaza. Y sí, había mucha gente que ayudaba, mucha gente. *Eu morei* tres... tres meses *na rua*. *E ai*, conocí una señora de aquí que fue la que me nos trajo para acá y, bueno, hasta el presente estamos aquí. Sí. Y...bueno, y muy bien, la gente cuando nosotros llegamos, el año pasado y la gente *ajudava* bastante. Sí. *Depois* que...la gente...vinieron gente malas y...vinieron gente mala y gente buena. La gente mala empezó a robar por ahí *da* gente y a los *brasileiros* se pusieron...un poco...eh...dejaron de ayudar a la gente, bromas⁶¹ así, poco que los venezolanos, este...comenzaron a robar los *brasileiros*. Porque todo el mundo, nos vinimos a...vinieron ‘pa allá a echar broma, ¿ve?

R: Como?

H1: A echar broma. No a trabajar, sino a robar.

R: Ah.

H1: Sí. Entonces...la gente que quiere trabajar no, no le dan trabajo porque...va...piensa que van a robar por ser... El tiempo que yo tengo aquí, con la gente con la que *trabalhava*, muy bueno, *foi bom*.

R: E as autoridades? Como que você acha que foi a recepção? Como você foi recebido pelas autoridades aqui?

H1: *Bem. Bem*. Que nunca tenía problema con las autoridades. Nunca.

R: E conseguiu todos os documentos que você precisava?

⁶¹ Broma em português é “bricadeira”, de quando você está zutando alguém (o que pode ser positivo ou negativo). Mas, na Venezuela usam a palavra “broma” para basicamente tudo, como pode ser visto pela fala do entrevistado. “Echar broma” possui sentido negativo na fala dele, como ele próprio explica, mas quando fala “para esta broma de la vista”, “broma” significa “coisa”, palavra que a gente usa quando não sabe o nome rs.

H1: Sí... Todos *os* documentos tengo aquí. *Tenho* aquí, *tem* CPF, *tem* residencia, *carteira de trabalho...tem* todos mis, mis *vacinas* postas, todas...

R: Cê consegue acesso ao sistema de saúde?

H1: ¿Examen? Sí. Yo, yo si siempre voy al puesto de *saúde* pero...o sea, en estos días fui con un dolor aquí, me dolía este ojo y me dieron un...un...estoy *agendado* para ir a este... ¿tamólogo?

R: Tamólogo?

H1: Etamólogo. Para esta broma de la vista.

R: Tapa olho.⁶²

H1: Ah. Sí. Entonces, estoy esperando que me *liguen*⁶³para...ir hacer mis exámenes. Pero lo demás, *tudo bom*.

R: E você quer voltar pra Venezuela?

H1: *Agora* no. *Eu vou* ‘pa Venezuela cuando Venezuela se...se comoda las cosas allá. De todo *melhora* allá... *ai volto para lá*.

R: E o que você achava do governo Chávez?

H1: ¿Hun?

R: O que você achava do governo Chávez?

H1: Cuando Chávez estaba, estaba todo...las cosas no estaban así como están ahora. Y si el presidente Chávez hubiese estado vivo, las cosas no se hubiesen puesto así. Porque él solucionaba. Solucionaba... Ahora este presidente que tenemos no...llevó todo abajo.

R: Eh...o que você acha do atual presidente?

H1: Muy ruin. No presta. ((risos))

R: Não?

H1: Uhum. Presta no. Muy malo, malo... Mata mucha gente.

R: E o presi...o...o Guaidó?

H1: Guaidó...Guaidó quiere...quiere sacar Maduro ‘pa él gobernar. Guaidó quiere hacer mucha cosa buena para el país. Pero, *mais*, no ha logrado.

R: Não o que?

H1: No ha logrado.

R: Não tem conseguido?

H1: No conseguido, eso. No conseguido.

R: É, logrado. Ok. Entendi.

H1: ((risos)) Sí. No conseguido.

R: Tem alguma coisa que você acha importante falar sobre a sua vinda pra cá, sobre essa questão dos venezuelanos aqui no Brasil, sobre sua experiência?

H1: Bueno, eh...lo que le puedo decir es que...el propósito que yo vine para acá fue a trabajar, trabajar para mandar a mi familia. Y...bueno, como le dije ahorita que...con las personas con quien trabajaba, he trabajado, me han tratado bien. Y no puedo quejarme de aquí, de...los *brasileiros* porque me da...este, me han tratado bien. Sí. Y... bueno, espero...yo estoy *agendado* para viajar más delante.

R: Vai pra onde?

⁶² Acredito que ele queria dizer “oftalmólogo”, em português, oftalmologista.

⁶³ Ligar em espanhol possui vários significados, desde unir duas ou mais coisas/pessoas até conquistar alguém para fins amorosos ou sexuais (seria o “dar em cima” no Brasil), porém, não possui o significado de chamar a alguém. Eu acredito que o entrevistado, mesmo falando em espanhol, tentou utilizar um vocabulário em português para se comunicar melhor com a entrevistadora, usando assim, a palavra “ligar” no sentido que possui em português.

H1: Voy para Rio de Janeiro.
 R: Oh!
 H1: No, Rio de Janeiro, no. Este...Curitiba, se llama.
 R: Curitiba.
 H1: Curitiba.
 R: Vai trabalhar lá?
 H1: *Eu...*he pensado en *trabalhar* para allá. Conseguir un *trabalho*...porque aquí hay muchos venezolanos, no...*trabalho* tá...
 R: Tá difícil de conseguir trabalho?
 H1: Tá difícil conseguir trabajo.
 R: Curitiba é frio, hein?
 H1: *É muito* frí...aquí mucho *quente*.
 R e H1: ((risos))
 H1: Sí. Entonces...yo me vía, este...pienso viajar para allá.
 R: E você pretende trazer sua família pro Brasil?
 H1: No.
 R: Seus filhos...
 H1: Eso no pienso. Eu *trabalho* y mando *dinheiro* para allá.
 R: E eles não querem vir pra cá?
 H1: Ellos sí, quieren venir pero, *eu* no tengo aquí una casa *onde morar*. Aquí no aceptan familia. Aquí...estamos cinco personas aquí, mas no *aceitam mulher* aquí, mucho menos *filho*. ((risos))
 R: Sim.
 H1: Sí. El problema que, que...yo no los traje para acá, ‘pa Brasil porque yo nunca conseguí un trabajo fijo aquí. *Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei* bastante sí pero, diaria, diaria. Y bueno, gracias a Dios yo siempre he mandado a mis hijos porque con ese fue el propósito que yo me vine para acá. ¿Ve?
 R: Tá muito rápida essa última parte. ((risos))
 H1: Con ese fue el propósito que yo...
 R: Que você veio pra cá?
 H1: Eso. *Trabalhar y mandar dinheiro* para...
 R: Mandar dinheiro pros seus filhos.
 H1: Eso.
 R: Entendi.
 V: Ya. ((risos))
 R: Muito obrigada pela sua participação e por responder minhas perguntas. Vou parar de gravar, ok?
 H1: *Tá bom*.

3.4.3 Jamila

Nome do entrevistado: Jamila
Nacionalidade: Venezuelano
Idade: 34

Local da entrevista: Boa Vista, Roraima

Áudio 2019-06-13-17-07

Roberta: Queria saber primeiro seu nome, sua idade e há quanto tempo você tá no Brasil e de onde você veio.

Respondente feminino: Ok. Eh...mi nombre es Jamila Bates, eh...tengo 34 años, estoy aquí en Brasil desde enero del 2018, del siete de enero del 2018, este... ¿cuál fue la otra pregunta?

R: De onde você veio.

F1: Ah, vengo de Ciudad de Bolivar, Estado de Bolivar.

R: É o estado que é mais próximo aqui, né?

F1: El más próximo. En Santa Helena, el mismo estado.

R: E como que foi sua vinda pra cá?

F1: Eh...yo vine porque un tío me ligó⁶⁴, que viniera, que él aquí nos iba a ayudar porque en Venezuela la situación se estaba poniendo difícil, este...él ligó para nosotras, para mi hermana y para mí. Nos venimos las dos. Eh...dejamos nuestros hijos allá, nuestros esposos allá y...eh...nos venimos para acá, este...en enero del 2018. Empecé a trabajar en una casa de familia...

R: Aquí?

F1: Aquí en Boa Vista, eh...no me fui muy bien porque la señora fue un poquito...por decir, explotadora, porque el trabajo empezaba de ocho de la mañana a dos de la tarde y como me quedaba muy lejos de la casa...

R: Às duas da tarde?

F1: Hasta las dos de la tarde. Como me quedaba muy lejos de la casa, eh...ella dijo que podía *morar* en su casa. *Mais ai*, cuando estaba *morando*, ella me levantaba o me decía que por favor me levantara a las seis de la mañana para hacerle...

R: Café da manhã...

F1: ... *café la manhã* para el niño que se iba para el colegio y...llegaban a las diez, once de la noche y todavía yo estaba trabajando, planchando, haciendo cena, lavando la *louça*... cualquier cosa. Entonces, duré trabajando con ella casi dos meses y fue así y nos era por 800 reales nada más. Siendo que el contrato era de...de ocho a dos de la tarde, entonces... Después ella decidió que no precisaba más porque...que no rendía la casa, que sentía su casa sucia, que no sé qué, entonces...eso lo veo como una manera de agresión, de discriminación para nosotros porque primero es un abuso, porque si te dicen una hora, ¿por qué tienen que romper ese, ese reglamento? Y bueno, la experiencia más desagradable ha sido esa.

R: Eh...como que foi essa recepção aqui...na sua viagem? Como que foi o processo de pegar documentação e se estabelecer aqui?

F1: El proceso fue fácil, eh...hace un año y algo que es lo que tengo aquí y...

R: Quê? Desculpa, pode repetir?

F1: ... fue hace un año y...

R: Um ano.

F1: Eso, y seis meses que tengo aquí. Este proceso era por directamente por la Policía Federal. Se agarraba la cita, te daban un mes de cita, o sea, era todo como que más fácil, más flexible,

⁶⁴ Ligar em espanhol possui vários significados, desde unir duas ou mais coisas/pessoas até conquistar alguém para fins amorosos ou sexuais (seria o “dar em cima” no Brasil), porém, não possui o significado de chamar a alguém. Eu acredito que a entrevistada, mesmo falando em espanhol, tentou utilizar um vocabulário em português para se comunicar melhor com a entrevistadora, usando assim, a palavra “ligar” no sentido que possui em português.

no como ahora que puedes sacar todo, todo, todo de una vez en un solo sitio, no...o sea, en aquel tiempo era así, poco a poco, pero fue bien la recepción de los documentos.

R: E você tem um, eh...documento de residência aqui ou de refugio?

F1: De residencia. Yo saqué de residencia.

R: Algunas personas que vieram da Venezuela pediram o status de refugiado. Cê chegou a pensar nessa possibilidade?

F1: No... Porque el status de refugiado yo...empecé a investigar y el status de refugiado era que tú no podías salir de aquí sin autorización del gobierno *brasileiro*, entonces tenía muchas restricciones. Pensé en mis hijas, en *voltar* por mis hijas, por Venezuela, entonces dije “si saco refugio no voy a poder buscar a mis hijas” y como solo tenía que traer la partida de nacimiento de allá, el certificado de nacimiento de Venezuela, yo la traje y decidí sacar residencia.

R: Cê tem uma filha?

F1: Tengo dos *filhas*. Una de dieciséis y una de siete años.

R: Tão aqui?

F1: Sí, yo me las... Logré traer después de ocho meses sin verlas. Yo duré ocho meses sin ver a mis hijas.

R: Foi lá busca-las e voltou?

F1: Fui a buscarlas en Venezuela y *voltei* para acá.

R: Entendi. Eh...e como você acha que você foi recebida aqui nessa cidade, na cidade?

F1: La ciudad es tranquila, gracias a dios tenemos la suerte de convivir con personas muy agradables. Este...yo la veo, me gusta bastante porque es muy tranquila, muy pacífica, muy...se puede convivir pues.

R: Você sentia medo na Venezuela?

F1: Sí... En Venezuela por lo menos no se podía ya estar en la calle... Cuando llegamos aquí que veamos los motorizados nos asustamos porque en Venezuela los atracadores, los malandros, los pilantes eran más que todo motorizados... Entonces, eh...recién llegada pasaba un motorista digno asustábamos porque ya veníamos con eso, ya ahorita no, no tengo tanto miedo así.

R: Entendi. Cê pretende voltar pra lá?

F1: No.

R: ¿No?

F1: No.

R: Eh...

F1: Yo quiero más que nada avanzar a otro estado.

R: Quer ir pra onde?

F1: Ay, algo de frío, Santa Catarina, por allá...

R: ((risos)) Você gosta de frio?

F1: *Gusto*⁶⁵ más que de calor, porque siento que el calor, ay...y que uno⁶⁶ hace frío tú te arropa y calentamos un poquito, pero el calor no se quita, aquí es muy caliente.

R: E você trabalha com o que agora?

F1: Ahorita no estoy trabajando, ni mi esposo. Ni estamos trabajando. Estamos pasando por una situación muy difícil porque aquí en Boa Vista no se consigue trabajo. Estamos haciendo todos los trámites para la interiorización, para que nos envíen a otro estado.

R: Quais os trâmites que vocês estão fazendo?

⁶⁵ A conjugação do verbo “gustar” nesse contexto está errada de uma forma muito grosseira, então é provável que a entrevistada tenha respondido em “portunhol”.

⁶⁶ “Uno” aqui possui o significado de “nosotros”. Seria em português o “a gente”.

F1: Eh...haciendo un *cadastral* a través de las iglesias, este...la Jesuita y esta Cáritas, que ellos hacen un *cadastral* de los venezolanos, estudian su situación, ve cuantas personas van a viajar y ellos hacen el contacto en otros estados para poder trabajar o por lo menos te llevan y te dan tres meses de *aluguel* ya en ese estado donde nosotros mismos tenemos que salir a... a meter currículo, a dar lo currículo, para ser llamado a trabajar. Como hay otro...en el caso de la Jesuita, ellos llaman, llevan directamente ya con trabajo a las empresas, Aurora, las empaquetadoras esas...esas empresas así que solicita. En mi caso, este, sería costura porque sé costurar pero...o lo que salga, pero el primero que, que llegue eso va...va a ser.

R: Entendi. A sua filha tem quantos anos?

F1: Tengo una de dieciséis y una de siete años.

R: 16 e 17?

F1: Dieciséis y siete.

R: Elas tão estudando?

F1: Sí, *elas tão estudando* aquí.

R: Elas conseguiram escola pública aquí?

F1: Pública, sí. De...municipal.

R: E como que elas tão? Que elas tão achando da escola? Como que tá sendo essa inserção delas na escola?

F1: Eh...ya *elas falam* más, este...mi *filha* pequeña *tem* un problema de aprendizaje, este, ya la maestra la mandó para una *aulinha* a los miércoles donde está la psicopedagoga que la ayuda, mas no pude hacerle *tratamento* completo porque necesito hacerle un estudio neurológico y en la univer...en la...en el hospital de *criança* de aquí no hay citas ahorita. Entonces...

R: Não tem horário? Não tem vaga?

F1: No, no *tem vaga*. Este...y...entonces estoy esperando estabilizarme en otro estado para yo poder tramitarle toda a su cuestión a ella, para ella poder tener un acompañante, para que solucione lo que es estudio. La mayor, ella está en el segundo año del *ensino médio*. *¿Médio*, así?

R: É, ensino médio.

F1: Sí, ella está en el segundo año del *ensino médio* y ella va bien, ella sí...asiste a su clase y le gusta, la felicitan por la...por las exposiciones que hace, porque ella dice que aquí, ese...se para y leen cuando están exponiendo, ya en Venezuela es prohibido leer, los estudiantes. Entonces la felicitan ella porque ella va, que solo interactúa con el material del apoyo que tiene y la...lo que ya sabe por lo que estudió de eso. Entonces ella dice que se quedan...se...los compañeros se quedan asombrados como ella va en eso. Porque allá en Venezuela tá prohibido pararse a leer con papel las exposiciones.

R: Como assim? É proibido ler?

F1: Sí... Porque si van a estudiar, eso, por lo menos, yo voy a hacer una exposición y yo voy a hablar del agua, un ejemplo, yo no me puedo parar “el agua, mundo...”, eso no.

R: Ah...sim.

F1: Solo que tiene que tener...

R: Falar...

F1: ... falar... sin leer... al caletto⁶⁷.

R: E ela tem essa oratória...

F1: *Ela tem essa oratória*, exactamente.

R: Entendi. Interessante...

⁶⁷ “sin leer al caletto” significa ler sem trapacear.

F1: Sí... Ella...o sea, ella, la maes...las profesoras la felicitan a ella por eso y que el material de...didáctico que ella usa para la exposición lo hacen como mapa mental. Hacen imágenes grandes, usan a, eh...corta palabras eh... los dibujos y hacen la...el énfasis de lo que ella quiere transmitir. Entonces...va bien... ((risos))

R: E o que você acha do governo da Venezuela?

F1: Ay no...está malísimo. ((risos)) Eso no es bueno como evidentemente se ve y no es nada más salió del gobierno. Esperar que los mismos venezolanos cambiemos la mentalidad porque está...corrompido, ya está como ruin, porque yo tengo un lápiz y yo lo quiero vender porque es mío y yo lo voy a vender más caro, lo están dolarizando todo...o sea, el gobierno conllevó a eso. Mas el gobierno lo que hace es enriquecerse a ellos, quedarse en el poder y que sigan emigrando muchas personas.

R: Tem mais alguma coisa que você acha importante falar sobre a sua vinda pro Brasil, sua situação como imigrante, sobre as autoridades aqui?

F1: Yo lo que quisiera *falar é* de que el gobierno *brasileiro* debería de implementar un...un (inint)⁶⁸ [09:27] de trabajo para personas de avanzada edad por lo...

R: Um posto de trabalho?

F1: Puesto de trabajo, para personas de avanzada edad. O sea, por lo menos.

R: Isso é de idade avançada?

F1: De edad avanzada. Porque mi esposo tiene 46 años mas...le da miedo irse a otro estado y no conseguir trabajo, porque los rumores, o lo que se habla, es que a esas personas de avanzada edad no le dan un trabajo. Entonces, quisiera él que el gobierno hiciera énfasis en eso.

R: Entendi.

F1: Más nada.

R: Muito obrigada...

F1: Ok.

R: ... pelo seu depoimento. (inint) [09:59]

F1: ((risos)) Ok.

3.4.4 Jesús

Nome do entrevistado: Jesus

Nacionalidade: Venezuelano

Idade: --

Local da entrevista: Boa Vista, Roraima

Áudio 2019-06-13-15

Roberta: Eh...gostaria que você me falasse qual é o seu nome, sua idade, da onde você veio.
Respondente masculino: Tá. Meu nome é Jesús Alejandro Morales Vargas, eu sou venezuelano, tô morando aqui em Boa Vista *hace* quatro meses já. E bom, assim, eu comecei como todos os demais, *caminando*, procurando, aprendendo né. Um dia eu cheguei aqui na Igreja São Paulo, comecei a fazer o curso. Comecei, comecei, comecei. Eu moro do outro lado da cidade, eu moro

⁶⁸ Ininteligível.

Jardim Tropical e a igreja fica em dois estados⁶⁹, de polo a polo, muito longe. Mas eu queria aprender a falar português porque eu queria procurar um futuro melhor pra eu...pra ter *eso*, tem que falar português, porque en otro país e a cultura *es otra*, a língua *es otra*, tudo é outro. Eu comecei a falar português, compreender...agora eu falo mais ou menos porque o curso foi básico, mas todo dia eu tô aprendendo porque eu me *logré* matricular na escola, tô estudando o terceiro ano do ensino médio e todos dias eu vejo português, todos os dias eu aprendo da gramática, dos verbos em português, como se...como se faz as coisas aqui. E assim todos os dias. Eu tô numa luta muito grande porque eu comecei a estudar e eu chegava na escola andando, eu vou de pé. De Jardim Tropical ao Centro. Todos os dias. Um dia minha diretora lá olhou que eu cheguei tarde e ela falou “menino! Porque você está chegando a esta hora?”, eu falei “professora, eu chego a esta hora porque eu *vengo* a pé da minha casa”. Ela me ajudou a tirar o cartão de ônibus e *después* comecei a ir a ônibus. Mas sempre que eu não tenho dinheiro e havia dias que eu *iba* a pé, dias que *iba* a ônibus. Mas era porque eu queria. Depois da escola, ao *médio* dia, eu ficava na rua, no centro, procurando algum trabalho ou emprego, alguma coisa que eu fazer. Às sete horas voltava pra dois estados a fazer o curso de português. Depois do curso, às nove horas, eu *iba* embora pra minha casa. Só chegava, tomava banho, comia e *me acostaba* a deitar. E é assim. *Hasta* o outro dia. Todos os dias, todos os dias, *hasta* que ontem foi minha formatura e eu estou muito feliz que eu logrei culminar o curso. Um curso muito *largo* de três meses.

R: E quantos anos você tem?

H1: Dezessete.

R: Dezessete? Com que idade você veio pra cá?

H1: Com dezessete anos.

R: Com dezessete?

H1: É.

R: Eh...sua família veio com você?

H1: Não, eu cheguei aqui sozinho. Infelizmente, eu tô morando aqui sem família, não tem ninguém pra ser familiar. Estava morando com um grupo de amigos e o 28 de maio eles foram embora pra Curitiba, aí eu fiquei morando sozinho. Agora fico mais preocupado porque ainda não tenho um emprego, o 15 tenho que pagar o aluguel e eu não sei como que eu vou a fazer. Se eu não pago o aluguel, infelizmente eu vou a ficar na rua. Mas ainda eu *tengo* fé em Deus, eu sigo procurando, eu sei que vai dar certo.

R: Eh...o meu trabalho, eu gostaria de saber é sobre a recepção de vocês aqui, sobre os procedimentos administrativos, jurídicos...vocês passam da entrada até aqui, a integração de vocês aqui. Então eu queria que você me falasse um pouco como foi desde que você ingressou no Brasil, seu contato com as autoridades brasileiras, com a sociedade, que processos que você passou de documentação e o que você achou disso, que você sentiu da sua recepção aqui.

H1: Ó, foi bem difícil porque como eu sou menor de idade, não tem ninguém que *sea* familiar, nem um representante legais, agente não queria tirar *mi* documentação, mas eu falei assim pra agente “eu já estou aqui, eu não vou voltar pra Venezuela não. Eu preciso seguir mais pra lá.”. Um defensor público lá Pacaraima, ele pegou meu caso. Uma vizinha, *con la* que eu cheguei, ela...ali me ajudou...o defensor público, ele falou “eu vou a botar aqui que você chegou acompanhado dela pra tirar *sus* documentação.”. Tá bom. Eu tirei *mi* documentação, *mi vecina*,

⁶⁹ Ele fala “dois estados” como se fosse o nome de um lugar, mas não encontrei nada no Google, então optei por deixar em letra minúscula.

ela foi embora, eu fiquei aqui em Pacaraima morando quatro dias. *Ya tenía* CPF e protocolo. *Después...*

R: Que protocolo você tem?

H1: Protocolo da residência. Residência...

R: De residência?

H1: Residência temporal. Por dois anos. Eu peguei os meus, *mi* documentação e eu falei pra minha amiga que morava aqui em Boa Vista, ela falou “tu pega um Pacaraima, chega aqui, eu pago. Assim foi. Eu pego Pacaraima, cheguei ai, ela começou a falar um pouco português pra mim...e depois⁷⁰ eu comecei a pé pra o Centro, procurando, procurando uns...dois meses depois tirei minha carteira de trabalho. Como *ya tenía* toda *mi* documentação, foi fácil tirar a carteira de trabalho. Depois, tirei minha cédula brasileira *de aquí*.

R: De estrangeiro?

H1: Cédula pra estrangeiro. Agora eu tenho toda *mi* documentação completa. Procurei no CIEE, que é Centro Integração Escola Empresa. Consegui tirar uma vaga. Quando fui a...a entrevista de trabalho a moça me falou “Jesús, eu gostei de você. Mas pra fazer a contratação você tem que ter um representante legais ou tá emancipado.” Ai eu perdi minha vaga. O outro mês ela falou assim “pra *junio*...os primeiros dias de *junio*, eu vou liberar uma vaga. Você precisa ter um...emancipação pra não perder.”. O quatro de *junio* eu logrei tirar minha emancipação. Quando eu voltei pra lá o cinco de *junio* ela já havia dado a vaga o três. Por...*iba* a perder a vaga de trabalho.

R: Você conseguiu emancipação daqui?

H1: Consegui emancipação de *aquí*. Mas foi bem...difícil, ve, uma pesquisa pra mim muito tempo porque a gente precisava certificar que *lo* que eu estava falando era certo. E foi bem difícil. Um *juéz*, ele ficava com dúvida, mas eu falei “*juéz*, eu tô precisando isso só pra trabalhar.”. O 20 de *junio* eu vou a completar meus 18 anos, só que é só por poucos dias pra não perder a vaga da emprego novamente. Ai foi quando ele *aceptó* e falou pra mim “tu vem amanhã, às quatro horas, tira toda a documentação.”. Assim foi, tirei a documentação, mas igual, infelizmente, perdi a vaga de trabalho. Por um dia, só por um dia.

R: E onde você tirou essa documentação?

H1: Eu tirei essa documentação na Defensoria Pública, mas a audiência...

R: Defensoria Pública da União?

H1: Defensoria Pública de Roraima.

R: De Roraima...

H1: A audiência, ela foi num *juzgado* que fica perto da Avenida Ataíde Teive. *El* nome dele *es Juzgado* pra Infância e Adolescente.

R: Tendi. Então você entrou aqui eh...como resi, pediu solicitação de residência...

H1: Residência...

R: E de cédula de estrangeiro aqui?

H1: É.

R: Tá. Você chegou a pensar em pedir o status de refugiado que algumas pessoas têm pedido?

H1: Oh, foi assim. Eu não sabia quando cheguei aqui, eu não sabia que *va a* solicitar pra a gente, eu primeira instancia, eu falei refugio porque, como eu não compreendo a língua, eu escutava que...o soldado ele falava “refugio ou residência?”, mas eu não compreendia...eu falei pra ele “refugio”, ele botou ali refugio. Quando eu vou tirar toda minha documentação, eu escuto meus

⁷⁰ Ele faz uma mistura de “*después*” com “depois” que vira um “despois” algumas vezes. Optei por escrever da forma correta em português.

colegas venezuelanos falando que residência é melhor, tem mais essas algumas outras coisas...*entonces* eu voltei novamente pra trás, “Eita, eu quero trocar. Eu quero residência.” e ele ficou com raiva e falou “Menino, você não sabe o que você quer?”, aí eu falei assim “Eu quero residência agora.”, *entonces* ele agarrou...

R: Isso é da policia, isso?

H1: Da policia. Ele pegou todo o meu documentação e trocou por residência.

R: Entendi. A sua família tá na Venezuela?

H1: Tá na Venezuela.

R: Você tem irmãos?

H1: Tenho dois irmãos, uma irmã e um irmão. Mas essa irmã *es* prima-irmã, porque não é filha como tal de minha mãe. Minha mãe só criou a ela, pegou de oito meses *hasta* os 22 anos, que ela casou. Pra mim ela é minha irmã.

R: Eh...porque que você veio pro Brasil?

H1: Porque...infelizmente a situação no meu país não tá muito bom. Eu estava estudando lá medicina... tava trabalhando de manhã e estudava de tarde.

R: Cê estudava medicina?

H1: Estudava medicina.

R: Com dezessete anos?

H1: Com dezessete anos.

R: Caramba, muito novo!

H1: Sim, porque eu sempre gostei muito de estudar. Eu *iba* rápido. Eu falava pra minha mãe “mãe, eu quero estudar rápido, rápido.”. Eu sempre *ha sido* toda *mis clases* muito a sério, tudo...era muito bom sempre na escola. E aí eu comecei o primeiro bimestre de medicina, mas *tuve* que deixar pra *llegar* aqui.

R: E o que que você acha da situação do seu país agora?

H1: Eu acho que a situação no país, ele vai ficar assim por muito, muito tempo, porque atualmente a gente não tem produção agrícola, não tem produção de refinação de petróleo, não tem produção de gás, não tem produção de nada. Ele é um país rico, com muitos minerais, mas não tem *producción* dele, não tem um trabalho que está produzindo, no. Ele *solo* fica com a matéria prima, mas não tem um...uma máquina de processamento. Não tem pessoal pra trabalhar.

R: Então você diria que você veio pra cá em busca de oportunidades?

H1: Exatamente.

R: Você sentia algum medo de tá lá no território venezuelano?

H1: Medo como tá, não. Mas...não me sinto livre.

R: Por quê?

H1: Porque, pra eu ficar tranquila *mi* país, eu tenho que ficar de boca fechada e falar pra a gente que a situação não está bem. Se eu falo...sabe o que eu *gusto*⁷¹ aqui? Aqui tem muita corrupção? Tem. Mas a gente pode a protestar na rua, a falar da corrupção. Em *mi* país não.

R: Entendo. E como que você chegou...sua recepção aqui em Roraima, na sociedade brasileira?

H1: A recepção? Eu *gusto* mais de ressaltar as coisas boas. Não é que não tem coisas ruins. Sim, tem.

R: Cê pode falar.

H1: Eu acontecer das coisas ruins, simplesmente de eu *acercar* uma pessoa, a pessoa ficar olhando feio, ou com raiva, ou com se...é bem difícil ser *rechazo*, alguma xenofobia na escola

⁷¹ Mescla dos verbos “gostar” e “gustar”.

mas, eu *gusto* mais das coisas boas, que aconteceu muitas pessoas que *me han querido* ajudar, que *me han* falado que *sí* posso, que tem que continuar, não desistir, que tudo vai dar certo. Eu *gusto* mais das coisas boas que das coisas ruins.

R: E como que foi o seu ingresso na escola aqui no Brasil? Onde você estuda e como que você entrou na escola?

H1: Estou estudando atualmente na escola Airton Senna da Silva. Um dia um eu me acercar a Secretaria da Educação Estadual e ali o rapaz... “eu tô procurando vaga pra faculdade”, porque eu já estava na faculdade na Venezuela, e o rapaz me falou “Não menino, aqui não é assim. Você tem que estudar novamente ensino médio. Um ano mais, apresentar duas provas, que agora são três, a prova do ensino fundamental, a prova de primeiro ano, segundo ano.”. Tá bom. Ele me falou “tu vai na escola Monteiro Lobato, ai a central de matrícula atualmente.”. Eu fui a lá nesse mesmo dia, procurei minha vaga e outro dia eu fui a fazer inscrição. O secretário da minha escola, ele me falou que eu não podia fazer inscrição sozinho, que eu precisava de um representante. Ai eu falei pra ele minha historia, que eu estou aqui sozinho ele *accedió*. Ajudar a procurar alguma pessoa pra que fora meu representante na matricula e ai eu fiquei matriculado.

R: Tendi. Eh...você teve algum contato com o organismo de proteção internacional dos migrantes ou de refugiados, ou com a Cáritas, ou com alguma instituição, eh... relacionado a esse tema? Alguém, você entrou em contato com alguém ou alguém entrou em contato com você?

H1: Eh...aqui eu falava com muitas pessoa. Eu fui a Igreja Jesuista, Cáritas, a Policia Federal, a *Universidad* Federal... meu caso tão todas as partes. Eu falava com todo mundo aqui, mas a gente não podia *hacer* mais porque sou menor de idade, a gente não me podia incluir numa ajuda social porque precisa de uma autoridade legal que me represente. E ai eu fico sem *ninguna* ajuda, mas, uma vez na Cáritas, a *hermana* Baldisa, ela *tuvo* presente...

R: Quem?

H1: A mana Baldisa.

R: Manda Baldisa? É o nome dela?

H1: Baldisa. Ela *tuvo* presente ontem. Ela *dío* pra mim um *cuaderno*, cor, lápis, caneta, borracha e apontador. Essa foi a ajuda que ela *dío* pra mim e me encaminhou pra uma igreja que ficava perto do Senador Hélio Campos. Ali também eu tô fazendo curso de português todos os sábados e ali a gente da pra pessoa uma vez ao mês uma sacola de comida. Mas tem já um mês e meio que não dá, mas eu já recibo pra uma vez.

R: E como que foi o curso aqui? Como você ficou sabendo e o que que isso significou pra você?

H1: É, o curso foi legal. Eu achava primeiro que o curso era um curso pra a gente ficar esperto, sabendo muito, mas no meio do curso a professora falou “gente, lembra que *esto* curso pra português básico. Vocês depois têm que ficar procurando outro curso que *sea* mais útil pra você aprender bem.”. Eu falei “ah...tá bom então.”. Eu falava que é muito *sencillo*, muito *simple* o curso, es só pra se imitar era *pues*, porque o curso era português básico. Mas foi legal. Aprendi muito...a *escribir*, a falar...todo que eu estou falando aprendi aqui no curso e na escola.

R: Cê fala muito bem.

H1: É.

R: E o que você achou da atuação da DPU? Como que eles te ajudaram? Que procedimento eles te ajudaram? O que você achou da atuação deles?

H1: É, foi uma ação que é irregular. Normalmente a gente não vê esse tipo de coisa ali.

R: Irregular?

H1: Irregular. Porque...meu defensor público, ele falou assim “Jesús, pra tirar uma emancipação aqui em Roraima pra os brasileiros é muito difícil, *eso* é um processo de três a dois meses e você

tirou em um mês somente porque você tá ficando aqui sozinho, não tem familiar...uma situação que a gente nunca antes a gente olhou. É novo pra a gente.”. Mas foi muito legal porque a gente me apoiou muito. Hoje eu vou pra casa de minha defensora pública, que ela me falou assim “Jesús, bora amanhã pra minha casa? Vou a falar com você pra ver como eu posso ajudar pra que você não fique na rua.”. Hoje eu vou a falar com ela, ver que vai acontecer.

R: E que documentos eles te ajudaram a conseguir?

H1: A emancipação, porque já *tenía* todas as demais documentação.

R: Os outros documentos você conseguiu como?

H1: Eu consegui sozinho. Só falando com as pessoas que...não tem mais *cosa* não, só *tenía* meu certificado de nascimento da Venezuela e *sello* venezuelano. Só *eso*.

R: E você sente falta da sua família? Quer que eles venham pra cá? Ou pretende voltar?

H1: Eu tenho muita, muita falta da minha família. Eu tô com muita saudade dela. Eu quero que ela *venga* pra cá. Minha mãe, así, semana passada que eu falei com ela, ela me falou “meu filho, você não vai ficar na rua não. Vou a vender todas as coisas que tem aqui pra mandar o dinheiro pra que você volte. Não importa se a gente aqui morre de *hambre* ou de fome. Não importa não.”, eu falei “não mãe, não manda dinheiro não. Se você mandar dinheiro pra mim, eu vou a devolver, porque eu não vou a voltar não. Eu vou a ficar aqui. Eu vou a lutar, eu vou a sair *adelante*, eu vou a mandar dinheiro pra você pra que chega aqui. Mas eu não vou a voltar não.”.

R: E você pretende fazer faculdade de medicina aqui no Brasil?

H1: Eu pretendo fazer faculdade de medicina. Muita gente me fala “ah, mas *eso* é muito difícil, tem que falar muito bom português, você não vai a poder fazer a faculdade aqui.”. Eu falo “sim, vou a poder.”. Se eu quero, eu posso. Eu vou a lograr a fazer a faculdade. Eu todos os dias, eu procuro livros, eu procuro de estudar coisas novas pra fazer a prova da vestibular e passar pra minha faculdade. Eu vou a lograr.

R: Entendi. E o que você acha do sistema de migração aqui do Brasil? Que que você acha dos mecanismos que você passou, do funcionamento deles e dos seus, eh...amigos que vieram com você? Qual foi a impressão que você teve do sistema jurídico administrativo do Brasil pro migrante?

H1: O sistema jurídico pra imigrante venezuelano, mundialmente, em todo o mundo, eu acho que no Brasil é o melhor. É o melhor por quê? Porque eu *tengo* amigos, Peru, República Dominicana, Panamá, Colômbia...e ninguém fazem o trabalho como fazem aqui no Brasil. Tenho um amigo que ele tem um ano no Peru e ele ainda não tem documentação da lá. Ele tem uma *deuda* muito grande na imigração. Se ele não paga, ele vai a ser extradito pra Venezuela.

R: Ele tem uma dívida na imigração?

H1: Tem uma *deuda*. Se...tem uma tia na Republica Dominicana. Ela ingressou a Republica Dominicana com sua passaporte e ela também tem que pagar muito dinheiro pra poder ficar ali. Como que aqui tudo é de graça, ajuda as pessoa a tirar toda a documentação pra que fique legal? É o melhor. Sem *duda*...sem duvida *alguna* aqui o Brasil é o melhor.

R: Interessante ouvir isso.

H1: Uhum.

R: Eh...você...quais são os seus planos? Cê quer ficar aqui em Roraima? Quer conhecer o resto do Brasil? Quais são os seus planos pro futuro?

H1: Eu *gusto* de *conocer* o mundo. Eu quero *conocer* Brasil, mas, por agora, eu vou a ficar aqui em Roraima. Porque eu vou a terminar meus estudos na escola aqui, eu vou a procurar um trabalho, eu vou a *tener* mais dinheiro pra lograr viajar pra outros lugares e, *a lo* melhor, eu faço a minha vida em outro estado de Brasil.

R: Como que é o nome da sua cidade na Venezuela?

H1: Maturín.

R: Maturín. E o que você gosta de fazer? Estudar eu já percebi que você gosta. ((risos))

H1: *A parte de estudar, eu gosto muito de cocinar.* Eu sempre, sempre, desde muito, muito *pequeno*, de criança, eu sempre gostava muito de *cocinar*, eu fazia comida pra minha mãe, pra mim, pros meus amigos, *mi* família...sempre gostava de *cocinar*. Eu *gusto* muito da medicina porque...não sei se é como um trauma, mas...meu avô, ele, o ano de 2017, ele *murió*. Porque, infelizmente, não tem um doutor que atendera a ele. E ele só *murió* por *eso*. E como a gente não tem a dinheiro pra pagar o outro doutor, ele *murió*. Não sei...eu vou a fazer doutor pra ajudar aquelas pessoas que não tem como pagar.

R: Muito lindo isso, sabia?

H1: Uhum.

R: Tem mais alguma coisa que você ache importante falar sobre essa sua vinda pra cá, sobre o que você passou? Sobre...enfim, transporte pra cá...tudo isso.

H1: Os transportes, ele é muito difícil. Eu sei que tem, tenho certeza de que tem muita gente que na Venezuela que queria ir embora, mas não tem como sair de lá. É bem difícil que as pessoas de aqui de Brasil não *tenga* como ajudar aquelas pessoas que tão na Venezuela. Mas, eu acho que daqui *algunos* anos a gente vai poder ajudar essas pessoas e vai ficar melhor. Eu *gustaría* que aqui o Bra...mais pessoas que quisessem ajudar o venezuelano, dá um *trabajo* pra ele. Eu sei que os venezuelanos têm uma...uma fama *poco* ruim, porque tem pessoas boas e pessoas ruins, mas todo mundo não é igual. Tem muita gente que tá aqui lutando e querendo algo melhor pra elas.

R: E como você veio pra cá?

H1: Eu cheguei aqui de carro.

R: De carro.

H1: O carro que minha vizinha pagou, chegando Paracaima, depois pegou Paracaima pra Roraima. Pra Boa Vista.

R: Interessante. Muito obrigado...

H1: Obrigado você.

R: ... pelo seu depoimento. Eh...essas são...eram as mai...as dúvidas que eu mais tinha assim, no meu trabalho. Era entender... Porque um dos requisitos do refugio é o Fundado Temor de Perseguição, você tem algum medo no país que você tá. Então eu queria saber isso, né? Se você tinha algum medo lá, alguma coisa que foi o que levou pra vir pra cá e como funciona pra vocês o sistema brasileiro. Que a gente estuda, vê na teoria, aí tem: esse, esse direito, eh... (inint)⁷² [20:53] editais de tais formas. Mas eu queria saber como que é pra vocês, entende? E eu fico feliz de ver que você conseguiu tirar carteira de trabalho, documentação e tá na escola. A escola que você tá é pública, né?

H1: É pública.

R: Então, essas eram minhas duas maiores dúvidas assim, eh...eu fiquei muito feliz de conversar com você e ver que você tem essa inspiração de continuar estudando, de fazer faculdade de medicina e ajudar os outros.

H1: Obrigado.

R: Muito obrigado pelo seu depoimento. Pra mim foi muito importante.

H1: Obrigado pra você.

R: Tem mais alguma coisa que você queira falar?

⁷² Ininteligível

H1: Não, só *eso*. Todo...muito bom. Eu já falei um pouco da minha experiência aqui no Brasil e eu acho que, *gracias* a Deus, não *ha sido* tão ruim como eu esperava, porque eu olho na rua, as pessoas morando na rua, com a chuva, a pessoa fica molhada de noite, não tem como tomar banho, não tem como comer bem, mas a gente fica ali porque a gente tem a certeza de que vai a procurar alguma coisa melhor. Sempre a gente não vai a ficar baixo. *Todo lo* que vai pra em cima, vai pra baixo também.

R: Interessante. E o que você tá achando da situação dos seus outros eh...conterrâneos aqui?

H1: De o que?

R: Dos seus eh...conterrâneos. Pessoas que nasceram também na Venezuela. Que que você percebe da situação deles?

H1: Tá muito forte, também. Tem...mais o (inint) [22:21] que tá aqui com os seus filhos, não tem como dar comida pra o seu filho, né? Ela *trae* pra cá...eu fico muito triste, com o coração muito pequeno, sem ter como ajudar essa pessoa porque essa pessoa precisa de uma ajuda econômica, de *estabilidad*, de que seu filho possa ingressar numa escola, tem uma comida boa, mas, infelizmente, a gente *sigue* na luta e não tem como ajudar essa pessoa.

R: Eh...posso fazer uma pergunta mais polêmica?

H1: Pode.

R: Que que você acha do atual governo e do outro governo também, que se propôs com o governo agora, do Guaidó? Qual a sua percepção sobre o governo Maduro, sobre o Chávez, sobre o Guaidó? Quem você quiser falar. Qual... O que você acha deles?

H1: Oh. O governo de Maduro, um governo déspota, ruim, *sucio*, um governo corrupto, que infelizmente fica com toda a riqueza da Venezuela e não quer soltar pras pessoas trabalhar, pras pessoas construir um melhor país. Ele vai *quitando*, tirando, tirando, tirando as empresas boas, empresas privadas, ele vai tirando tudo o que essas pessoas têm. Ele fica com *todo eso* só pra *ganar* dinheiro. Esse dinheiro, ele manda pra banco de *Suiza*, pra outros bancos fora da Venezuela. Mas quando ele sair de aí, ele vai ficar rico. Ele vai ficar rico com toda a sua família e vai ficar por fora, pro outro país morando bem e o país, ele que vai ficar dessangrado. Mas não *solamente* ele, somente ele. Muitas, muitas pessoas que acompanham ele ali. O Diosdado Cabello...sabe quem é ele?

R: Não.

H1: Um politico muito importante *actualmente* pra esse...

R: Qual o nome dele?

H1: Diosdado Cabello.

R: Diosdado Cabello.

H1: Ele é o presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Ele tem todo o meu estado, estado Monaga, onde fica *mi ciudad*, ele *es* dono de tudo esse estado. Ele não é governador, mas ele tem toda a riqueza, as terras, a produção agrícola, poca (inint) [24:32], tem muitas cabeças de *ganado*. Diariamente ele perde 100, 50 cabeças de *ganado* pro a mesma pessoa da comunidade que somente vai e tira, roubam a ele, e é...uma coisa como pegar o que *es* de a gente, mas tão no poder de outra pessoa. Esta bolsa que você está olhando aqui, *es* de todas as pessoas que tão morando aqui, mas eu pego dela e fico aqui, só pra mim. E as pessoas vão com raiva e tiram da bolsa, porque é de todas as pessoas. Ele fica só com *eso*, só pra *tener* mais dinheiro. Fica com o ouro do Estado Bolivar, fica com o petróleo do Estado Monaga, todo o dinheiro é pra ele.

E o governo de Guaidó, infelizmente, eu acho que é um governo sem autoridade. Não tem força pra...pra fazer com que o povo *salga* na rua apoiar ele. Ele é somente uma imagem. Só *eso*. É como...eu vou apoiar essa pra quê se essa pessoa não tem como ajudar? Ele é só uma imagem.

R: E o que você achava do Chávez?

H1: Chávez. Eh...é bem difícil porque quando ele ficava no poder, ele era presidente, as coisas na Venezuela estavam boas. Mas não é só *eso*, porque se todo presidente bom tá trabalhando com uma constituição boa pra o bem estar de um país, se entra outro governo ele vai a ficar trabalhando com essa constituição. Porém, um país, ele vai seguir ficando bom *sea* quem *sea* o presidente. Mas se tu tá fazendo as coisas ruins, só tá tapando uma coisa com outra, se vem outro governo, ele vai pegar as mesmas coisas ruins que você deixou ali. Mas, ai...eu não sei muito dele porque não conhecia...

R: Era mais novo?

H1: Era mais novo. Exatamente. Mas tem muita gente que fala: “não, o Chavéz era bom, o Chávez era *eso*, Chávez era aquelo.” Mas porque ele não deixou uma constituição boa, uma constituição certa pra que não *hubiese* tanta corrupção?

R: E o que você acha da influencia dos Estados Unidos na Venezuela?

H1: Influencia dos Estados Unidos é assim, eu estudei o mundo todo na história, na geografia, e eu lembro que os Estados Unidos *solo* vai e pega de um país a riqueza falando que ele vai *apoyar*, ele vai ajudar...tá bom, ele ajuda, ele apoia. Mas depois que ele está dentro do país ele solo vai a pegar as riquezas e vai embora pra *su* país. Qual o melhor país da América? Estados Unidos. *Pero* por que se Estados Unidos não tem tantas riquezas como *otros* países da América, *o otros* países como Brasil, como Venezuela que tem mais *producción*, tem muito mais coisas boas e ainda esses países não são melhor que ele? É por *eso*, porque ele tem um grande historial de guerra, em todas as guerras da Europa, da América, Estados Unidos, ele tá aí. Só pra pegar riqueza do outro país. Ele é um *gran* produtor de arma e ele vende arma pra outro país, pra outro país. E a Rússia também, ele tá *afectando* muito na Venezuela. Eu lembro *mucho* como a situação, a situação da *Alemania* quando...fizeram o muro de Berlim, era uma luta entre os Estados Unidos e a Rússia, o terreno de luta era a Alemanha. *Entonces*, a Rússia ficou bom, os Estados Unidos ficou bom e a *Alemania* ficou ruim. Eu acho que Rússia e Estados Unidos querem fazer a *misma cosa* com Venezuela. Não *es* mais que ajudar, *sino* que é com uma espécie de *hipocresía*. Se a gente quer ajudar, fazer alguma coisa como tá fazendo Brasil: *Recibe* um refugiado, ajuda as pessoas. Mas não é só isso. Ele tem um interesse mais forte que só ajudar as pessoas.

R: E o que você acha do nosso atual presidente Jair Bolsonaro?

H1: Jair Bolsonaro... Eu ainda não sei muito dele, mas eu escuto muito as pessoas do Brasil falando com raiva porque ele está fazendo algumas coisas erradas. Exemplo, aqui em Roraima, o professor, ele tem um salário de dois⁷³ salários mínimos. *Actualmente*, o professor só tá cobrando três salários mínimos. Sem falar que ainda tem uma *deuda* de...vários meses de pagamento. Oito meses que a gente não tá recebendo pago, do ano passado. *Solo* pra corrupção, desvio de capitais... Amanhã a gente vai ficar sendo...uma revolta na rua, uma *protesta*, em contra de um novo processo que o *Consejo*... Assembleia Legislativa aqui quer aprovar, que uma lei presidencial de uma coisa assim e a gente vai ficar em contra *de eso* na rua.

R: Você vai participar da Greve Geral amanhã, dia 14 de junho?

H1: ((tosse)) Infelizmente eu não posso.

R: Por quê?

H1: Não posso porque eu ainda sou menor de idade... ((tosse)) ai, entrou aqui alguma coisa.

R: Quer uma água ou coisa assim?

⁷³ Ele fala “doises”, então não sei se ele quis dizer dois ou doze.

H1: Eh...eu acho que sim. Eu não posso, minha professora falou assim: “gente, os estudantes não podem ir a *protesta* de amanhã. A menos que vai com *sus* pais, (inint) [29:52]⁷⁴ por as coisas que têm acontecido ali e você vai estar ali. Precisa de um representado. Se você vai pra lá tem que ir com *su* pai ou *su* mãe.”. *Pero* eu *gustaría* de ir.

R: Você gostaria de ir?

H1: Eu *gustaría* de ir porque a injustiça é uma coisa que tem que *detener*, a corrupção tem que *detener*, as pessoas. Não pode deixar que fique a pessoa rica no poder *solo* porque ele *es* politico, ele tem muito dinheiro, mas se politico ele tem um salario, o ano o politico, ele não pode *tener* três milhões de dólares. Como que um politico vai *tener* tanto dinheiro num ano se ele tem um salário? Ele tem que *tener* pro máximo alguma riqueza. Ele não tem empresa, não tem produção de nada, ele *solo es* politico e ele tem mais dinheiro que os produtores o agrícola, *u otras* pessoas que devem de *tener* dinheiro.

R: Sim.

H1: É uma coisa ilógica.

R: E esse curso de Direito Constitucional que você tá fazendo na Assembleia? Desde quando você tá fazendo? Que que cê tá achando?

H1: É um curso muito legal porque a gente tá aprendendo eso de os derechos que tem aqui do Brasil. Estou estudando a Constituição do Brasil. Oh...o terça-feira, eu fui na aula e o professor falou o conceito de casa. Eu achava que a casa era só na gente mora aqui, na casa. Ele falou “gente, uma casa pode ser um carro, mas um carro que ele fique ali, que não tá transitando. Porque se o carro tá transitando, é só pra transitar. Mas uma casa é *donde* a gente tem privacidade e mora ali e deita ali.”. E eu compreendi isso, não sabia *eso*. Também ele falou outra coisa muito engraçada que é porque... Ah, uma...como é que se fala? (inint) [31:42] porque esqueci o nome, deixa eu olhar. ((silencio)) Ah, *ya*. Já lembrei. Uma ordem judicial. Uma ordem judicial, ela *solo* pode ser aplicada de dia...

R: Sim.

H1: E ele falou assim: “que é dia? O dia *es* quando tem um concepto físico-astronômico. Porque físico-astronômico? Porque o dia é só quando tem sol. Nos estados de norte de Brasil, de sul de Brasil, o dia é de cinco da manhã *hasta* oito da *noche* porque a gente tem sol, mas aqui em Boa Vista são a cinco da manhã e ainda a gente não tem sol. A ordem judicial, ela pode ser aplicada de seis horas a *veinte* hora da noite.”

R: E você acha importante conhecer os seus direitos aqui?

H1: É muito importante conhecer os direitos aqui. Porque, infelizmente, por a gente tem desconocimiento de seu *derecho*. *Las* pessoas ficam abusando delas. Eu fiz uma diária mês passado, eu falei assim: “eu não volto mais pra cá”. Eu limpei um quintal muito grande, eu demorei ele todo o dia, todo o dia. A moça não me *dio* almoço e ela *solo* pagou pra mim 30 reais.

R: Nossa.

H1: E ela ficou com raiva porque eu *pregunté* assim pra ela “nossa, você acha que 30 reais *alcanza* pra eu comprar comida ou pagar o aluguel?”. Ela só ficou me olhando com raiva e não falou nada pra mim. Eu fui embora. Eu falei: “não volto mais pra cá”. Só porque a gente venezuelana os demais pessoas, algumas, não todas não, algumas, acham que pode dar *lo* que quisesse? Não é assim não.

R: Que bom que cê consciente disso. Esse curso é direcionado pra venezuelanos ou ele é aberto pra toda sociedade?

⁷⁴ O áudio corta uma parte da fala dele.

H1: Ele é pra toda sociedade.
 R: Interessante.
 H1: Brasileiro, venezuelano, sem *ninguna* discriminação.
 R: Muito interessante.
 H1: É.
 R: Muito obrigada Jesús, pelo seu depoimento. Você me ajudou muito.
 H1: (inint) [34:01]
 R: E eu espero que você consiga estudar aqui, construir seu futuro e fazer tudo que você quiser aqui.
 H1: Tá. Brigado você. (inint) [34:09]
 R: Você...perai.

3.4.5 Mohhammed

Nome do entrevistado: Mohhammed

Nacionalidade: Marroquino

Idade: --

Local da entrevista: Tijuca, Rio de Janeiro

Roberta: Pronto... Você nasceu no Marrocos?

Mohhammed: Se eu nasci no Marrocos? Hm... Eu nasci lá... é.

R: Eu queria saber um pouco, é... Como foi sua vinda *pra cá*, como... o que te levou, se você quiser falar, o que te levou a sair do Marrocos, como foi o trajeto até o Brasil e como que você foi recebido aqui... Quais os procedimentos que você passou? Como que você se sentiu?

M: Entendi... É eu fui... minha vida foi normal, eu tenho família: mãe e pai e duas irmãs. E aí, eu cresci... cresci na... na... uma cidade periférica do [...] [00:00:55] capital e CasaBlanca, é... então... estudei na... numa escola militar, o primeiro ensinamento, escola primeira. Depois eu saí, depois que meu pai se aposentou... Eu saí pra... para a cidade. E aí continuei a... no colégio, a estudar no colégio, que ensino antes do ensino...

R: Fundamental?

M: Isso, ensino fundamental. Depois eu escolhi estudar ciência econômica e aí fui pra outra cidade, porque minha cidade é pequenininha não tem muita escolha... e não tem muita escolha, tem só letras e ciências. E fui na outra cidade, como um campus... é uma escola interna que você fica lá, como o campus da universidade.

R: Sim!

M: É... depois que eu... escolhi terminar *no* ciência econômica, eu peguei a **Baccalauréat**, **Baccalauréat** que se chama aqui ensino fundamenta... ensino médio.

R: Ensino médio!

M: Se chama lá **Baccalauréat** [...] [00:02:26]

R: Bachalorret?

M: Não é bachalorret... não... é **Baccalauréat**.

R: Parece...

M: Sim... é... Depois, eu fiquei em CasaBlanca, a cidade... depois eu entrei na universidade, uma universidade que é... que é pública mas só... se chama [...] [00:02:54 até 00:03:01] que você

estuda... é... sai pra fazer um estágio e volta pra estudar... pra praticar. Eu fiquei dois anos, depois ensino médio e aí eu fui graduado né?

R: Graduação!

M: Graduação... do dois anos depois... da **Baccalauréat**... depois ensino fundamental. Comecei a trabalhar eu lembro com Samsung Eletronic no marketing por que eu tinha... eu peguei um [...] [00:03:34 até 00:03:37] formação é... superior do comércio. Comecei a trabalhar e depois que eu trabalhei um pouco eu pensei pra voltar, pra continuar o terceiro ano, quarto ano para pegar um... graduação e pós graduação... é mestrado, que significa mestrado. Continuei a trabalhar e estudar na noite e no final de semana até que eu peguei um mestrado que é pós graduação e mestrado... quatro anos na universidade.

R: Em economia?

M: Em Management Marketing, em é Marketing estrati... Digital Marketing, é... depois eu... eu não fiquei no [...] [00:04:35 até 00:04:38] eu procurei uma coisa outra... eu fui aceitado num banco imobiliário [inaudível], um banco público, eu trabalhei lá quatro anos, aprendi muito mas depois não gostei por que é um organismo muito doente, tem muita corrupção... é... não que merece é melhor é... o [...] da competência não tá legal, é uma grande bagunça... eu não sei se é similar se você trabalha aqui no Petrobras ou num banco... o Brasil é um pouco assim as coisas tão andando.... eu não gostei porque tem muita burocracia, o cliente tá sofrendo, eu tô sofrendo, é... eu não gostei. Eu achei no momento que não essa não é a vida que eu quero fazer mesmo que o salário foi muito bom, foi muito bom fazendo, a cada dia assim, é... você tá perfeito, você parece perfeito no... as pessoas te vendo perfeito mas você não tá gostando... isso é sobre a vida e também eu não gostei de... de... trabalhar no [...] [00:06:04 até 00:06:06] daqui a pouco vira assim, eu vou considerar que é normal e todo mundo tá pegando dinheiro... é mais... mais corrupção que serviços nesse banco. Mais corrupção de serviços porque dinheiro é difícil, então “me faz isso, eu vou te fazer isso em contrapartida”... como clientismo aqui no Brasil, então isso clientismo, eu não gostei, é... e foi isso né, o momento que eu terminei a vida do aluno. E aí, quando eu formei, eu queria só fazer uma vida assim... fazer graduação, trabalhar, comprar um carro, comprar um apartamento, sabe... uma boa vida... talvez se casar e ficar pai... se fazer ouvir aqui o que a sociedade tá fazendo, mas quando eu terminei, eu comecei a trabalhar eu vi a dificuldade de trabalhar, a corrupção, a desigualdade social... eu vi... eu fiquei não satisfeito com o que tá acontecendo com meu país. O que aconteceu com... Primavera Árabe, 2011, foi o presidente tunisiano que fugiu depois que ficou mais que 20 anos no poder, ele matou muita gente no protesto e fugiu, depois foi, é... manifestação no Egito, no Iêmen, no Líbia, é...

- Pausa para troca de mesa -

R: Pronto

M: o que aconteceu no mundo Árabe em 2011, é... Marrocos foi um país que não conheceu... que conheceu manifestações e muitas ondas, muita vontade do povo para mudar, mas... não foi... o que foi considerado como união Arábia que teve muitos benefícios com Marrocos, muitos contratos como o do peixe, do... Marrocos primeiro exportador da laranja, primeira destinação turística da União Europeia fora da Europa, é... no mundo. Marrocos tem relações bons, críveis, com o governo americano, mesmo democrático, público sempre... primeiro importador de laranja para Rússia. Então todo mundo tem benefícios que tem... que Marrocos tem essa estabilidade, e, como se chama... exceção marroquina.

R: Exceção Marroquina?

M: Sim, se chama exceção marroquina por quê? Porque... é... isso eu acho que vai te ajudar muito depois, mas, Marrocos tinha uma monarquia desde mil seculos e... um império antes de Jesus Cristo, império Romano e tudo, mas desde 1666, tinha um mesmo Rei, mesma família.

R: Mesmo Rei?

M: Não, mesma família. Agora, quanto foi aqui na Argélia, quanto aqui em Tunísia... Líbia, Egito, Iêmen. 2011 foi as manifestações, depois Líbia, [...]00:10:29 até 00:10:32] depois Egito, depois Iêmen, depois Bahrein, depois manifestações na Argélia que chegam até agora porque... a revolução foi estuprada, mas até agora eles estão sem presidente... O poder militar quer pegar o poder, mas o povo tá na rua para fazer eleição. Porque na Argélia, fica um presidente desde 1999 até agora. Ele numa cadeira rolante, ele doente, mas ele mudou a constituição para a terceira vez para ficar 5 mandatos.

R: Para preservar o poder.

M: Sim. Aqui, como eu falei aqui, a União Europeia e... e Portugal, aqui são 14km até o Marrocos, então, Marrocos tem muito benefício com a União Europeia, muito benefício com a Rússia, Estados Unidos, tem alguns leis, tem muita troca de informação privada para pessoas dentro das leis antiterroristas, então eles podem, como se vê no Brasil, então esses podem pegar suas informações privadas para saber como proteger a nação do outro que tenha uma ameaça para o país... Então, tem uma... também um... União Europeia aluga esses 2 mil quilômetros do mediterrâneo e do oceano Atlântico... alugam costas do Marrocos para fazer pescar. Aqui é uma... riqueza para eles. Tudo isso... deixa União Europeia, Estados Unidos ou a Rússia, especialmente a União Europeia para falar que o Marrocos é muito diferente, uma monarquia desde 1666 é melhor que eles... é melhor, eu posso entender, eu posso confirmar. Mas melhor no que? Melhor... um pouco mais direitos da mulher, que tem um pouco mais direitos dela, ela pode dirigir, ela sai...

R: É uma monarquia constitucional?

M: Uma? Como se chama uma monarquia constitucional?

R: Tem uma constituição que rege a monarquia?

M: Não.

R: Não.

M: Não. Vocês não são obrigadas para fazer governo, vocês não são obrigadas para... em uma constituição haver um tipo do... do vestimento, é... mas isto eu acho que é uma conquista que não é o governo que dá pra gente, mas nós que liberamos, então isso é bom, a gente quer conservar isso e... conquistar mais coisas. Isso é bom, mas não significa que a gente fica “então tá bom”, a gente é melhor que a Arábia Saudita, onde a mulher não dirige, então tá bom... a gente é melhor que a Líbia, onde não tem segurança pública, então a gente tem que agradecer Deus por ser, ninguém rouba o seu celular, então tá bom. Porque na verdade é isso, não tem armas no Marrocos, segurança pública é muito bom, se você compara com Tunísia, que eu falei, é... você anda mais seguro no Marrocos, como Mirian me falou, professora, me falou que ela foi na café ela... ela aproveitou muito, ela ficou muito feliz de sempre pegar o saque dela, não ficar assim... gostei muito, nunca vi um assalto, nunca fiquei, tipo... assim com o saque. Mas uma coisa que a gente vê, que a gente aproveita mais... a gente quer que também as pessoas que falam, para melhorar a situação do país... e para mudar um pouco a constituição que é feita para o rei, o pai dele muda um pouco... tem liberdade individual e liberdade... para a pessoa que fala, seja jornalista, seja a pessoa que defende a mulher, seja a pessoa que quer menos poder, menos poder para o rei, porque o rei da constituição marroquina tem... é muito poderoso, tem mais poder que o parlamento. É... talvez como foi no Brasil durante o Quinhentismo, antes de começar o governo federal e o coronel não foi nada, e foi assim. É... mas, quando você fala disso, eles falam para você, a exceção Marroquina, nós recebemos turistas... a mulher pode ser pode ser assim, ela não pode... ela é melhor que a mulher, não sei, em Tunísia, é melhor agora. Na Arábia Saudita você pode ser preso pra criticar o rei.

R: Pela sua opinião política?

M: Sim. Pela opinião política, para... sim, opinião política para opinião para direitos humanos, não pode falar muito, é...

R: O que acontecia com quem se manifestava nesse sentido?

M: Ele vai ser preso. Eles vão, agora eles vão deixar, porque agora é melhor um pouco que antes, porque as pessoas desaparecem, as pessoas foram mortas diretamente. Agora eles vão deixar um pouco e entrar em contato com ele, para parar, se você não para, aí sim. Mas você vai acabar sendo preso, ou você pode morrer.

R: E quem que executa, a polícia?

M: Polícia... Você não pode saber quem executa, mas quem ordena, vem direto do rei. O rei, poderoso, a gente chama... muito engraçado, tem uma palavra em Marrocos que se chama [...] [00:17:07] e muito, é uma especialidade marroquina. Não existe aqui, não existe aqui, não existe no reino da Espanha, existe só na França e sumiu na França, porque França fez muitas [...] [00:17:24] e ficou no Marrocos, mas o que significa? Significa que o rei, as pessoas dentro dele, a constituição. França quando entrou no Marrocos, gostou disso e aprofundou isso e trabalhou sobre isso para reprimir as pessoas que querem independência, e gostou muito disso, porque a cultura foi próxima entre França e com do Marrocos, e sabendo como... como dirigir o país.

R: O que significa [...] [00:17:58]?

M: [...] [00:17:59] é um magazine onde a gente estoca, mas, aqui é... estado profundo.

R: Estado profundo.

M: É a constituição e tudo que torna a constituição. O que no Marrocos tem alguns, tem um governo, que você eleita o governo para que ministro do... primeiro ministro, mas o rei que faz o governo. O rei, agora, começou a fazer o... depois, depois de tudo o que aconteceu, começou a fazer, não tem na constituição, mas ele começou a fazer, começou a escolher primeiro ministro a partir do partido que ganha as eleições.

R: Entendi.

M: Mas ele quer fazer isso, não tem na constituição. Porque ano passado ele tirou o primeiro ministro e fez com outro. É... tem o governo, tem... o governo tem os partidos que são eleitos, e tem um... um [...] [00:19:10] que tá em paralelo, você não escolhe ele... polícia... polícia civil [...] [00:19:20 até 00:19:23] que são muito fortes, porque os vilarejos tem muito analfabetismo, tem muita gente que tá com medo, e [...] [00:19:31] um rei lá. Ele pode te matar e for embora... é... meu pai ele... faz agricultara e vai sempre para fora da cidade... meu pai é militar, ele me explica um pouco. Quando uma pessoa do vilarejo, é... eles perguntaram a ele “o que você quer que o seu filho se torne?” e ele fala “jandar”.

R: Jandar?

M: É... ele retorna ao vilarejo com uma arma, ele fica presidente, ele é parte da polícia e do militar e todo.

R: Parecido como coronelismo daqui.

M: Sim. Isso é muito corrupto, “jandar” é mais corrupto no país. Na vila... no deserto não existe nada, o poder paralelo que é o governo, que você escolhe o partido, você é... escolhe, é ruim, mas você pelo menos escolhe. O poder paralelo [00:20:33] “cair”.

R: “Cair”...

M: “Cair”. Que significa “cair”? França que fez. “Cair” [...] [00:20:38 até 00:20:40] que você acha que você é um “cair”. “Cair” é uma pessoa que anda assim e manda. E o “cair”, França fez o “cair”... e fez... [...] [00:20:55] que não tem nada a ver com Califa que manda no Islamismo. E... fez... [...] [00:21:05 até 00:21:10]. Isso tudo é ministério do interior.

R: Faz parte da instituição da monarquia?

M: Ministério do interior? “Cair”. [...] [00:21:21 até 00:21:25] pode ser... pode ser mais um partido que os outros. Ele, no Marrocos, ele sabe que você, suas irmãs, seu irmão, onde você nasceu, sabe tudo sobre você. Eles não têm eletrônico, não. Eles veem. [...] [00:21:45] ele um pouco, ele sempre um [...] [00:21:48] e ele sabe tudo. Se você recebe uma pessoa estrangeira para te visitar, não vai falar nada, mas amanhã, eles fazem uma reunião para saber como é, eles sabem tudo... Antes de vim para o Brasil, eu fui para [...] [00:22:06] porque eu queria um... eles que dão... certificado do... que você nunca foi casado.

R: Sim.

M: Eu queria levar comigo, porque eu sei que vou embora e não vou voltar, então é bom. Mas eu deixei, porque eu fui no [...] [00:22:26] é uma burocracia muito grande, você não pode contestar, e foi lá, eu entrei... não me deram [...] [00:22:35 até 00:22:38] eu não sei porque.

R: Nome de quê?

M: Saturno.

R: Saturno?

M: Saturno. Como Saturno. É o nome dele... eu entrei, falou “qual é o seu nome?”, eu falei “Mohammed”. Falei legal, “você quer atestação que de você nunca foi casado? Leva duas pessoas que vão jurar que você não é casado e vão pegar responsabilidade de você, e você entra e assim...”. Primeiramente você falou “Mohammed, espera”. Ele pegou um caderno grande... procurou e falo “você tem irmã, [...] [00:23:12]”. Eu falei “sim”. “Tem uma outra, [...] [00:23:14], que tem dois filhos” “sim” “pai de você [...], mãe de você [...]”

R: Um livro?

M: Um livro. Não tem informações, não tem computador, não tem, não, tem o livro, eles conhecem tudo, conhecem, eu acabei ver, de chegar, e ele conhece minha irmã, a outra que tem dois, que mora com gente, meu pai e minha mãe. Na verdade, ele conhece mesmo se você não é casado, ele pode pegar, mas não vai pegar, você vai sofrer, eu voltei depois e não peguei, só pra saber. E são [...] [00:23:50 até 00:23:53] e França que fez eles para saber onde ficam as pessoas... tipo, terroristas para eles... as pessoas que bateram França para independência.

R: Sim.

M: Porque foi muito difícil... e aí ele bate eles para irmão deles que sabe. “Cair” que o [...] não pode tocar ele, ele ta... ele ta... escolhido para o rei [...] [00:24:20 até 00:24:23] é uma coisa muito absurda, é uma decisão do rei... que é um pouco sagrada, uma decisão do rei que escolhe “cair” ministério do interior que escolhido sempre pelo rei. “Cair” [...] [00:24:41 até 00:24:43]

R: Tem uma vinculação a religião.

M: Prefeito, polícia, governador. Tipo... aquele paralelo do governo que você elege, não tem poder, é só balburdia, só gente falando do parlamento e tudo. Eles que mandam, eles que podem te matar, te bater.

R: E qual é a vinculação deles com a religião?

M: Eles não têm... mas eles podem usar a religião para...

R: Mas por que essa decisão é sagrada?

M: Não entendi.

R: Por que a decisão é um pouco sagrada? Você falou...

M: Porque o rei é como sagrado, o rei usa a religião. Dali... é como... é uma... como uma fala do “Jesus Cristo falou isso e não pode contestar”.

R: Sim.

M: É... o rei fala “eu, a majestade, eu escolhi essa pessoa para ser ministro, eu escolhi “cair””, o “cair tem muito poder”, o “cair” vai escolher o califa, vai escolher... isso é sagrado e não pode

tocar. E nunca um “cair” entrou na prisão. Isso que eu falei, França usou, ensinou ele para matar pessoas... é... que forem, tipo, 40 anos para a independência, e França saiu, e a monarquia achou aquilo muito legal, porque tudo tava controlado. E... os militares do... que trabalharam muito com a França, que foram aliados com a França, a instituição pega e deixa assim, e ficaram como prefeito, governador, assim... e foi assim... e foram perseguindo as pessoas que não concordam. Só as pessoas que não concordam foram modificados, porque antes foram lutadores contra a França, agora começou a aparecer os comunistas... do partido na frente, órgãos comunistas que... queriam... começar a falar com... a negociar com o rei, eles falam pra ele “você tem que mudar muitas coisas para que a gente faça um país democrático, a gente ganha a [...], educação”. Ele não quer, ele fala “eu que vou comandar, eu que sou o supremo religioso, [...] o comandante dos crentes, eu que sei tudo”. Depois começa a...

R: O embate.

M: A guerra... guerra. Foram dois golpes... do golpe dos militares. E os comunistas, os comunistas foram... comunistas são os... não religiosos que não concordam com ele, cada um que não concorda foi preso, mas que 27 anos, 30 anos, tem gente que morre lá, 27 anos preso no túnel. E aí, essa [...][00:28:01] até agora é absurdo, até agora são decididos pelo rei. É... o governo vai votar para ministério da saúde, não consegue votar, vai votar para partidos.

R: Sim

M: Que vão...

R: Seleccionar.

M: Que vão fazer a maioria. É que o rei tem o poder de mudar o primeiro ministro...

R: A qualquer momento.

M: Essas pessoas, se você faz besteira, eles vão te achar.

R: E como você se posiciona nesse campo político todo?

M: Eu... eu fui um pouco... eu tenho culpa um pouco, porque eu... eu sabia tudo isso, eu não saí muito nas manifestações, eu trabalhava, eu achava que podia continuar a trabalhar e continuar não me ligando a isso, mas eu fui contra a isso e eu saí nas manifestações, fui com cuidado, eu não vou para... as reuniões dos partidos que forem contra, dos partidos no Marrocos que forem contra, que até agora chegaram no parlamento, mas tem 2 lugares dentro de trezentos.

R: Nossa!

M: E tipo, como humilhação, tá bom, eles chegaram, mas ninguém se liga com eles como se fosse uma... um [...][00:29:27]. É só para mostrar que tem uma democracia, mas...

R: Uma aparente democracia.

M: É... eles, esse partido, é o único partido que vota contra uma coisa que passa sempre, uma coisa que, na constituição, que 2% do orçamento do estado vai para o palácio, orçamento do palácio, que o rei pega e faz, é... prepara a casa dele, coisas da casa que precisa.

R: 2% do orçamento?

M: 2% orçamento, que o rei... que ajuda o rei a... mudar as coisas, a cuidar da casa.

R: Sim.

M: É... esse partido, muito tempo, sempre quando chega esse orçamento, o parlamento faz... ninguém pode, ninguém pode. Esse partido, esses anos que ele faz no único partido. Mas mesmo ele perde.

R: Sim, não tem maioria.

M: É... Mas ninguém pode fazer isso. Então isso...

R: E você...

M: Eu vou ter que continuar, eu me lembrei.

R: Claro!

M: É... Mas eu fui com eles, nunca gostei, eu saí nas últimas manifestações, mas eu não poderia aparecer.

R: Você sofreu alguma perseguição decorrente dessas manifestações que você foi?

M: Eu sofri um pouco sim... mas não foi muita como os outros que estão agora no presídio. Agora tem uma pessoa que ta com vinte, agora tem um tribunal que em 216 distribuiu trezentos anos.

R: Trezentas chaves?

M: Trezentos anos.

R: Trezentos anos?

M: É.

R: De sentença?

M: Eu vou ter que explicar. Trezentos anos sobre vinte pessoas, tipo, trinta, vinte, trinta, vinte, quinze, trinta, vinte...

R: Sim.

M: Vinte anos para algumas pessoas que fizeram manifestação.

R: De oposição ao governo.

M: É, oposição que não... é reconhecida pelo governo, mas algumas pessoas que estão no norte do Marrocos, que querem hospitais, que querem mudar a constituição, que querem uma universidade. Universidade com é... universidade você tá lá, você tem que passar 600, 700km para ir para Casablanca ou para Marrakesh. É... a polícia, depois de seis meses da manifestação, depois de muita coisa, eles foram presos como ameaça... é... crime do... desestabilidade da nação, é... cooperação com outros Estados para desestabilizar o Marrocos, como traição e tudo. Então, eu sabia que se eu continuasse, eu ia ficar preso. Eu não queria continuar calado, então no momento, quando eu perdi a esperança que o Marrocos vai virar, pelo menos como Tunísia, ou vai ser uma coisa, uma bagunça que pode ser uma introdução a uma futura democracia, e... também para que eu vejo, o povo marroquino vivendo como eu, que eu trabalho no banco, que eu viajo, que eu tenho casa e tudo, porque não gostaria de tá vivendo assim, todo mundo tá sofrendo, as pessoas que estão na rua. No momento eu vi que não... que... o país profundo... que ninguém vai se ligar com o Marrocos. Eu lembro de Emmanuel Macron, que visitou a gente e falou “Eu tenho muita confiança no rei, o rei tá fazendo um trabalho muito bom, ele ama vocês, eu acho que ele pensa muito sobre as manifestações do norte”.

R: Sim.

M: Ele não pensa nada depois de vinte anos, quinze anos. Mas também, Emmanuel Macron vendeu o trem bala para Marrocos, um projeto do Tanger a Casablanca, é... duas horas, tipo se você tá na Málaga, chega em vinte minutos, chaga na Casablanca em vinte minutos. Para turismo, Marrocos tem cooperação com a França, tem muitos franceses que moram bem no Marrocos, que são... que tem negociação deles e tudo. Isso é pra falar que tem muito interesse.

R: Sim.

M: Que o país fica politicamente estável. Ele fica politicamente estável. E isso, é também estável contra... contra um extremismo, um atentado, então, um [...] [00:34:41] que fala “o que você quer? Você quer que a gente vire como Iraque, atentados, bombas...” a gente nunca teve um atentado desde 2003, um atentado pequeno, e a gente é uma terra da tolerância... é terra da tolerância, mas não, você foi você que fez, tem uma história desse outro... parente... uma história que as pessoas... é... é uma história do país, é uma coisa que a gente conquista, não foi você que fez. E aí... a gente quer ver como pode ser um reino da Espanha, que tem o poder... Juan Carlos, o rei, ou um reino da Suécia, Reino da Inglaterra, reino da Holanda, nós ficamos com medo do

que se tornar Líbia, mas... a mesma coisa que quando você fala no Brasil “você quer que a gente vire a Venezuela”.

R: Sim.

M: Não, a gente quer virar como Uruguai, porque no Uruguai, a esquerda foi no Uruguai e o Uruguai é bom. A gente não quer virar como Colômbia, que um governo da direita é absurdo e a Colômbia é ruim. Não é sobre direita ou esquerda, é sobre a democracia, é sobre muitas coisas.

R: E o que levou a sair do Marrocos?

M: O que me levou a sair do Marrocos? Isso, essa perseguição para nós, de não poder falar... Eu não posso viver em um... em um... ambiente assim.

R: Você não pode se posicionar...

M: É, não pode se posicionar, não pode criticar. Tem também um grande percentual de analfabetismo que a França deixou, e que a monarquia escolheu e que ninguém pode criticar ela. Quando a França saiu, ela deixou, tipo, vamos dizer, metade da população não sabe escrever, não sabe... A monarquia, quando eu falei de... [...] [00:37:08] uma pessoa comunista que foi cortado 1965, eu tenho que enviar para você... é... a vida dele, é muito interessante.

R: Como é o nome dele?

M: [...] [00:37:23] é amigo do professor do Che Guevara, amigo do [...] [00:37:29], é... ele é uma pessoa que queria fazer [...] [00:37:35], ele queria fazer com Iugoslávia, o terceiro partido do mundo que não... Varsóvia, do clã do Varsóvia da União Soviética, e não [...] [00:37:54], ele queria juntar as pessoas para ficar no meio. [...] [00:37:58] Organização Não... organização que não... que não se liga. Com isso... ele juntou os países africanos, países da América Latina, e países da Ásia para não ficar com pressão no meio soviético, ele é comunista, mas não gosta da União Soviética. Ele foi ajuda para a Iugoslávia também, que é um modelo do comunismo que nunca... nunca... nunca seguiu a União Soviética. Ele foi montado com a ajuda da CIA, com a ajuda do Mossad, serviço secreto de Israel, isso é uma história outra porque... foi o Mossad que informou onde ele... com o telefone na parede, porque Marrocos já ajudou Mossad numa outra coisa. Marrocos ajudou Mossad com a imigração de judeus para o Estado de Israel, quando foi criado. Ele ajudou muito eles, depois ficou, até agora trocando informações sobre alguns refugiados que estão na Europa, e Marrocos sabe onde eles estão, o que eles falam, talvez queiram saber sobre mim. Não sei, mas... por isso fico um pouco calado e não falo muito... e não apareço na televisão, porque se eu apareço na televisão, se você compartilha isso com alguém fora do seu trabalho, eles podem saber.

R: Conseguem localizar por imagem?

M: Conseguem localizar, podem saber... é... essas pessoas...

R: Eles não têm ciência que você está no Brasil?

M: Hm?

R: Você acha que eles têm ciência que você tá no Brasil?

M: Eles sabem. Mas... se eles querem saber, eles sabem, porque eu não saí do Brasil. Mas o momento que eles lerem uma coisa, tipo que eu to falando isso para você, criticando, eles vão falar com esse [...] [00:40:09] eles vão... vão... procurar e fazer você na cabeça deles, e aí eles vão anotar que você é refugiado, que você está no Rio, eles vão procurar. Mas agora eles não estão procurando porque eu sou imigrante, agora eu sou imigrante que escolheu vim no Brasil, eu sou professor, é... como milhões dos marroquinos que queriam melhorar a vida econômica deles, que eles não gostam da corrupção, não gostam do... da situação econômica e eles foram embora. Então tá bom, se você não gosta da corrupção, da situação econômica, você é imigrante. Mas não pode falar gostando...

R: Não pode criticar outros aspectos.

M: Exatamente, você não tá aqui para... tem que fala “tá bom”. Só... eu queria... ficar...

R: Mudar de vida...

M: Isso.

R: E como foi a sua saída?

M: Minha saída...

R: Como você veio para cá...

M: É... eu fui para o Rio...

R: Oi?

M: Eu fui para o Rio, eu peguei avião. Normalmente... eu não escolhi o Brasil, mas o Brasil foi uma porta sem visto para os marroquinos. Porque os marroquinos não vão para o Brasil só para fazer turismo. Não tem muitos marroquinos.

R: Qual que é o destino mais comum de quem tá fugindo dessa situação?

M: O destino mais comum, aqui tem 14km, quando você pega a barca são vinte minutos.

R: Sim, vinte minutos.

M: E as pessoas, especialmente do Norte, que foram perseguidos, e uma grande parte que estão na... na Espanha...

R: Portugal?

M: Portugal... mesmo no Portugal... os marroquinos não vão para Portugal, eu não sei o porquê. É... vão para a Espanha, tá perto, Portugal, um pouco... França, por causa da língua.

R: Por falar francês...

M: Por falar francês, e tem... tem descendente do francês que fala francês a vida e... a comunicação é...

R: Mais fácil!

M: Alemanha, Bélgica, tem muitos marroquinos na Bélgica, e descendentes de marroquinos que imigraram em 1920, 1940...

R: E por que o Brasil?

M: Brasil foi pra mim... eu não queria ir na Europa, porque eu fico com medo de ser deportado, como eu te falei. A Europa as... os países da União Europeia não vão... não vão te aceitar, aceitar um caso humano e vão destruir todo aquele benefício com o Marrocos.

R: Como assim?

M: Destruir como... contratos do... contratos do Marrocos do pescada, é... contratos de troca de informação, a relação boa com Marrocos, a laranja do Marrocos, é... turismo, eles vão... tipo assim, na Espanha, um amigo foi para a Espanha, foi deportado. É... você fala, você chega na Espanha, e fala “eu quero pedir refúgio”, eles vão te pegar “tá bom, você é de onde?” “Do Marrocos”. A polícia, não... não o advogado, não é você que tá pesquisando, na verdade... a verdade sobre o que... tá certo, sobre o que não tá certo, o que tá no direito, mesmo que não tá aplicado, são a polícia, pesquisando para você. Mas o Marrocos... minha irmã foi no ano passado... e é melhor que Espanha, a gente tem crise, a gente... você fala que é refugiado, não tem guerra lá, não, mas começar a explicar, a gente vai falar isso. Antes de chegar lá, na CONARE de lá, no Acnur de lá, eles vão te deportar! Eles vão chamar Marrocos, como eu te falei, a lei antiterrorista, a lei de troca de informações, a lei... muitas leis. Eles falam com o Marrocos primeiro, “aqui a gente tem um cara esquisito, ele veio aqui”, e Marrocos vai falar, a polícia do Marrocos vai falar “o que ele tá procurando?” “Ah, ele tá procurando refúgio.” “Que refúgio?” “Ah, ele é um criminoso, não tem refúgio.” “Vocês podem dar o nome dele?” Eles vão dar o nome dele, não sei se na intenção mau, mas vão escrever, vão escrever, agora tá tudo sobre ele, mesmo que ele, quando sair... não deixam sair.

R: E aí deporta?

M: Eles falam pra Espanha “tem que deportar, nós temos mais importante do que receber um caso humano. Aqui tá bom! Eles são imigrantes que querem ficar ilegal, ele tá fazendo mentiras para ficar refugiado. Não tem, não tem refugiados do Marrocos, não tem guerra aqui!” “Tá bom, vamos deportar, vamos solicitar, vamos... não sei... não vamos permitir e vamos deixar informações para vocês e assim, vocês seguirem. Ai vocês podem, não sei se matar ele, não sei...” Como eu falei, você está fazendo uma grande aventura para ir lá, mesmo na Suécia, mesmo na França, Bélgica, Inglaterra, você está fazendo uma grande aventura, uma loteria. Ser aceito... vou te falar que... todos nós que procuramos refúgio não fomos aceitos, tudo mais, uma grande loteria que você, a polícia... não sabe. Polícia “vocês são árabes chegando, mais um, você tá maluco?” É uma... uma... uma opção, mas pensando sobre segurança e tudo.

R: E por isso você preferiu o Brasil?

M: Brasil é muito longe, não tem marroquinos, é... eu procurei sobre os direitos dos refugiados e imigrantes, eu vi que o Brasil ainda, graças ao seu povo, não graças a polícia federal, ou militar, graças ao seu povo, é... ainda aplica a... a lei do refúgio como ele assina, na [...] [00:47:36], nos anos 50, então, ela não tá fazendo um favor, mas é um favor. Se torna um favor grande praticar a lei, tipo o favor de uma pessoa que tá trabalhando, faz bem o trabalho dele, a gente fala “obrigado!”. Para que falar obrigado para o trabalho dele? Obrigado porque ele fez o trabalho dele certo. Uma coisa que não pode achar, mas, é isso, é ela fazendo um grande favor de... é... de ficar... de ficar fazendo a lei de refúgio. Primeiramente, solicitar o refúgio é um direito humano qualquer que seja a nacionalidade que você tem. Você, brasileira, para os Estados Unidos, eles têm que dar um tempo para solicitar refúgio e não deportar você, e entra nos Estados Unidos e espera. E espera ter a resposta, se não foi resposta negativa, eles também não têm o direito de deportar você, porque se você não é refugiada, então vamos fazer um negócio e vou ficar imigrante. Eu não vou fazer nada, não estou aqui para crimes, mas isso é lei, é... outra coisa é lei. Primeiro a polícia nos Estados Unidos pode falar a mesma coisa. O Brasil pode fazer jogos idênticos... acaba de fazer... tudo complicado, e você tá chegando do Brasil e lá tá certo.

R: E como que você chegou aqui? Você solicitou refúgio para a polícia federal?

M: Eu cheguei com visto... sem visto... mas eu cheguei com intenção turística. Por exemplo, eles falam “o que você vai fazer no Brasil?”, eu falei “peguei férias, eu vou para lá.”

R: Isso você falou para a polícia do Marrocos?

M: Sim.

R: Que ia de férias.

M: É. Porque você quer fazer, mesmo que ele... não sei se ele tem o direito de falar o que você vai fazer, porque o Brasil já abriu a porta. “O que você vai fazer?” “Eu vou na férias.”

R: Mas tem um procedimento que eles questionam porque você vai sair do país?

M: Claro. A polícia do Marrocos questiona você, muito. Ela fala “eu tenho o direito e você é um suspeito, eu tenho o direito.”

R: Essa polícia é vinculada ao rei?

M: É uma polícia... polícia nacional. Polícia nacional [...] [00:50:03], polícia pátria, polícia nacional. Mas essa polícia, os especialistas... os especialistas, todo mundo sabe que é uma parte do [...] [00:50:14].

R: Aham!

M: Porque a polícia do prefeito da cidade de todos vai tá designado para ministério do interior, vai tá designado para o rei.

R: Sim.

M: Que não o... o ministro, que pega a maioria que ta fazendo ministro da saúde, ele não escolhe. Esse ministro do interior, ele sempre...

R: E o que... quando você chegou aqui no Brasil, você manteve essa justificativa de turismo?

M: Não.

R: Como que você passou pela polícia federal?

M: Até agora eu falo... eu posso falar turista porque... pra que ninguém saiba que eu sou refugiado, ninguém de lá, evito facebook e tudo, mas... tipo, uma pessoa que vai me perguntar isso quer saber, não tem nada com ele, não sei, me perguntar para fazer besteira...

R: Mas você entrou com o visto de turista?

M: Mas o que você tá fazendo é um trabalho...

R: Quando que você chegou aqui?

M: 2016.

R: 2016? Três anos.

M: Nos anos olímpicos. Foi um motivo, eu não assisti, mas...

R: Então você não chegou a fazer o procedimento de solicitação de refúgio?

M: Eu cheguei. Eu fiz.

R: Pelo CONARE e tudo...

R: Porque quando eu visitei eles, eu procurei também que eles não publicassem essas...

R: Essas informações?

M: Então, para eles eu fiz, eu sei que tenho o direito, com ele aceito ou não, para mim isso não é importante porque eu sabia que... eu trabalhava no banco, e eu sabia que eu não to aqui para... para ficar rico, é difícil ficar rico nesse momento tá [risadas]. Mas estou aqui para ficar na paz.

R: E você pode me falar como foi o processo de solicitação de refúgio?

M: Claro.

R: Por quais órgãos você passou? Polícia federal, defensoria, ministério, como que foi esse contato com as autoridades brasileiras?

M: Normalmente você faz a solicitação de refúgio com Acnur. Antes fui no Caritas Acnur aqui no Rio.

R: Sim.

M: Acnur foi para Brasília, e... deu todo o poder... uma intermediação para Caritas, que recebe você, você faz a solicitação, é... ela envia para a Acnur, mas primeiramente, você chega a Caritas e fala para eles, porque são ótimos, são muitos advogados que são pessoas da lei. Como eu falei, diferença entre pessoas da lei e um policial.

R: Sim.

M: “Eu quero solicitar refúgio” “Claro! Você vai solicitar nacionalidade?”, perguntam sobre isso porque você tá aqui, tem um advogado, tem voluntários que são futuros advogados, uma pessoa que... estão estudando relações internacionais e estudam essas coisas, que são voluntários, eles te falam o que você tá aqui, algumas resposta, nome de você, e te falam assim, primeiramente “as suas informações nunca vão ser compartilhadas com o governo, com ninguém” a gente é obrigada a passar pela polícia, mas mesmo tem segredo porque o governo não vai saber. Então você pode falar tudo que pode te ajudar.

R: Você sentiu confiança nesse processo?

M: Eu senti confiança. Porque... aqui pode sentir confiança. Tem Caritas na Alemanha, mas tem o sistema de deportação que é muito ativo. É polícia que chega na Caritas, e obriga a Caritas, “quais foram as pessoas que tiveram o pedido negado, conta pra gente” eles são obrigados. Eu senti confiança porque eles falaram comigo, é... eu visitei eles três vezes, porque eu fui... eu

morava só na rua. Entrei em Favela Tabajara, fiquei um pouco na rua, e no momento eles me ajudaram a um lugar.

R: Assim que você chegou, você morava na rua?

M: Isso.

R: Em que bairro você ficava, mais ou menos? Onde você ficava mais ou menos?

M: Eu cheguei na Copacabana, a única coisa que eu sei quando cheguei...

R: Única referência...

M: Única referência. Um pouco história típica, mas... é... único lugar que eu sei que existe.

R: Sim, tá certo.

M: É... Eu sei também que ônibus... ônibus azul passa, porque o ônibus azul do aeroporto, eu peguei ele e fui para Copacabana e pronto. Eu encontrei... com uma pessoa, um brasileiro que me ajudou, que fala inglês, por coincidência. Encontrei ela, que é uma pessoa, agente turística que aluga espaço em apartamento. E eu falei para ela “olha, eu quero alugar, mas eu não sou um turista, eu quero ficar aqui” “como ficar aqui?” eu falei “depois eu vou explicar, eu quero agora um lugar menos caro para dormir, depois de três dias eu vou sair, porque eu não tenho muito dinheiro.” Me ajudou e depois falou “agora você vai para onde?” eu falei para ela “vou para um hostel”.

R: Washington?

M: Hostel. E fiquei no hostel vinte dias, ele me falou “olha, se você precisar de alguma coisa, volta, eu posso te ajudar. Você tem dinheiro?” eu falei para ele “eu tenho dinheiro” porque eu tinha dinheiro. Fiquei no hostel, é... depois não tinha dinheiro mais. Eu saí... eu fiquei um pouco, é... na rua, depois eu voltei para ele e falei para ele “você pode me ajudar?”. Eu tinha um pouco de dinheiro, mas não sabia como achar, naquele momento, onde morar. Eu lembro, eu tinha quinhentos, quinhentos e cinquenta reais. Ele falou “eu posso te ajudar, amanhã volta”. Eu fiquei na rua, eu voltei. Ele foi comigo e falou “olha, você não é um turista, você quer um lugar” eu falei para ele que eu quero um lugar. Ele falou “não é um lugar muito limpo”. Ele me falou, ele foi comigo na... na Siqueira Campos, você entra em uma porta na Siqueira Campos, mas depois você sobe e é a favela do Tabajara.

R: Tabajara.

M: Tabajara ou Tabajaras?

R: Eu não sei.

M: Então, eu entrei, você entra, sobe um pouco. Aquele ponto entre Siqueira Campos e Botafogo.

R: Aham!

M: Eu entrei lá e fiquei lá, aprendi muito, mas também... eu não tinha muito dinheiro, tava comendo muito ruim, ele me deu um pouco de dinheiro. Depois comecei a procurar outro lugar porque lá é ruim. Não é “lá é ruim” porque lá é ruim, as pessoas ruins, mas mesmo as pessoas que estão vivendo lá, estão sofrendo. Eu tenho a estratégia, se eles estão, vão ter a oportunidade de morar em um lugar melhor, eles vão sair. Ou se uma oportunidade de morar naquele lugar, melhorar aquele lugar, eles vão melhorar. E aí voltei para ele e... “eu não gostei muito, mas muito obrigado porque pelo menos não fiquei perdido na rua, e tudo.” Depois que procurei o Caritas, porque tava procurando e tava fechado nos jogos olímpicos.

R: Sim. E como você ficou sabendo do trabalho da Caritas?

M: Eu encontrei uma pessoa. Uma pessoa que tem uma comunidade pequena, árabe, no Copacabana. Eu procurei esse restaurante, fui lá, fiquei com eles, é... eu perguntei para uma pessoa, que parece para mim muito boa, uma pessoa muito boa, e perguntei a ele “você sabe onde fica um... uma coisa do ONU”

R: Da ONU?

M: É. “Tem no Brasília, pelo menos falo que tem Caritas, pelo menos eles vão te dar comida...” “É mas, você pode perguntar a eles uma coisa... Se eles são intermediários, eles sabem onde tem Acnur” porque Acnur tinha aqui.

R: Tinha.

M: E fala “olha, vai para Maracanã”, perto de Maracanã eu não sei a “Rua Professor”, lá tem muitas “Ruas Professor”. Eu fui, e aí eu li sobre eles... e fui e falei pra eles “Eu tô quase na rua, porque eu tenho que sair e fui na 29 de Setembro, quase... Eu tenho que sair e pagar para a Senhora aluguel, não tem dinheiro.” E aí ele me deu um pouco comida e tudo e eles falaram “volta na sexta”. Voltei na sexta, eles me falaram “tem um lugar, o Igreja do Botafogo”. Você sabe uma coisa sobre Igreja do Botafogo? Uma igreja que tinha um papel muito importante. Recebe os refugiados, pessoas que necessitam uma coisa, os imigrantes... você fica lá três meses comendo e dormindo, até que você aprende português lá e depois você sai. Pelo menos você não fica na rua perdido para lá e para cá. Eles me falam “não tem multa, você pode voltar na segunda”. Eu falei pra eles “por favor, segunda eu vou tá aí, eu não tenho nada”. Eu fiquei lá na favela, eu lembrando, aquela mulher tava gritando na minha cara, eu não tava entendendo nada [risadas] Que eu pago ela, não sei... Porque cada três dias final do mês ela começa a fazer assim pra... Não sei, pra que eu pago ela. Uma pressão. Mas nunca entendi nada, mas eu sabia que... como...

R: E como que você aprendeu português?

M: Na rua.

R: Na rua...

M: Eu... eu estudei... uma semana na Caritas. Porque Caritas tem um projeto com o UERJ.

R: Sim.

M: Universidade de Estado. Mas tinha uma semana e depois eu... eu consegui o primeiro trabalho com... vendendo as coisas na rua com alguns Sírios e tudo.

R: Comida?

M: Comida. E aí eu tinha que sair, porque eu tinha que trabalhar para preparar e depois... E na rua eu aprendi. Porque fui...

R: E a Caritas te ajudou a solicitar o status de Refugiado perante o CONARE?

M: É... Me ajudou a entrar na Igreja Católica do...

R: Do Botafogo?

M: Do Botafogo. Eu... é uma coisa muito bom, porque você entra, primeiramente, o padre da igreja, que grande amigo do mundo Árabe, que foi sempre na Palestina, Síria e viaja muito no Líbano, ele... Eu acho que é iniciativa dele primeiro, não da Igreja, porque ele que tava... O que eu consigo entender porque a igreja fechou a porta e colocou todo mundo fora, que foi iniciativa dele mais que a instituição. É... primeiramente ele assinou um documento que ele não... é obrigado, que ele não vai ter [...] [01:03:21 até 01:03:23] ele tá fazendo isso pra o bem de você.

R: Uhum...

M: É... Ele é uma pessoa boa, padre Alex...

R: Qual que é o nome dele? Alex?

M: Padre Alex Sampaio. Ele... Ele não tá lá mais. Ele tá no... Ilha do Governador, alguma coisa. E aí ele me recebeu, fiquei lá. E CARITAS que tava cooperando com ele.

R: Certo.

M: Ele que falou pra eles que tem um lugar para Mohammed, depois do terceiro dia. Pouquinho antes... Porque foi o primeiro dia, segundo dia... E eu... tava “obrigado” porque eu falei “Olha, eu não tenho um lugar. Na verdade, eu não tenho”. Falei pra eles “Por favor”. É... CARITAS

me ajudou a preencher os documentos, seus direitos e tudo porque, com o direito de solicitando o refúgio aqui... com direito de solicitando refúgio, com o protocolo da residência temporária do refugiado imigrante, você consegue carteira de trabalho. Você, na verdade na lei brasileira, que eu te falei, graças a ela que eu tô aqui... Foi meu objetivo, é... com essa solicitação, você tem direitos na lei, como um brasileiro. Na realidade, uma outra coisa porque aquele documento do protocolo, as pessoas não conhecem ele, a empresa não pode te oferecer um trabalho porque ele não recebe isso, como a pessoa no correio, ele não queria me dar uma coisa que eu comprei nas Lojas Americanas, ele falou: “Que isso, eu nunca vi.” Falei pra ele: “É um documento... documento, é... que é similar do...”

R: Carteira de identidade.

M: Identidade brasileira sob o território todo Brasil, eu falei... “Cara, você tem o aquele forno que o nome dele é Mohammed (sobrenome), não pode existir um Mohammed (sobrenome) outro no Brasil que sabe que comprei forno, que vai chegar aqui pra te falar, pegar meu forno...” É uma coisa lógica. Ai depois que...

R: Quais direitos que você...

M: Ai depois... Ai depois que eu falei pra ele... Porque eu... As vezes eu deixo, eu mostro carteira de trabalho. Mas que foi muito... muito nervoso. Ai eu falei... “Ora, eu vou pegar meu forno com esse direito, senão vou pegar um advogado.”

R: O seu fone ou seu forno?

M: Forno.

R: Forno?

M: Forno que comprei.

R: Ah...

M: Porque Lojas Americanas queriam livrar... eu não fui na casa. É... Lojas Americanas deram pra... para o correio.

R: Entendi.

M: Então é uma coisa absurda. Ignorância de alguém para “Eu nunca vi isso” é a sua culpa que “Nunca vi isso”.

R: E quais direitos que você previamente estudou, que teria direito aqui no Brasil, que você não teve acesso?

M: Normalmente, na Lei você tem acesso de... até agora, porque já tem tentação...

R: Tão alterando né...

M: Do Flávio Bolsonaro. Que não sei... eu sei que não tem nada a ver com isso, mas. É... Você, eu fui no hospital. Naquele UPA.

R: Hospital?

M: É. E você pode... visitar um médico fazer incursão de graça.

R: Certo.

M: Sim. Como você, como um brasileiro.

R: Conseguiu?

M: Consegui sim. Ah... a médica, a senhora médica não foi muito... ela foi muito boa, mas ela... eu consegui também a saber como é... não foi uma discriminação, mas relatasse. O serviço público, ele foi tipo... assim ela falou. Eu falei pra ela algumas coisas, ela falou “Tá bom” é isso... Ela foi muito fria.

R: Sim.

M: Eu acho que com todo mundo porquê... Eu falei pra ela: “Eu não consigo a dormir porque tenho uma grande depressão, sou ansioso...” Ela falou: “Ah, mas não aqui tem que ir na...” “É... Você tem remédios, alguma coisa, você sabe, não sou daqui, você sabe me ajudar? Preciso falar

alguma coisa?” Ela... “Não, não aqui, tem um lugar outro, hospital psiquiatra.” Eu falei pra ela: “Eu tenho uma coisa assim”

R: Caraca...

M: Porque no aeroporto de Marrocos eu dormi. Eu dormi tipo três dias com... assim... na uma Mesquita que tem [...] [01:07:54] e aí eu fiquei três dias com o ar condicionado muito forte do aeroporto. Eu fiquei aqui com ar condicionado no aeroporto também.

R: Aqui? No aeroporto daqui?

M: Sim. E aí durante seis meses é... tava me dando dor... Seis meses. Fiquei com medo porque o frio pegou meu corpo. Eu falei pra ele “eu estou tossindo” ela falou “tá bom”. Ela não me fez um remédio, ela me falou “normal”. Eu falei pra ela “você acha que é normal muito depois de seis meses?” Ele falou “eu não sei” mas mentira isso. Então, mas eu agradeço a recepção, tipo, a lei que me deu essa oportunidade...

R: Teve algum direito que você não conseguiu acessar?

M: Sim.

R: Conta.

M: É... Um direito? É... de Universidade. Eu queria entrar numa Universidade. Na verdade, com essa solicitação, eu posso entrar... Que é um direito pra todos que possam entrar na Universidade, mesmo com o Enem, que algumas pessoas falaram “Deus me livre, pobre vai entrar com o ENEM? Não!” A universidade tem que ficar para que estuda mais ou pra elite? É um direito que não é direito. Ok, muita gente daqui quer entrar, mas ele é um direito, mas não entra. Assim, eu posso entrar, eu tenho diploma, tenho meu pós-graduação, mestrado 1, mas que até agora eu não entrei.

R: Por que? Como... o que que aconteceu?

M: Eu não sei...

R: E você tentou entrar em qual curso?

M: Eu tentei UFF.

R: Em qual curso ou programa?

M: É... perdi um pouco a esperança quando fui em UFF, eu falei com uma senhora [...] [1:09:59 até 1:10:01].

R: Sim.

M: Eu falei... Ela me falou “o que você quer?” Eu falei pra ela “eu quero tudo! Só você me deixar entrar. Eu posso entrar tudo...”

R: E você tentou entrar em qual programa?

M: “Vocês podem ver o que é mais bom pra vocês, e aí eu vou só entrar, não tenho problema.” Ela falou “a gente pegou o seu diploma, fez um fax para...” eu não sei... Ministério uma coisa, eu não entendi... “eles vão responder a gente, mas a gente precisa, talvez da sua... projeto. Você tem projeto?” Eu falei pra ela “Não levei comigo.”

R: Não tinha com você?

M: Não levei comigo, não tenho muito contato lá com a escola. Eu não quero ter mais contato com muita coisa lá. É bom pra mim também, ficar em segredo. E aí eu falei “eles vão responder”, mas ninguém respondeu. É... eu tentei procurar, mas quando procuro e pergunto muita gente fala “é muito difícil”.

R: Mas o que, onde você queria entrar? Em um programa de Pós-Graduação? Ou o que?

M: Sim!

R: Em que área?

M: Eu tenho “management marketing”. Então eu posso entrar uma coisa que tem a ver relação com ela, o “management marketing” continuar... Ou comunicação social, jornalismo, coisa que

eu olhei como é, então eu posso entrar no jornalismo, “management marketing”, comunicação social, relações internacionais, tudo isso tem com a ver... Primeiramente eu quero entrar, essa possibilidade que eu entro “tá bom, você pode entrar, escolha” eu posso escolher depois, mas eu não consigo a ter esse... Aceitação.

R: Você tem curriculum lattes?

M: Eu tenho.

R: Da plataforma Lattes?

M: Eu acabei de fazer.

R: Tá.

M: Porque uma pessoa me falou “faz isso...”

R: É...

M: “no CNPQ, porque eles dão bolsa, eles... É bom” Uma...

R: Me manda depois seu Lattes para eu dar uma olhada?

M: Sim, sim...

R: Tentar ver alguma coisa, tentar ver uma possibilidade na UFF.

M: Obrigado!

R: É... Eu queria saber também sobre o CONARE. Como que foi as entrevistas, como que eles te receberam lá.

M: Eu falei muito, eu não falei sobre o processo. Eu te falo sobre o processo. É... assim você vai entender. Eu fui na CARITAS [...] [01:12:42 até 01:12:44]. Você pega aquela letra, essas informações e dá pra Polícia Federal.

R: Certo.

M: Agora chega um outro estado da situação. Porque CARITAS são, advogados, são direitos humanos, são uma imagem do ACNUR.

R: Sim

M: Você chega na Polícia Federal... São muito ruins.

R: Muito o que?

M: Ruins. Muito, muito. Não são humanos. Se você não sabe muita coisa, ele tem todo o prazer que você ir e volta, ir e volta são muita sacanagem. Eu lembro, quando eu foi, eu vou te falar primeiramente o processo que tá... tem que ser normal isso.

R: Sim.

M: Você vai pra Polícia Federal.

R: Uhum.

M: Aqui em CARITAS. Polícia Federal [...] [01:13:48 até 01:13:52]... Eles vão fazer isso, como se você fosse cão. Ele não tem que falar pra você porque você tá aqui ou não. Ele te chama e você faz [01:14:05] assim, ele te dá o protocolo. O protocolo [...] [01:14:10 até 01:14:12].

R: É esse documento...

M: Depois você volta na CARITAS e fala pra eles que tenho o protocolo. Eles falam pra você “você é legal.” Eles te mostram como fazer carteira de trabalho, te dão atendimento com o Ministério do Trabalho, que não existe mais, que é o da Fazenda... Da Fazenda ou do Trabalho. Como fazer CPF, aquele que na Cinelândia, você sabe onde?

R: Onde?

M: Cinelândia.

R: Ah sim, sim.

M: Eu foi lá sem falar português mas, são ótimos.

R: Naquele posto eles estão mais informados sobre o protocolo, né?

M: Sim.

R: Eles já reconhecem...

M: Eles recebem muita gente...

R: Sim...

M: [...] [01:14:55 até 01:14:57] E são ótimos, acho que é ótimo. É... ACNUR, depois volta pra fazer carteira do trabalho.

R: Uhum...

M: CPF. Assim, com carteira do trabalho com CPF, com...

R: Protocolo?

M: Protocolo. Você vai conseguir a estudar com CARITAS. É... os cursos no UERJ.

R: Sim.

M: E CARITAS te dá o dinheiro do transporte. Quinze reais, eu acho... tanto você vai como... Assim se termina sua solicitação do recurso. Eles falam pra você “nós representamos a ACNUR, nós não temos uma decisão sobre o seu caso... Nós somos...”

R: O CONARE?

M: O CONARE que vai te chamar e chamar a gente pra que te chama pra fazer entrevista.

R: Isso...

M: Depois sete meses, seis, dois anos, sete anos...

R: E você foi chamado?

M: Eu fui chamado.

R: Quando? Você chegou em 2016, né?

M: Eu fui chamado depois de três anos no Brasil...

R: Ano passado?

M: Não é ano passado, agora esses cinco meses.

R: Tem cinco meses?

M: Tem cinco meses que eu fui chamado pela CONARE.

R: Ah sim, você fez a solicitação e depois de cinco meses teve a entrevista?

M: Não.

R: Não?

M: Dois anos e meio.

R: Dois anos e meio...

M: Porque aquele protocolo, é de um ano. Quando termina, você vai para a Polícia Federal que ele vê você e faz protocolo mais um ano.

R: Entendi. Como foi a entrevista?

M: Se ele tá com boa situação, se ele gosta. Porque as vezes Polícia Federal te fala “Que isso, o CONARE não respondeu mais? Ai não posso te renovar.” E ele não te renova.

R: Você conseguiu renovar?

M: Renovei. O que eu falei... Depende da uma coisa que não tem.

R: [...] [01:17:06]

M: É...

R: E como que foi a entrevista com o CONARE? Foi aqui no Rio?

M: Foi no Rio, normalmente eles estavam fazendo com Skype. Você fala com Brasília. Agora eles estão mais, eles vêm pra cá fazer... Pessoa vem pra cá e fala com nós. São três etapas: suas informações, seu nome, nome do seu pai, o dia que você saiu... passaporte, vale do passaporte, irmãos, filha e tudo. Segundo, o por que você tá aqui. Terceira, se você volta, o que você acha que vai acontecer se você volta? Então eles estão analisando, eles vão analisar isso com a primeira história que você escreveu dois anos antes.

R: [...] [01:18:06]

M: Sim. Ele ser assim. É um pouco difícil, porque você não vai lembrar da história, e você tem que ficar cuidado sobre a história. E não sobre você estar certo, ou você não mentiroso ou não, mas...

R: Pra ter coerência na história. E depois da entrevista eles te conceberam o status de refugiado?

M: Sim, depois de três ou quatro meses.

R: E o que que mudou?

M: Muda que você vai ter o RNM.

R: RNM?

M: R que se transforma RNM... Registro nacional do migrante.

R: Uhum.

M: Porque a palavra migrante é bom que imigrante... mais lógica. Então foi RNM.

R: E você... O que que esse RNM te trouxe? Assim, o que você conseguiu acessar com ele?

M: Uma estabilidade de novo ficando... Porque mesmo que faria isso... acontecer no Brasil, mas como te falei o Sergio Moro tentava de fazer a portaria 666, 6, e eu sou um Mohammed, eu sou um árabe. Seja que eu escolhi isso ou não escolhi, ou não também se escolhi ou não escolhi, não teria problema... mas a realidade é assim. Eu tenho que aceitar essa realidade, eu tenho que ficar seguro e eu tenho que saber pra ele eu sou uma ameaça e pra muita gente aqui, mesmo que ele tentava de fazer isso porque ele tem problema com o Glenn.

R: Sim...

M: Porque ele é casado, e quando é... Na realidade isso é uma coisa, um direito bom também, para o Glenn e para as pessoas. Ele casa, ele fica aqui, ele tem filho no Brasil, fica aqui brasileiro, em um momento curto, ele vai fazer nacionalidade. Uma coisa que ele... o Glenn é casado, é... tem filhos com o marido dele, tipo... e ta ficando aqui... destruindo... ficando aqui em cima dele, fazendo o problema dele, então ele queria mudar isso dele. Isso é para todo mundo que acha que aqui é uma terra livre de falar o que você acha.

R: É um espaço livre para expressar a sua opinião?

M: Eu acho que é um espaço mais livre.

R: Do que...

M: Mas também, você tem que ficar com cuidado. Sempre que eu vou conhecer... se eu conheço você, você é uma pessoa da UFF, primeiramente, porque eu sei que UFF é um lugar que a maioria das pessoas são... tem ideias lógicas e tem ideias recíprocas.

R: Ideias o que?

M: Recíprocas.

R: Recíprocas.

M: Bem similares, direitos humanos...

R: Sim.

M: De estar bem, ser bem... então eu não falo para uma pessoa e não explico no facebook, porque eu já... uma senhora já me agrediu...

R: Era isso que eu ia te perguntar agora, como foi a recepção da sociedade?

M: Recepção da sociedade...

R: Sentiu algum preconceito, xenofobia, alguma situação?

M: Em 2016, foi melhor que agora. Em 2016, tipo... agora você tem mais chances de... de uma pessoa te falar alguma coisa que não... eu não sei porquê. 2016, foi... foi sempre, mas foi menos.

R: Você acha que intensificou recentemente?

M: Hm?

R: Você acha que intensificou recentemente?

M: Intensificou com... com a extrema direita, que tá agora com o direito, com a democracia, e que fala muito sobre esse assunto, estrangeiros, aqui na casa do... da dona Maria, é... a gente não é a França, “França tá sofrendo...” fala isso, fala besteira, você nunca foi na França, “França tá sofrendo com invasão...”. Não tem invasão. Quando você... Quando eu penso em invasão islâmica, eu tô pensando que o Estado Islâmico chega assim... Isso é uma diversidade... é

R: E depois que você conseguiu a sua carteira, seu registro, você teve algum outro contato com as autoridades brasileiras?

M: Se eu tenho... que ir para alguma...

R: É! Se teve mais algum outro contato com alguma autoridade. Polícia, governo, ministério... relativo à sua situação aqui...

M: Não.

R: Não? Depois que você conseguiu...

M: Depois... depois de quatro anos nisso, depende da lei de imigração de 2016, porque melhorou muito, depois que melhorou. Eu desejo que vá melhorar, ou que vai só ficar, porque ela é muito boa.

R: A nova lei de migrações?

M: Sim. Porque você pode se naturalizar, depois aprender português, depois deter refúgio, a decisão do refúgio depois de quatro anos. Não sei se quatro ou cinco...

R: Acho que quatro...

M: Depende do tempo... Antes eu... Antes chega no Brasil e tinha que ficar dez anos, eu acho uma coisa que não tá clara.

R: E você pretende se naturalizar?

M: Eu não tenho problema...

R: E como é que foi para se envolver com o Abraço Cultural e trabalhar aqui?

M: É... Primeiramente, eu quero naturalizar para ficar seguro mais.

R: Sim.

M: Ficar um cidadão brasileiro. Eu vou ser um brasileiro, não um marroquino, então eles não podem tocar em você, e mesmo é uma oportunidade para mim. Se as coisas mudarem em Marrocos, eu volto para a minha família, amigos... eu volto para ver as pessoas, não ficar no país porque...

R: Sua família tá toda lá?

M: Toda lá. Então eu quero, se... se eu voltar no país, se eu voltar como cidadão brasileiro, então eles não podem fazer nada. Mas se eu voltar como marroquino, eles podem fazer tudo.

R: Entendi.

M: É... é uma forma de ser seguro, também é bom. Bom porque... os racistas ficam com raiva.

R: E a sua família pretende sair do Marrocos?

M: Não, eles estão de boa... eles se acostumaram. É, é ruim, mas é ruim para todo mundo.

R: Sim.

M: É, mas é ruim para todo mundo não significa que eles vão aceitar... É África, é árabe, mas...

R: Entendi... E onde você trabalhou aqui? Como é que foi para conseguir trabalhar aqui?

M: Foi uma grande coincidência, um grande aceno histórico. Bom, quando eu morava na igreja, ou antes, na Caritas... eu encontrei, por coincidência, com uma menina, uma moça, que se chama Mariava. Ela é refugiada da Gambia.

R: Gambia?

M: Gambia. É um país. Um país como o Marrocos também, que ele estava com uma democracia, mas teve uma eleição, mas também não pode passar do limite. Gambia e Senegal também, é um país estável, mas tem que saber o seu limite para ficar. Eu encontrei ela na segunda vez, quando

eu tava pedindo ajuda, porque eu tava na rua. Eu fiquei muito feliz porque comecei a falar com ela em inglês.

R: Uhum!

M: E aí, foi as minhas primeiras perguntas “o que acha daqui, eu cheguei...” “para você que chegou, é bom, muito bom, fica com a motivação e tudo, é muito bom, você vai conseguir, você fala inglês e fala francês.” Eu falei assim “Eu falo árabe também” (risadas) ela disse “legal, francês e inglês, tem que só falar português, porque é um país onde todo mundo fala português, e você vai conseguir.” Eu falei para ela “você trabalha?” “eu sou professora de um projeto” “legal! Eu quero ser professor também” ela me falou “olha, vai, estuda português e depois você vai trabalhar, no abraço, no lugar... você vai trabalhar, você é um cara diferente, vai trabalhar...” eu falei para ela “obrigado!”. E não encontrei ela mais. Quando eu morava no Campo Grande... no Campo Grande não, porque eu morei depois no Campo Grande... Quando eu morava na Igreja do Botafogo, eu tava andando e eu encontrei ela, na coincidência, eu falei para ela “Oi Maiava! Como vai? Tudo bem?” ela me falou “O que você tá fazendo?” e eu falei “tô passeando...” tava passeando em Botafogo porque eu saí na noite passeando para ver como é. Ela me falou “eu vou para aquele projeto, você lembra?” eu falei “sim!” eu falei “tem uma coisa cultural e tudo” falei para ela “posso ir com você?” “Sim, vamos!”. Eu entrei com ela, eu vi como era o projeto, gostei, gostei muito da ideia, defender as minorias, e muita gente. Muita muita gente, muitos brasileiros, de todos os estados. Muita gente de São Paulo, cariocas, muita gente... é... eu vi também árabes, venezuelanos... e é como você fala... tudo bem, chegou bem? Depois, eu fui embora e a gente fica com o contato do Abraço Cultural. Um dia, Tatiana, ela ajuda muito, é uma pessoa muito boa, ela... ela que foi no Irã e Tajiquistão. Ela foi na Igreja onde a gente morou para fazer um projeto com o Brasas, foi um projeto do Brasas ensinar os refugiados, os imigrantes, português de graça.

R: Legal.

M: É. Foi no Botafogo, perto da igreja. E aí ela foi lá para escrever os nomes das pessoas que querem, e ela me encontrou, depois de três meses. Porque eu não sabia como chegar no Abraço, eu deixei para lá... Ela falou “Mohammed, tudo bom? Que bom te ver. Você quer estudar português?” eu falei “tô trabalhando todo dia de oito à nove da noite, mas...”

R: Trabalhava aonde?

M: No shopping Tijuca. Perto.

R: Você quer mais alguma coisa?

M: Não não não... to bem! É... Hoje eu dei aula sobre essas coisas...

R: Que coisas?

M: Baguete, pão francês... é muito engraçado. O pão francês, como o português chama ele, é uma forma que se vende em Marrocos, mas se chama viennois.

R: Viennois.

M: Que a origem dele é de Viena, porque a família da França pegou muita pâtisserie da parte do... tudo da Viena, mas na verdade, na Viena isso não é viennois.

R: [Risadas] Se chama como na Viena?

M: Isso é pão francês para o Brasil, que é viennois no Marrocos, mas na França nunca foi isso.

R: Tem pessoas que chamam de pão d'água também.

M: Pão água?

R: Pão d'água. De água, água.

M: Ah sim...

R: Por que? Não sei. Eu sou do sul do Brasil, no sul do Brasil esse pão se chama cacetinho. Alguém já te falou isso?

M: Não...

R: É diferente, acho que só aqui no Rio e em outras regiões que chamam de pão francês.

M: É, aqui no Rio. É chamado assim. Mas muito interessante... que os marroquinos falam viennois, que lá na França, o viennois é uma coisa mais chique, o viennois é caro, tem uma imagem da Áustria, mas a gente come muito viennois de graça, mais barato no Marrocos. Vamos voltar, é...

R: O Abraço Cultural.

M: Abraço Cultural.

R: Aí te chamaram para dar aula.

M: Tatiana... não, eles me chamaram para só estudar português.

R: Ah sim.

M: Ela falou “Mohammed, você vai me ajudar a falar com refugiados, quem quer português, é bom para eles, porque a gente conseguiu um patrocinador, Brasas, que vai ensinar vocês com um professor voluntário, português.” E fica com o contato dela, a gente foi em reunião lá, e eu falei para ela “eu trabalho, eu não posso estudar mais” ela falou “olha, estuda duas vezes na semana.” Eu estudei a primeira semana um pouco, gostei, mas depois não pude ir, trabalho. Mas a gente ficou com o contato, ela falou “me dá o seu contato, você não tem contato? A gente estava procurando você, mas você sumiu” eu falei “é porque eu não tenho celular” eu fiquei três meses sem celular porque ele... foi assim, celular na igreja, ele caiu daqui para lá. Ele não queria trabalhar. Eu fiquei três meses, a família não sabia onde eu fui, eu não tinha dinheiro, sem celular... até quando eu comecei a trabalhar, eu procurei, eu falei para ela “eu não tenho celular, eu vou visitar vocês.” Eu comprei um celular, e aí comecei a contatar a família. Eu visitei eles, porque ela me falou, ela me contactou e tem aula cultural de novo. Eu fui lá, comi comida árabe, vi muita gente, saí com eles aqui no café, bar... É. Um dia ela me contactou de novo, ela me contactou enquanto eu fui vendendo comida árabe na frente do shopping Tijuca, você passa na frente do shopping Tijuca?

R: Sim.

M: Aquela barraca...

R: Ali na General Roca? Eu sempre como ali.

M: Aqui é o shopping, aqui é uma rua onde tem táxi, e aqui tem um shopping Tijuca hall.

R: Aham! Ficava ali a sua barraca?

M: A porta do shopping é aqui, como você vai para a Seans Peña.

R: Aham!

M: Você atravessa, e tem uma barraca.

R: Você trabalhava ali?

M: Eu fui lá, essa barraca foi de mim, mas... depois quando... quando Tatiana me falou “a gente tá fazendo seleção do francês, você fala francês” eu falei para ela “eu quero ensinar inglês, porque eu gosto mais”. Eu falei para ela isso, porque eu tenho, um conceito, uma opinião sobre o que... estando no Marrocos, nos países africanos, porque a gente é parte da África, no mundo árabe... que, no Marrocos, quando você fala francês... quando você não fala francês, você faz parte de uma família pobre ou da classe média, você não estudou como as pessoas que... enviam crianças deles para estudar no Canadá, que tem francês, o... a elite começa a fazer, a brincar sobre você.

R: Entendi.

M: Ele não... se fala árabe ou alguma língua indígena lá, ele não é competente. Quando eu passei na entrevista no banco, passei sete entrevistas para trabalhar no banco. Eu fiz entrevistas todas foram em francês.

R: A entrevista foi em francês?

M: Oi?

R: A entrevista foi em francês?

M: Foi em francês. Imagina se eu fui... se eu fosse uma pessoa competente, mas que não fala francês? Eu vou ficar mais para banco e tudo, mas é competente quem fala francês fluente. Presta atenção, o que fala francês fluente, correto, fala... como a gente pode falar por uma pessoa que fala português do Brasil, com muita coisa errada, mas o português que te permite a ser identificado como uma carioca.

R: Sei.

M: Por exemplo, se eu falo português daqui, carioca, com uma pessoa eu tenho mais sorte, isso é muito importante, eu tenho mais sorte de não, é... de não sofrer do preconceito.

R: Se você usar o sotaque carioca?

M: Sim. Porque uma pessoa veio me falar, a pessoa não te fala, se você fala carioca, então não vão ser muitas pessoas te perguntando “você é da onde?” e aí você abre essa porta que você não sabe [...] [01:37:58 até 01:38:01] pessoa que você vai falar do Marrocos, ele não sabe onde é Marrocos, árabes, África, acham que você come banana na África, tem isso “África? Você é branco”, é, mas em grande parte da África tem branco, como na África do Sul. África do Sul são descendentes dos britânicos, mas são da África do Sul.

R: Sim.

M: Africanos. Mas isso é muito profundo, mas você vai sofrer do preconceito da ignorância que te faz mal, porque essa pessoa não sabe nada, e tem coragem de te falar uma coisa... essas coisas de que você... de que você é Africano tá certo, não tem problema, mas tem pessoas que falam coisas...

R: Entendo.

M: Eu não... eu mudei um pouco, eu não respondo sobre essas pessoas, e também faço mentira, se eu não conheço a pessoa, eu falo “não sou da África”. Não sei... Uma vez eu falei pra uma pessoa “eu sou do Sul.”

R: Sério? [risadas]

M: Ele não sabe do Sul, ele não sabe muita coisa, então...

R: Mas por que que você acha que precisa evitar falar que é do Marrocos?

M: Então, você... é uma loteria.

R: Entendo.

M: Você abre uma abre uma porta. Se eu conheço a pessoa bem, eu falo para ela, mas eu evito. “Você é da onde?” “Sou da...” eu falo da Mauritânia.

R: Da onde?

M: Mauritânia. Mauritânia é um país no sul do Marrocos, pior que o Marrocos, mas as pessoas vão saber um pouco mais ou menos do Marrocos, da África, mas Mauritânia ninguém sabe.

R: Ninguém pergunta, entendo.

M: Certo, Mauritânia, o sul do... São Caetano o nome daqui, não sou daqui então... eles sabem que você não... Então você não abre porta, porque pode ser um pessoa “Ah, Marrocos que legal lá na novela. Foi aqui, muita cultura, a religião...” Essa coisa... Dá um abraço... Você não entende nada. É, você não sabe, não sei, não sabe o que vai acontecer. E você, às vezes, eu me senti quando eu abro a porta, eu me senti, eu me incomodo para falar umas coisas... especiais que a pessoa não precisa saber, porque ele não tá com nada, ele não faz pesquisa e isso não vai ajudar ele a nada mesmo...

R: Mera curiosidade.

M: Curiosidade e vai ajudar ele a me agredir. Isso que é, porque eu respeito a pessoa, se eu falar pra ele “eu sou do Marrocos” e chegar “desculpa, nunca ouvi falar. Onde que fica? África? Isso é legal, eu não conheço...” E eu não tenho problema sobre isso. Ninguém é perfeito, ninguém tá obrigado a saber tudo sobre o universo. A gente não tá aqui pra falar “eu sou melhor que você”. O problema é assim, você não sabe e você fala muito. Tipo se a gente lá, você... eu encontrei muitas pessoas, seja na Europa, seja no meu país, seja estrangeiro, que assim você vai para o Brasil “isso é legal, você vai dançar muito”... Eu recebo ligação as vezes, algumas pessoas que são curiosos também “tudo bem! Agora você tá muito animado lá, samba e tudo...” Sim, mas trabalho muito tempo...

R: Pessoal do Marrocos, conversavam mais com você?

M: Marrocos, Europa, alguns que moram na Europa...

R: Uhum.

M: Árabes, africanos, é todo mundo.

R: Entendo...

M: Eu falo não, mas... É, tem, tem... Como o terrorismo tem. Mas não tem só o terrorismo, tem pessoas que dançam, tem animação, tem carnaval? Tem! Mas não é só isso que tem, não tem que falar “é assim o Brasil” porque você tá vendo na televisão. Televisão que é Brasil é Copacabana, as moças estão dançando, não sei. Ou de outro jeito você vai cair sobre a favela, as pessoas tiroteio, eu vi uma pessoa que matou uma pessoa, ou balas perdidas, polícia... A pessoa diz “Nunca! Deus me livre, não vou lá.” Não... vai lá e cuida, e vive. As pessoas estão vivendo no Brasil desde o nascimento eles.

R: É...

M: Quando tem tiroteio eles se cobrem. Falam “graças a Deus” porque não foi nada. E vão na praia onde você não tem praia boa como é assim.

R: Sim.

M: É... Eu não sei como, mas isso também é uma porta que eu não abro. Tipo, amanhã tu venha “ah... Tá animado? Carnaval tá chegando?” Não cara, Carnaval tá no máximo, eu to aqui, aqui tem pessoas que, tem mulheres e tem pessoas que acordam com 6 da manhã pra ir trabalho, montar um restaurante, não tem nada com Carnaval. Se você vai pra lá animado ou vai pra falar “ah o que sexta...” “mas eu não quero saber sobre isso! Tô cansada.”

R: Entendo.

M: É... Aqui é um mundo

R: Você gosta de morar aqui?

M: Na verdade gosto. Às vezes eu não gosto, mas quando eu vejo de uma forma geral... eu gosto a coisa das pessoas...

R: Você sente que...

M: O lugar, pra mim, é uma superfície geográfica que talvez não significa nada, mas as pessoas, são os meus amigos, Abraço, você, vocês da UFF. Vocês são Rio. Mesmo que você do sul mas, você pra mim representa Rio. Pelo contrário, fica com você, sabe que com você, não saber se você é do sul, então eu olho “que legal, cariocas” vê o carinho e isso é muito legal

R: Sim...

M: Então assim, você faz parte daqui também.

R: Sim, eu me sinto parte daqui. Você já foi para outros lugares do Brasil?

M: Não, ainda não. Eu acho que eu vou. Eu quero, mas eu tenho que me estabilizar um pouco.

R: Sim.

M: Também, salário não ajuda muito. Ajuda a viver, mas...

R: Mas é complicado

M: Tenho que ficar cuidando... Mas eu tenho vontade de visitar, que como eu falei, o Brasil é um mundo grande. Eu quero saber como é Brasil pra conseguir responder a pergunta de “como são os brasileiros? Como é grande?” Porque não posso saber, conheço os cariocas, conheço as pessoas que entram aqui, tem o sistema da vida do carioca, mas o Brasil eu não sei. Eu sei que o Brasil elegeu o Bolsonaro, que eu não gosto, mas eu respeito quem elegeu ele. Eles têm todo o direito de pensar assim. Eu sei também que, assim história do Brasil, com o Mandonismo, Colonismo e tudo, as pessoas votaram de uma forma ideológica “tô cansado da esquerda então vamos pra direita...” Assim como é, esquerda, assim como te falei a monarquia pegou o poder. Até agora tem o discurso que esquerda são ateus, que são demônios que são...gostam do rock.

R: Sim.

M: É uma coisa que assim... Então “Deus me livre” eles vão destruir a identidade muçulmana da gente, para a gente ficar outras pessoas. Aquela ameaça. Então, ateu... “Não eu quero ateu, você muçulmano, você me rouba.”

R: Você é religioso? Tem alguma religião?

M: Eu tenho religião sim.

R: Muçulmana?

M: É... Mas eu odeio o fanatismo. Eu odeio muito...

R: E você pratica...

M: Seja cristão, seja... eu não pratico. I am the bad Muslim. Eu conheci muita gente que pratica e são legais. Eu conheço muita gente no Marrocos que são muçulmanos, religiosos e que são presos por causa do governo.

R: Sim

M: E que são julgados por liberdade individual e que estão pagando vida deles dentro do prisão...

R: Por não serem muçulmanos?

M: Não. Para ser mulçumanos, a religião que pratica e que são presos no Marrocos porque eles ficaram contra o regime do rei.

R: Entendi.

M: Que querem um país laico.

R: O rei?!

M: Não, essas pessoas.

R: As pessoas que lutam por um país laico, certo.

M: Porque eles sabem muito bem que o país laico, longe da extrema direita, do extremo, é uma segurança pra eles, primeiramente como humanos, para fazer o que eles acham, que os outros deixam eles na paz e não tem preconceito e também uma... o estado laico uma arma para extremistas, porque não vai ser a educação, vai ser muita coisa que quanto mais extrema é uma pessoa religiosamente, como a Ministra da Família de Direitos Humanos que não gostam dos direitos humanos.

R: Entendo.

M: Ela fala uma coisa que tem muito povo que fala que é certo. Porque... pra eles tá certo ver Jesus na goiabeira. Se eu fosse cristão... Ela vai me falar “eu vi Jesus na goiabeira” e eu não vou achar real, eu vou achar que ela é escrota. Porque ela fala, desculpa, ela fala muita merda. Eu não acho que Jesus vai aparecer pra ela. Eu não acho.

R: Entendo.

M: Mas...

R: Mohammed, pra só fechar a gravação... Se você pudesse dar sua opinião sobre o funcionamento das instituições que recebem os refugiados aqui no Brasil, o que que você percebeu do seu contato com as autoridades e as instituições brasileiras voltadas pros refugiados.

M: Tem muita luta.

R: Luta?

M: Muita luta. Eu sei que tem muita gente que tá... lutando com nós e com vocês também, os direitos de vocês, das pessoas dependendo da orientação sexual deles, tem Marielle, que morreu agora que poderia viver muito bem, em um apartamento e tudo e perdeu a vida. É... E tem muita gente que são ameaçados, eles podem viver muito bem, eles podem fazer bem para esse lado, esse lado e viver bem, mas eles estão com a vida deles ameaçadas, e pra, nós são as mesmas pessoas que defendem o homossexual, vai defender minorias, seja muçulmanos... Brasileiros da Bahia que foram escravadas. As pessoas que não tem uma religião, que defendem o estado laico do Brasil. A mulher... Falam que são contra a mulher, que fala. Mesmo a mulher que fala “não, a mulher tá ótima”, não, não tá ótima. A mulher tá melhor que em Marrocos, melhor no mundo Árabe, mais melhor que África, mas não tá ótimo como as pessoas acham que “ah a mulher no Brasil dá azar”. Não. Talvez que o direito de ela se vestir como ela quiser, não são eles que dão para ela, é um direito a mais, só isso. Que só alguns outros direitos, mas na verdade, outros tentam privatizar.

R: Sim.

M: Tem muita luta no congresso do Brasil, como foi uma lei no Ministério da Justiça que não passou sobre proibir o refugiado de ficar quarenta e oito horas dele e solicitar o refúgio.

R: Uhum.

M: Não eu que luto pra que eu passe. Eu não posso, mas as pessoas que estão lá, que eu acho que eles não tem uma obrigação comigo. Eles nunca encontraram um refugiado que talvez... mas eles acham que tá certo. Ele me defendeu, ele arriscando a vida dele, ele não tem nada a ganhar defendendo eu. Sim, claro ele vai ganhar, o princípio dele, mas vai defender o princípio e vai me defender como ser humano. Tem CARITAS, tem advogados que acham que isso é certo, a questão do refúgio, da imigração... que cada um tem o direito de migrar essa terra... O patriotismo é muito ruim, porque o patriotismo, na verdade, é aquela pessoa que anda e não joga lixo, não faz ruim... isso, você pode amar o Brasil assim. Não precisa falar “o meu Brasil, o meu, o meu” fazer muita besteira, e ser corrupto, não sei... Não pagar ônibus.

R: Entendo.

M: Não sei, assim você tá... Como fala... “Ah o Brasil é assim” o Brasil pode jogar lixo, mas numa outra forma “Oh meu, você tá chegando aqui, você é uma ameaça, Brasil para os brasileiros”. E aí tem pessoas... CARITAS... Eu acho que o ACNUR mesmo que ACNUR... não sei. Mas eu vou ficar positivo porque a gente tem que ficar com muita positividade... Advogados, pessoas da lei, tem pobre que não tem nada a ver com isso, mas você fala com ele “que bom, seja bem-vindo”. Ele não sabe muita coisa, ele não sabe sua direção, o que é refugiado, mas a palavra “refugiado” palavra que você fala... Ele fala pra você “você mora sozinho?” Sozinho mesmo. “Você... Mãe e o pai tá... Você cozinha sozinho? Você chegou...” Tá bom, você tá sentindo um quentinho, um coração que tá mudando. Você não tá sentindo uma filosofia que não ajuda a nada. Você tá sofrendo? Aqui também tô sofrendo. Uma coisa que... eu vou te falar uma coisa que fala um pouco disso, mas eu quero concluir que o trabalho das instituições é ótimo. Pode melhorar muito com a educação, com as pessoas sabem mais sobre o refúgio, o refugiado. Não mistura com fugitivo, porque tá tudo assim.

R: Com esse estigma né?

M: Por exemplo, eu... minha ex namorada me falou uma coisa que eu lembrei assim. Ela tinha um marido que é “gurdo”, que usou ela e tudo, ele é ruim, uma pessoa ruim.

R: “Gurdo?”

M: Ruim.

R: Ah sim.

M: E aí, quando ela começou a sair comigo, ele falou pra ela... Ele viu as fotos. “Ah você tá falando, tá saindo, conhecendo refugiado?” Assim que saber que sou refugiado... Sim, não tem problema em falar “olha esse refugiado vai deixar você sozinha depois” ela falou “por que? Você [...] [01:56:33]”. “Ele nem... Ele nem tinha coragem de ficar. Ele deixou a família dele chegar aqui, como você acha que ele vai ficar com você?!” Tipo, a definição do refugiado pra ele é uma coisa totalmente de fugitivo.

R: Sim.

M: De uma pessoa oportunista, que tá com você depois para fugir para imigração que não é ilegal pra... de nenhuma forma

R: Entendo

M: E muita gente tem isso. Isso só foi uma coincidência que analisei, que como ele também... Foi isso. Ninguém deixa ninguém só no... Mas eu queria falar que os institutos estão trabalhando bem, podem melhorar com muita educação, porque tem pessoas que não sabem nada, então acabaram de ficar racistas sem saber nada. Sem saber onde você tá. Mas isso atrapalha o Brasil primeiramente, antes de atrapalhar a gente. Porque uma pessoa... O que eu queria falar sobre esses comentários das pessoas estúpidas e tudo, eu comecei a não fazer atenção muito porque eu vi alguns comentários no facebook que são muito ruins, mas eu vi comentário que me ensinou a não fazer atenção. E considero que essa pessoa que faz isso, ele não precisa tempo de você falar com... negociar ou você falar com ele porque não merece. Eu vi o aplicativo como Tinder, como aplicativo do câmara, você pode conversar, *dating* e tudo, uma foto de uma moça bonita tenta escrevendo, você quer fazer “como estou, solteiro...” Tem uma foto pro aplicativo, entra aqui e cadastra ele. Comentários, tem muita gente que fica falando com aplicação, tem muita gente que acha que essa moça, ele pode entrar no contato com essa moça que tá...

R: Uhum.

M: Pondo comentário tipo “oi linda...” Depois eu vou te mostrar o que uma pessoa escreveu... “Depois que eu te vi o meu coração se tocou assim, você loira...” Mas assim “oi linda, me vê seu Whatsapp...” E aí esses comentários... Como você vai entrar em contato para... Não sei... Para explicar isso, esse trabalho que você fez para explicar. Ele vai entender apenas. Porque ele não já entendeu a foto que não se fala com ela antes, você tem que cadastrar.

R: Sim.

M: Então temos que considerar assim, uma pessoa que você viu um comentário que xenófobo que tentou ficar com um Mohammed, com um refugiado, com uma pessoa não brasileira. Tem que imaginar que ele pode falar com uma foto.

R: Sim, entendi.

M: Eu acho que assim....

R: Mohammed, muito obrigada!

M: Nada!

R: Foi muito produtivo.

M: Obrigado você!

R: Eu vou finalizar a gravação, tá bem?

3.4.6 Raquel

Nome do entrevistado: Raquel

Nacionalidade: Venezuelana

Idade: 33

Local da entrevista: Boa Vista, Roraima

Áudio 2019 – 06 – 13 – 16 – 43 – 40

Roberta: Eh...queria saber seu nome, sua idade, de onde você veio e há quanto tempo você tá aqui.

Respondente feminino: Eh...meu nome é Raquel Cristina Flores Herrera, eh...tenho 33 *años*, eh...eu vim de Ciudad de Bolivar, estado de Bolivar, Venezuela, que é o estado mais próximo de Boa Vista, fica *más* perto. Eh...*estoy* aqui desde *diciembre* de 2016.

R: 2017?

F1: 2016.

R: Dezesesseis. Eh...como que foi a sua vinda da Venezuela pra cá?

F1: Eh... ¿puedo hablar español?

R: Pode.

F1: ¿Sí? Ah...eh...

R: Devagar...

F1: Despacio, sí...

R: Sim.

F1: Realmente, gracias a dios, eh...no fue en situación extrema, eh...pudimos venir en carro particular, eh...vine con mi esposo y mi hijo, mi hijo de siete años, el único hijo que tengo, eh...en ese momento estaba fechada la frontera, al abrir el paso...el paso (inint)⁷⁵ [01:08] y...y aún estaba cerrado el paso vehicular. Entonces logramos llegar hasta cierta parte de Venezuela y el resto caminando hasta...hasta la frontera con las maletas y el equipaje porque el paso solamente era *pra* persona y...realmente nosotros vinimos, pues, eh...porque teníamos quien nos recibiera.

R: Quem não recebia?

F1: Quien nos *recebia* aquí. Y, no...la oportunidad de recibir en una casa, y...aprovechamos la oportunidad. Eh...y vinimos, pues, por la situación económica, porque ya, realmente, los sueldos no daban para...para mantenernos, a parte del sueldo que teníamos, teníamos que hacer otras actividades para ingreso mensual de la casa. Eh...como vender refrescos...

((interferência de terceiro))

F1: Como vender refresco, como vender comida, taxiar...para poder tener ingreso, pues, *morava* allá en Venezuela con mi papá y mi mamá, mi esposo y mi hijo...y tenemos un (inint) [02:15] casa...

R: Eles todo vieram?

F1: ¿Ahn?

R: Eles todos vieram?

F1: No, no, no... ‘pa allá *ficou* mi papá y mi mamá eh...*eu vim* con mi esposo y mi *filho*. Y bueno, llegamos y nos costó conseguir trabajo. Mi esposo consiguió trabajo como... como

⁷⁵ Ininteligível

ayudante de...refrigeración automotriz, eh...estuvo poco tiempo, eh...porque, por la situación misma de Brasil, ¿no?, la situación que tienen ahorita también, eh...la diferencia es que *viemos* es que aquí no hay escasez de comida, allá sí teníamos escasez de comida, escasez de medicina, entonces...esa era la diferencia, porque nosotros como no sabemos de la, de la situación de...de Brasil, por cualquier...cualquier ciudad, cualquier país era, era...era realmente...era la mejor opción para salir de Venezuela. Y nuestro motivo para salir fue ese pues, este...el niño, el que...no imagina la situación de que él tenía hambre y no había que darle de comer, eh...se enferma y no hay medicina para curarlo... Él tenía cinco años y estaba en la edad preescolar que es...es más ocurrencia, ocurren más por la enfermedad de fiebre, de gripe, entonces, no había la medicina. Entonces, decidimos venir para acá.

R: E como que vocês foram recebidos aqui? Tanto pelas autoridades como pela sociedade.

F1: Eh...*bom*, eh...*por exemplo*...la oportunidad de estudio, mi hijo está en la *escola*, eh...tuvo esa inclusión en la escuela, eh...con la parte de salud también, tenemos carné de salud, fuimos asistidos por, por lo centro de *saúde*...eh... solicitamos una ayuda a través del, del CRAS, nos ayudaron con cartón de Bolsa de Familia, eh...en esa parte sí hemos visto bastante, bastante apoyo, bastante apoyo. Eh...lo que sí ha costado es conseguir un trabajo, digamos un trabajo fijo, ¿no? Eh...en parte también el inconveniente del idioma, el inconveniente de los estudio que, que...que no son los mismos, ¿ve? Eso realmente ha sido la, el...el parte que ha privado allí.

R: Eh...vocês aqui tão como residentes na documentação? Fizeram solicitação de ter residência?

F1: Eh...*eu tenho* ya mi CPF y asegurada de residencia, sí.

R: Eh...algumas pessoas que vêm pra cá, venezuelanos, pedem refúgio, solicitação de refúgio. Vocês chegaram a pensar nessa possibilidade?

F1: Eh...cuando nosotros llegamos, es...lo primero que *tiramos* fue CPF, *mais aquele* documento que *chama* protocolo, no sé si es refugio. Eh...cuando, cuando eso culminó, que solicitamos nuevamente, eh...nos dieron la residencia, solicitamos la residencia y nos dieron, que era un poquito de tiempo más largo, podemos solicitarla.

R: E você sentia medo lá na Venezuela?

F1: En Venezuela sí...en Venezuela sí, porque ya la situación...por ejemplo, en cuanto a la delincuencia estaba muy fuerte...

R: Oi?

F1: En cuanto a la delincuencia.

R: ... cuencia...

F1: Delincuencia.

R: Delinquência.

F1: Sí. Estaba muy fuerte. Eh...ya todos los...los comercios en el centro, ya a las cinco de la tarde ya estaban cerrando, eh...no había transportes públicos ya, a ver, y si lograba tenía que esperar muchas horas. Entonces como eran pocos, pocos o ningún poco transporte, eh...no se daba abasto, entonces había que llegar caminando a la casa y entonces...ahí cuando aprovechaba el delincuente por pasar a robar tu dinero, a robarte el celular y hasta maltratar a las personas.

R: E como foi o seu contato aqui com o sistema jurídico, administrativo do Brasil? Eh...as coisas que você precisou de documentação, o tratamento que te foi dado... Qual foi a percepção que você teve?

F1: *Foi boa, foi boa... Eh...não tinha problema com isso. Eh...nós chegamos eh...uma pessoa eh...natural* de Brasil nos ayudó eh...fuimos a *fazenda*, llegó a...a la Policía Federal a hacer la documentación y ahí no tuvimos problemas por eso, o sea, tuvimos inclusión sin problemas por la diferencia de ser extranjero, no tuvimos inconvenientes ahí.

R: E você gostaria de volta para Venezuela?

F1: Sí, claro. *Eu gostaria de voltar para Venezuela, mas eu sei que agora não pode ser.* Eh...*passará muitos anos* para eso, porque aunque...aunque mude ese gobierno, la situación no va a ser la misma inmediatamente. No va a ser la misma por la inflación, eh...todo está muy elevado, el descontrol que hay, el abuso de poder con los precios, eh...entonces, pasará muchos años para que un nuevo gobierno empiece a retomar primero la parte política, de todo los cambios, de todo lo que habrá que retomar, pues, lo que más que viene, salud, estudio, todo pues. Y si realmente pasaría...pasaría mucho tiempo porque son muchas las personas que, que...que quieren emigrar de Venezuela, eh... entonces, claro, al llegar nuevos inversionistas a Venezuela, habría más oportunidades de empleo. Sin embargo, aún el sueldo no se va a dar abasto.

R: Não é o quê?

F1: El sueldo no va a ser satisfactorio, no va a alcanzar, ¿ve?, por el problema de la inflación. Tendrá que esperar algunos años pues ahora mismo está pequeño, eh...y no tiene pues...eh...no está en edad para decirme “me quedo en Venezuela. Mamá ya me voy.”, ya veremos qué cantidad de años pasa, pero yo sigo queriendo de *voltar* a Venezuela, porque tengo familia allá, eh...tías, primos...tengo una hermana en Venezuela con su esposo y sus hijos, eh...sigo... Sí, gustaría de regresar a Venezuela.

R: E o que você achava do governo Chávez?

F1: Demasiado abuso.

R: Demasiado...?

F1: Abuso.

R: Abuso.

F1: Abuso. Eh...era algo que...que realmente no acabamos de entender, por qué tanto odio, porque yo lo percibo de esa manera, tanto odio hacia a tu mismo pueblo.

R: Tanto ódio do povo?

F1: Odio...odio de...de gobernante hacia su *povo*. Porque...no encuentro otro motivo para, para... algo tan nefasto, ver tu pueblo muriendo de hambre y negarlo internacionalmente, cuando para nosotros, el pueblo, es algo real, es algo que está pasando, eh...niños muriendo de hambre, eh...madres sin tener que hacer, eh...ok, salgo a trabajar. ¿Dónde salgo a trabajar? No hay trabajo. Muchas empresas, muchos... muchos pequeños comercios cerraron, eh... y no hay trabajo, no hay trabajo. Y inclusive las mismas empresas, empresas del gobierno están...están caóticas dentro de ellas mismas, están caóticas. Eh...es algo que...increíblemente parte del pueblo todavía está negación y no acepta eh...la maldad que tiene este gobierno y siguen allí, apoyando por... por, a cambio de una bolsa de comida, ¿ve? A vivir miserablemente porque te den un saco *com frango* y seguir apoyando un gobierno cuando te estás muriendo de hambre, cuando tiene familia, que, que ha muerto por no tener que comer, porque no hay medicina, los hospitales están caóticos eh...no hay nada. Realmente lo que hay pues es lo que logran mucho comerciantes llevar, por ejemplo, en este caso desde Brasil hasta allá, eh...los productos tanto de aseo personal, como, como *farinha* de trigo, como *macarrão*... Entonces, eh...realmente es costo es elevado. El costo es elevado.

R: E o atual governo Maduro?

F1: ¿Cómo?

R: O que acha do governo Maduro?

F1: El gobierno Maduro ha sido lo peor. Eh... realmente cuando, cuando el gobierno de Chávez inició yo era una niña que no podía decidir. Eh...todavía estaba...no tenía edad para...mayoritaria como para decidir pues, y desde aquel punto de vista desde entonces que todo

empezó del gobierno de Chávez que, que... que al fallecer pues, deja en relevo a este gobernante y todo había empezado bien bonito, todo estaba muy bonito. Eh... nuevas escuelas, nuevas institutos de *saúde*, eh...universidades, facultades, eh... anteriormente en Venezuela para ingresar en la universidad tenía que ser de manera privada y o, eh... o a través de un índice académico alto. Entonces si no tienes un índice académico alto o no cuentas con dinero para pagar una facultad privada, te quedas sin estudiar, te quedaba sin estudiar. Entonces al abrir nuevas universidades que llamamos de Universidad Bolivariana, eh...la gente vio la oportunidad, entonces, el pueblo quería tener esas oportunidades y...apoyamos el gobierno y al quedar este presidente pues, o sea, no sabemos si todo estaba programado, eh...para llegar a esta situación, pero, obviamente el peor, obviamente lo peor que ha pasado dentro de mi punto de vista, lo que puedo políticamente (inint) [12:52], pues. Que es este gobierno que he visto, digamos que es lo que he visto, entre lo que había del, del difunto presidente eh...Hugo Chávez, con este presidente, porque ha sido una continuidad. Pero, pero, eh...realmente sí, quisiera que mi país saliera de esta situación. Han sido muchas las personas que han fallecido tanto del país cuanto por fuera por la ventura de salir a pie, eh...sin tener que comer, eh...es algo duro. Y estamos aquí y hemos salido del país y digamos que no nos hemos librado porque el corazón está allá. Ver tantos familiares, tantos amigos que están en mala situación, eh...es duro, es duro, es duro... Es realmente algo duro.

R: E como que você sente a recepção das pessoas aqui no Brasil com vocês?

F1: Eh...bueno, realmente eh...cuando llegamos, habíamos sido cogido de buena manera, un *acolho muito bom*, eh...pela misma necesidad de los venezolanos de ver *uma pessoa* que...que tiene una situación dura, eh...han sido de mucho apoyo, por ejemplo, no tienes ropa o yo tengo una *calça* que no presta para mí, eh...*tenho* aquí una medicina, *tenho* aquí una *farinha*, para que *você* pueda *jantar*...ha sido muy *boa*. Sí, *tem, em realidade*, como en cualquier otro país, eh...gente con xenofobia, eh...ha sido duro. Realmente yo no he vivido, vivido una situación así, pero he visto muchos casos de cercanos, muchos casos de todo, de gente que hace eso por...y es duro porque aquí es un país que también que *acolheu* a mucha gente de muchos otros países, muchos italianos, portugueses, eh...dominicanos, cubanos, realmente de muchas partes del mundo. Es duro y hay que entender también, eh...la posición de la gente del estado porque eh...son personas que estaban en una situación tranquila y fuimos muchos los que venimos para acá, muchos venezolanos, y también hay gente buena como gente mala, como en toda parte. Eh...entonces, gente que se ve la necesidad de que no consigan empleo, bueno, voy a *pegar*⁷⁶ esto que no es mío para vender y comer. No está bien. Realmente, no está bien. Y entendemos que, a veces, el rechazo de algunas personas, eh...es por eso. Porque hay personas con mal corazón o mal pensamiento y no debería ser.

R: Sim. Eh...tem mais alguma coisa que você acha importante falar sobre a sua vinda pro Brasil, as autoridades aqui, a recepção daqui...? Qual que foi a sua percepção de estudo? Tem alguma coisa que você gostaria de deixar registrado?

F1: No... Realmente, *eu tô agradecida*, eh... primeramente con *Deus*, eh... tanto con el gobierno brasileño, eh...con el gobierno de Roraima, con las demás *pessoas* de Roraima, eh...que...han sido *boas*. Eh...han *acolhido* a *nossa* familia aquí, eh...nos han apoyado, por ejemplo, con...como la institución de ADRA, las iglesias católicas, eh...muchas instituciones religiosas de, sin importar que religión tiene cada quien, eh... y realmente, muy agradecida ante todo por

⁷⁶ “Pegar” em espanhol possui muitos significados como colar, se aproximar ou agredir a alguém, mas não possui o mesmo significado que em português. Então acredito que aqui a entrevistada utilizou a palavra no sentido que possui em português.

eso, sobre todo porque mi hijo he podido continuar estudiando y porque hemos sido atendidos (inint) [17:00] salud. Nos han prestado ese apoyo con los centros de *saúde*, eh...y sobre todo las escuelas. Sobre todo con las escuelas por los niños continuaren estudiando y...y hace un poco un respiro de los niños ante la situación que nosotros venimos, que venimos pues, cargados de, de...de aquella situación que vivimos en Venezuela.

R: Que idade tem o seu filho?

F1: *Sete anos.*

R: Sete anos?

F1: *Sim...*

R: Tá sendo alfabetizado agora, então.

F1: *Sim. Ele está em segundo ano*, eh...está también en una escuela de música, eh...está iniciando, eh...y bueno, realmente para que él no pierda... no pierda...su educación.

R: Não perder a educação...

F1: Sí, para que él no pierda su educación. Para que él continúe...gracias a dios porque desde que nosotros no venimos de Venezuela, él pudo continuar estudiando.

R: Tá ótimo. Muito obrigada...

F1: De nada.

R: ... pelo seu depoimento, me ajudou muito.

3.4.7 Análise sobre as entrevistas realizadas

As hipóteses iniciais que despertaram o interesse pelo tema foram em sua grande maioria refutadas pelo contato direto com os refugiados e solicitantes de refúgio. A visão crítica do observador externo não permitia enxergar o processo de refúgio para o Brasil sob a perspectiva dos próprios refugiados.

As críticas sociais existentes entre os cidadãos brasileiros, muito presentes no senso comum de nossa sociedade, principalmente que desvalorizam a educação pública e o acesso a saúde pública não refletem o pensamento daqueles que escolheram o Brasil como refúgio.

Recentemente, foi noticiado o caso bárbaro de assassinato de Moise Kabamgabe, de 25 anos, refugiado oriundo do Congo, membro da comunidade de congoleses do Rio de Janeiro. Os familiares da vítima ainda que envoltos em uma onda de indignação com a violência presenciada, nos seus discursos não proferiram nenhuma palavra contra o Brasil.⁷⁷ Este também é um caso emblemático de como os refugiados possuem uma visão sobre o país muito melhor

⁷⁷ O Globo. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/01/a-familia-achava-que-teria-seguranca-no-brasil-a-morte-do-jovem-congoles-que-causa-comocao-e-revolta.ghtml> Acesso 20 de fevereiro de 2022.

do que muitos brasileiros – e que no caso em questão terminaram por serem vítimas de uma violência em áreas de conflito urbano nacional.

Acerca dos casos estudados ao longo desse trabalho, apesar do destaque que deve ser dado às deficiências do campo, o que se percebeu num contexto geral dos grupos entrevistados foi acesso à documentação básica e instrumental, satisfação com a integração na comunidade e uma expressão geral de gratidão pela acolhida. Há de contextualizar que o cenário de fragilidade vivenciado antes da busca por refúgio pode criar um efeito comparativo que exalte a recepção no Brasil.

Na visita de campo ao Estado de Roraima, percebeu-se uma grande diferença de vulnerabilidade presenciada pelos grupos de venezuelanos recém chegados aos que já se instalaram há mais tempo antes da entrevista. Não obstante reconhecer as inúmeras dificuldades enfrentadas numa operação com a proporção da Operação Acolhida liderada pelo Exército Brasileiro, e sem diminuir a importância da atuação do ACNUR, na prática observou-se um cenário desolador na situação dos abrigos. A inadequação das barracas ofertadas para o clima da região, o descuido com o armazenamento da água, a pequena proporção de alimentos ofertados diariamente pros solicitantes, o ambiente desfavorável para formação de lideranças entre os abrigados, as restrições de entrada e saída – todos foram elementos vistos durante a ida ao campo, estampados de logos da ACNUR, gerando uma série de questionamentos. Percebeu-se que o tipo de cuidado ministrado nesses ambientes não era estimulante à capacitação e independência dos refugiados em um futuro próximo.

Acredita-se, no entanto, que o próprio estímulo de visitas ao campo como esta pela Cátedra Sérgio Viera de Mello tenha como objetivo levantar questionamentos e possibilidades de melhorias na efetivação de direitos visada pela instituição.

No segundo grupo de Venezuelanos, já instalados há mais tempo na região, observou-se o protagonismo das instituições da sociedade civil no processo de integração definitiva na comunidade. O trabalho vivenciado na Igreja Apóstolo de São Paulo demonstrou uma atenção das irmãs responsáveis ao que os refugiados ansiaram em sua vinda: moradia temporária até a estabilização, aprendizado da língua através do curso de português e habilitação para o trabalho, iniciado através dos cursos de costura. Tais iniciativas demonstraram não visar um paternalismo do cuidado dos refugiados, mas sim dar ferramentas para que se capacitem ao convívio saudável e produtivo na comunidade que agora se encontram.

A mesma visão de promover a capacitação em diversos sentidos, ouvindo as demandas dos refugiados e promovendo iniciativas que os aproximem da integração social, laboral, financeira e afetiva foi vista no trabalho da Cáritas, também proveniente da Igreja Católica. A busca por espaços em que os refugiados possam ter não apenas a assistência jurídica necessária, mas possam aprender a língua portuguesa, empreender, praticar esportes, criar e socializar é refletida em todo o contato que se teve com a Cáritas do Rio de Janeiro em seus eventos e em sua sede, bem como conhecendo qualquer refugiado que já teve contato com o trabalho deles.

Portanto, cabe trazer como resultado a constatação do protagonismo desse ramo das organizações da sociedade civil em buscar na prática a realização dos direitos extensamente declarados na legislação internacional e brasileira.

Noutro giro, é necessário mencionar nos resultados a menção nas entrevistas, observação na fila da Operação Acolhida e corroboração por números da preferência por residência temporária, sobretudo pelos venezuelanos, ao instituto de refúgio. Percebeu-se que nas necessidades de idas e vindas ao país de origem, visto que alguns membros da família migram antes a fim de firmar uma rede de apoio e condições de vida antes de retornar para buscar os demais familiares, é um fator determinante na decisão pela residência temporária. Estaria então a direito de reunião familiar garantido ao refugiado parecendo inacessível, de forma que a independência de retornar para buscar esses familiares sem proteção se torne a opção preferida?

Percebeu-se também o estigma que o status de refugiado pode trazer na construção de uma nova vida, sendo apontado por alguns que a documentação de migrante tornava mais fácil a busca por empregos. Na mesma seara, o acolhimento da pessoa refugiada de fato não tem diferença entre os com status declarado e os com residência temporária perante as organizações da sociedade civil acima mencionadas.

Em suma, o contato com o campo levantou o questionamento de como construção histórica do direito dos refugiados irá abarcar o movimento de migrantes forçados em situação de vulnerabilidade, refugiados de fato, optarem por outros processos de regularização.

Considerações Finais

O movimento humano de atravessar fronteiras em busca de proteção, a fuga da perseguição sofrida em seu Estado de origem, não se configura em crises isoladas. Este movimento sempre esteve presente na história da Humanidade, e podemos ousar dizer que sempre estará.

A importância de compreender os fluxos migratórios como uma constante e não como um problema pontual se mostra no momento de tomadas de decisões e elaborações de políticas públicas, de tratados internacionais, de dispositivos constitucionais, de estruturação de organizações. Nesse sentido, podemos verificar a história do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados como principal ilustração dessa abordagem.

Desde que a comunidade internacional se organizou e os Estados passaram a se relacionar por meio de tratados e convenções, desde que a comunidade internacional se colocou em uma postura de vigilante, as então chamadas crises migratórias receberam soluções pontuais para problemas visto como pontuais e específicos, cercados pelo seu contexto geopolítico e histórico. A própria convenção de 1951 definia que dispunha tão somente sobre os refugiados decorrentes da segunda guerra mundial. Uma agência específica fora montada para os refugiados russos, armênios, Alto Comissariado para Refugiados Russos (ACRR).

Com o passar dos anos, ao serem iniciados e desligados os aparatos destas agências, e com a explosão de novas “crises migratórias”, o ACNUR fora estabelecido permanentemente e sem limitações de tempo e espaço na categorização de refugiados/asilados, com muita razoabilidade.

As migrações em massa e por motivos específicos sempre tomam maior visibilidade midiática, nos dando essa sensação, como humanidade, de momentos de crise, opostos por momentos de calma. Todavia, o fluxo de refugiados e de migrantes forçados está sempre ocorrendo. Atrocidades, perseguições e restrições de direito estão sempre sendo perpetradas, ao longo da história e no presente, e sempre há aqueles que buscam se proteger em outra divisão geopolítica.

O ensino da construção histórica do direito de refúgio, dos órgãos de proteção e das convenções é seletivo e adota, conscientemente ou não, a narrativa de crises. No entanto, este

estudo não pretende resgatar a história não contada dos fluxos migratórios para propor uma reformulação teórica ou metodológica no ensino do direito do refúgio, em razão das limitações impostas pela duração de uma pesquisa de mestrado, demandando um tempo maior para a elaboração de tais construções teóricas.

O sistema de proteção dos refugiados foi construído gradualmente, e afirma-se a cada nova conquista institucional que responde às necessidades das vítimas da perseguição e intolerância, diferentemente dos demais sistemas de proteção dos direitos humanos que ganharam uma convenção base e um órgão para sua implementação.⁷⁸

O ensino da construção histórica do direito de refúgio, dos órgãos de proteção e das convenções é seletivo e adota, conscientemente ou não, a narrativa de crises. No entanto, este estudo não pretende resgatar a história não contada dos fluxos migratórios para propor uma reformulação teórica ou metodológica no ensino do direito do refúgio, em razão das limitações impostas pela duração de uma pesquisa de mestrado, demandando um tempo maior para a elaboração de tais construções teóricas.

⁷⁸ Ibidem. Prefácio de Wellington Pereira Carneiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR; Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Projeto de Cooperação para Análise das Decisões de Refúgio no Brasil**. Brasília, Julho de 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Projeto-ACNUR-Conare_VFINAL.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2019.

_____.; Cátedra Sérgio Vieira de Mello. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

_____. **A situação dos refugiados no mundo: 50 anos de ação humanitária**. Genebra, Suíça: 2000.

_____. **Global Trends Forced Displacement in 2014: world at war**. Genebra, Suíça: ACNUR, 2014.

_____. **Global Trends Forced Displacement in 2015**. Genebra, Suíça: ACNUR, 2014.

_____. **Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto do Refugiado – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 1992. Disponível em: www.acnur.org/biblioteca/pdf/3391.pdf . Acesso em 12 de dezembro de 2019.

_____. **Número de Refugiados no Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros_do_refugio_no_rio_de_janeiro_abr_2016. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

_____. **Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014**. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso em 1 de dezembro de 2019.

_____. **Dados sobre o refúgio no Brasil**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

ANDRADE, José H. Fischel de. **Direito internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952)**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ANDRADE, C. S. M. **Movimentos Migratórios Mistos e a Condição Jurídica de Refugiado: uma relação tensional.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP, 2018.

ARAÚJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Org.). **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.** Brasília, DF: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BECKER, Howard S. **A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa.** Revista de Estudos Empíricos em Direito. Vol. 1, N. 2, jul., 2014.

BECKER, H. **Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante.** In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

CARVALHO, Eduardo Cesar Paredes de. **O direito internacional na pós-modernidade e a construção dos direitos humanos dos deslocados internos.** 2017, 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CARNEIRO, Clarice Acioli Menezes Perucchi. **Direitos Humanos Para Refugiados No Brasil.** ESMEC. Fortaleza, 2017.

CARVALHO, Eduardo Cesar Paredes de. **O direito internacional na pós-modernidade e a construção dos direitos humanos dos deslocados internos.** 2017, 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito Internacional da Pessoa Humana: a circulação internacional de pessoas.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CEL. KANAAN; MAJ. TÁSSIO; SEGUNDO TENENTE SIDMAR. **As ações do Exército Brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos.** In: BAENINGER, R.; DELGADO, Ana Paula Teixeira. A Proteção Jurídica dos Migrantes Haitianos no Brasil. Cadernos de Dereito Actual nº 3. 2015. p. 499-515.

DA SILVA, Cesar Augusto (Org.). **Direitos humanos e refugiados.** Dourados: Ed. UFGD, 2012.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA). **Manual de aplicação dos Princípios Orientadores sobre os Deslocados Internos.** Washington, D.C., EUA: The Brookings Institution, 1999.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. **Migrações, deslocamentos e direitos humanos**. IBDC; Grupo de Pesquisa C&DI. Brasília: 2015.

GOODWIN-GILL, G. **The Refugee in International Law**. Oxford: Oxford University Press. 2. ed., 1996. p. 43-49, 54-59, 66-70, 70-74, 84-87.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., 36ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; JUBILUT, Liliana Lyra. **Venezuelans in Brazil: Challenges of Protection**. E-International Relations, v. 1, p. 1-6, 2018.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, B. A. **Migração pela sobrevivência - o caso dos venezuelanos em Roraima**. In: JUBILUT, JUBILUT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Orgs.). **Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos**. Boa Vista: EDUFRR, 2018. p. 636-661.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. (Coord). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP - Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2018. p. 68-71

JUBILUT, Liliana Lyra. **O procedimento de Concessão de Refúgio no Brasil**. Disponível em: www.mj.gov.br/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp? .Acesso em: 5 de outubro de 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e a sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KRITZER, Herbert M. (eds.). **The Oxford Handbook of Empirical Legal Research**. Oxford University Press, 2010, p.933.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: Decisões comentadas do CONARE**. 2007. Disponível em:< <http://www.corteidh.or.cr/tablas/24507.pdf>> . Acesso em: 01 de abril de 2018.

MAHLKE, Helisane. **Direito internacional dos refugiados: novo paradigma jurídico**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 12ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Refúgio em números**. 4ª edição. 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

MOREIRA, Thiago. **A concretização dos direitos humanos dos migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória, 2019.

NOGUEIRA, M. B. B. **A Origem da Norma Internacional de Proteção aos Deslocados Internos: entre Direitos Humanos e Humanitarismo Pragmático.** Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre Migração.** Genebra, 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 3 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto Dos Refugiados.** 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1 Acesso em 13 de outubro de 2019.

PEREIRA NETO, Caio da Silva e MATTOS, Paulo Toscan Lessa. **A crise da pesquisa em Direito no Brasil: armadilhas e alternativas ao formalismo jurídico.** Disponível em http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/CaiodaSilvaPereiraandPauloTodescanLessaMattos__Portuguese_.pdf. 20 de junho de 2020.

PHUONG, Catherine. **The International Protection of Internally Displaced Persons.** 1ª reimpr. Cambridge, EUA: Cambridge University, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2012.
PONTHIEU, A.; DERDERIAN, K. Humanitarian responses in the protection gap. *Forced Migration Review*, 43, p. 37-40, May 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** SP: Editora Saraiva, 2020.

SÁNCHEZ, Álvaro A. MIALHE, Jorge Luís. **Refugiados e migrações no século XXI: direitos fundamentais e relações internacionais.** Arraes Editores. Belo Horizonte: 2017.

SCHAKNOVE, A. **Who is a refugee?** *Ethics*, 95, p. 274-284, 1985.

SOARES, Guido. **Os Direitos Humanos e e Proteção dos Estrangeiros.** Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 99. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67631/70241> Acesso em 11 de outubro de 2020.

WEBLEY, Lisa. **Qualitative approaches to empirical legal research.** In: CANE, Peter; & KRITZER, Herbert M. (eds.). *The Oxford Handbook of Empirical Legal Research.* Oxford University Press, 2010, p.933.

ANEXO 1

FOTOS VIAGEM DE CAMPO

Imagem 1 – Fronteira entre Brasil e Venezuela em Pacaraima



Imagem 2 – Entrada do Abrigo Janokoida em Pacaraima



Imagem 3 – Entrada do Abrigo Rondon 3 em Boa Vista



Imagem 4 – Dormitório do Abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima



Imagem 5 – Guarda-volumes dos recém chegados no Abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima



Imagem 6 - Abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima



Imagem 7 – Recreação infantil promovida pela UNICEF no Abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima

